



MESTRADO EM TURISMO

ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEAMENTO E GESTÃO
EM TURISMO DE NATUREZA E AVENTURA

MODELOS DE FORMAÇÃO EM TURISMO E DESPORTO DE NATUREZA

Estudo de Caso do Canyoning

MÁRIO DINIS SERRAZINA MENDES SILVA

Novembro de 2010

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Modelos de Formação em Turismo e Desporto de Natureza
Estudo de Caso do Canyoning

Mário Dinis Serrazina Mendes Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

Orientação

Professor Doutor Luís Alberto Dias Carvalhinho

Co-orientação

Mestre Francisco António dos Santos Silva

Novembro de 2010

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação contou com a colaboração de diversas pessoas e entidades, a quem expresso os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Doutor Luís Carvalhinho e ao Mestre Francisco Silva pela disponibilidade, simpatia e amizade.

À Associação de Desportos de Aventura Desnível, nomeadamente à secção de canyoning pelo interesse e contributo.

Aos meus amigos, por o serem.

E por último, à Xana pelo incentivo, compreensão e dedicação nos momentos mais difíceis..., e aos meus pais a quem dedico esta dissertação.

A todos os que me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho, um sincero Muito Obrigado.

Aqui, manifesto todo o meu apreço.

MODELOS DE FORMAÇÃO EM TURISMO E DESPORTO DE NATUREZA

Estudo de Caso do Canyoning

RESUMO

O crescimento do turismo activo, com especial enfoque para o turismo e desporto de natureza, confronta-se com a insuficiente qualificação dos recursos humanos envolvidos, principalmente quando se tratam de actividades de risco acrescido.

Neste sentido, esta dissertação visa contribuir para melhorar a formação em turismo e desporto de natureza, mais especificamente na modalidade de canyoning, materializando no desenvolvimento de uma proposta de modelo de formação para praticantes e técnicos de canyoning em Portugal.

Inicialmente apresenta-se um estado da arte referente ao turismo e desporto de natureza e a sua evidente importância para o desenvolvimento socioeconómico nas sociedades contemporâneas. Dando enfoque à formação em turismo e desporto de natureza e, em particular ao caso do canyoning.

Em canyoning, os modelos de formação internacionais devem ser considerados e ajustados às necessidades e características do contexto nacional, complementando a actual oferta formativa e os respectivos modelos de formação que presentemente não respondem às necessidades e exigências da actividade.

A análise da oferta de formação de canyoning em Portugal, a auscultação directa de especialistas e a aplicação de um questionário a técnicos e praticantes permitiu chegar a uma proposta de modelo de formação de canyoning que se julga adequado para a realidade portuguesa e que possa garantir a aquisição de competências ajustadas às especificidades da actividade, e que possibilitem a promoção de uma prática sustentável e com elevados níveis de segurança.

A formação evidencia grande importância para a promoção de competências e qualificação de praticantes e profissionais de canyoning, revelando-se fundamental para colmatar as fortes lacunas de conhecimentos verificadas.

Palavras-chave: Turismo activo, Desporto de natureza, Formação, Canyoning

TRAINING MODELS IN TOURISM AND NATURE SPORTS

Case Study of Canyoning

ABSTRACT

The growth in the active tourism, with special approach for the tourism and nature sports, is confronted by the insufficient qualification of the human wrapped resources, especially with increased risk activities.

In this sense, this dissertation aims to contribute to improve the training in tourism and sport of nature, more specifically in canyoning, materializing in the development of a proposal of a training model for practitioners and technicians of canyoning in Portugal.

Initially presents itself as a state of the art concerning the tourism and nature sports and its obvious importance to the socio-economic development in the contemporary societies. Giving focus to training and formation in tourism and sport of nature in particular the case of canyoning.

In canyoning, the international models of formation must be considered and adjusted to the necessities and characteristics of the national context, complementing to current offers and models of formation used presently, which doesn't respond to the necessities and demands of this activity.

Analysing the training offer of canyoning in Portugal, in a direct auscultation of specialists and the application of a questionnaire to technicians and practitioners allowed to reach a canyoning training model proposal that is considered more appropriate for the Portuguese reality and able to guarantee the acquisition of competences and skills adjusted to the specificities of the activity, and promotes of a sustainable practice and with elevated levels of security.

The proposed training model shows up the importance of elevating the competences and qualification of practitioners and canyoning technicians, showing to be fundamental to turn around the strong gaps of knowledge checked nowadays.

Keywords: Active tourism, Nature sport, Training, Canyoning

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AFAN	Actividades Físicas de Aventura na Natureza
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
APECATE	Associação Portuguesa das Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos
AT	Animação Turística
CEC	Comission Europeenne de Canyon
CET	Curso de Especialização Tecnológica
CIC	Commission Internationale de Canyon
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CTP	Confederação do Turismo Português
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
Desnível	Associação de Desportos de Aventura Desnível
DGERT	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direcção Geral de Ensino Superior
DL	Decreto-Lei
DSQA	Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação
EAM	Escuela Aragonesa de Montañismo
EFDC	Escuela Francesa de Descenso de Cañones
ENM	Escola Nacional de Montanhismo
EQFOA	European Qualifications Framework for Outdoor Animators
ESDRM	Escola Superior de Desporto de Rio Maior
ESHTE	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
FAM	Federación Aragonesa de Montañismo
FCMP	Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
FFCAM	Fédération Française des Clubs Alpin et de Montagne
FFME	Fédération Française de la Montagne et de l'Escalade
FFS	Fédération Française de Spéléologie
FPME	Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IDP	Instituto do Desporto de Portugal
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional
IQF	Instituto para a Qualidade na Formação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEC	Ministerio de Educación y Cultura
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
ODIT	Observation, Développement et Ingénierie Touristiques
OMT	Organização Mundial do Turismo
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PNRQ	Ponto Nacional de Referência para as Qualificações

QEQ	Quadro Europeu de Qualificações
RD	Real Decreto
SGT	Secretaria General de Turismo
SNCP	Sistema Nacional de Certificação Profissional
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SOL	Swiss Occidental Leonardo
TP	Turismo de Portugal
WTO	World Tourism Organisation

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	V
ÍNDICE GERAL.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	X
ÍNDICE DE QUADROS.....	XI
ÍNDICE DE ANEXOS.....	XII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento geral.....	1
1.2. Objectivos.....	3
1.3. Problemática da investigação	4
1.4. Abordagem metodológica	7
1.5. Estrutura da dissertação.....	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL	9
2.1. Turismo e desporto de natureza.....	9
2.1.1. Introdução.....	9
2.1.2. Turismo – breve caracterização e importância económica.....	9
2.1.3. Desporto e a sua evolução.....	10
2.1.4. Turismo, desporto e sustentabilidade	11
2.1.5. Turismo activo e desporto de natureza	14
2.1.6. Síntese.....	19
2.2. Canyoning.....	20
2.2.1. Introdução.....	20
2.2.2. O canyoning, um desporto emergente	20
2.2.3. O canyoning na animação turística	24
2.2.4. Síntese.....	26
2.3. Formação em turismo e desporto de natureza.....	27
2.3.1. Introdução.....	27
2.3.2. A formação como base do desenvolvimento	27
2.3.3. A importância da formação para o sector.....	31
2.3.4. Principais modelos de formação em animação turística e desporto de natureza ..	33

2.3.5. Modelos de formação de canyoning	38
2.3.6. Síntese.....	45
3. ENQUADRAMENTO DA FORMAÇÃO DE CANYONING EM PORTUGAL ...	46
3.1. Introdução.....	46
3.2. Metodologia.....	46
3.2.1. Caracterização da amostra	46
3.2.2. Variáveis	47
3.2.2.1. Variáveis independentes.....	47
3.2.2.2. Variáveis dependentes	49
3.2.3. O instrumento de medida – questionário	50
3.2.4. Tratamento dos dados e procedimentos estatísticos	51
3.3. Análise e discussão dos resultados	53
3.3.1. Perfil pessoal e socioprofissional.....	53
3.3.2. Formação realizada	55
3.3.2.1. Relação dos técnicos e praticantes de canyoning com e sem formação	55
3.3.2.2. Caracterização da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning.	56
3.3.2.3. Avaliação da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning	57
3.3.2.4. Avaliação da intervenção das entidades formadoras	58
3.3.3. Expectativas de formação.....	59
3.3.4. Competências	60
3.3.4.1. Importância das competências.....	60
3.3.4.2. Auto-percepção das competências	62
3.3.4.3. Necessidades de formação.....	64
3.4. Síntese.....	66
4. PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO EM CANYONING	68
4.1. Introdução.....	68
4.2. Modelo de formação de praticantes e técnicos de canyoning	68
4.3. Modelo de formação de praticantes	70
4.3.1. Formação de iniciados	71
4.3.2. Formação de praticantes autónomos.....	72
4.3.3. Formação de praticantes avançados.....	73
4.4. Modelo de formação de técnicos de canyoning	74
4.4.1. Formação de técnicos auxiliares	75

4.4.2. Formação de monitores	76
4.4.3. Formação de instrutores	77
4.5. Síntese.....	78
5. CONCLUSÃO	79
5.1. Principais resultados	79
5.2. Análise crítica dos pressupostos formulados	80
5.3. Propostas de desenvolvimento futuro	82
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
6.1. Referências Gerais	83
6.2. Legislação	88
ANEXOS.....	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Âmbitos da Sustentabilidade Turística.....	12
Figura 2 – O turismo de natureza e suas modalidades produtivas (SGT, 2004:14).....	16
Figura 3 – Diversas técnicas de progressão em canyoning.....	21
Figura 4 – Inter-relação de diferentes “saberes” (adaptado de Ferreira, 2003)	28
Figura 5 – Importância da formação.....	32
Figura 6 – Regulamentação da formação	36
Figura 7 – Modelo de formação em canyoning.....	69

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Principais desportos e actividades de animação na natureza (DL 108/2009, 2009 e SGT, 2004)	17
Quadro 2 – Organismos estatais com responsabilidades na formação.....	34
Quadro 3 – Modelos de formação de canyoning – nacionais e internacionais.....	39
Quadro 4 – Níveis de formação por competências	39
Quadro 5 – Modelo de formação APECATE.....	40
Quadro 6 – Modelo de formação CIC	41
Quadro 7 – Modelo de formação MEC Espanhol	41
Quadro 8 – Modelo de formação do Centro de Formação Desnível	43
Quadro 9 – Modelo de formação das federações francesas	44
Quadro 10 – Modelo de formação da FAM	44
Quadro 11 – Caracterização do perfil pessoal dos técnicos e praticantes de canyoning.....	53
Quadro 12 – Caracterização do perfil socioprofissional dos técnicos e praticantes de canyoning	54
Quadro 13 – Relação dos técnicos e praticantes de canyoning com e sem formação.....	55
Quadro 14 – Caracterização da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning	56
Quadro 15 – Avaliação da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning..	57
Quadro 16 – Avaliação da intervenção das entidades formadoras.....	58
Quadro 17 – Concordância com pressupostos e estratégias de formação	59
Quadro 18 – Importância das competências	60
Quadro 19 – Auto-percepção das competências	62
Quadro 20 – Necessidades de formação	64
Quadro 21 – Modelo de formação de praticantes	70
Quadro 22 – Formação de praticantes iniciados	71
Quadro 23 – Formação de praticantes autónomos	72
Quadro 24 – Formação de praticantes avançados	73
Quadro 25 – Modelo de formação de quadros técnicos	74
Quadro 26 – Formação de técnicos auxiliares.....	75
Quadro 27 – Formação de monitores.....	76
Quadro 28 – Formação de instrutores.....	77

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Sistemas de educação e qualificação em Portugal.....	i
Anexo 2 – Quadro nacional de qualificações	ii
Anexo 3 – Categorias da sub-variável: pressupostos e estratégias de formação.....	iii
Anexo 4 – Categorias da variável: competências.....	iv
Anexo 5 – Questionário aos técnicos e praticantes de canyoning.....	v
Anexo 6 – Base de dados (exemplo)	vii
Anexo 7 – Resultados da prova estatística ANOVA (exemplo: comparação entre grupos - Necessidades de formação)	xiii

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento geral

O segmento de turismo de natureza é dos que apresenta maior previsão de crescimento, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, considerando um estudo de análise prospectiva sobre a evolução turística internacional até 2020 (WTO, 2003).

De facto, desde os finais do século XX, que se assiste à progressiva alteração nas dinâmicas do lazer e desportivas, com o forte crescimento do turismo e desporto de natureza (Silva, 2008). A crescente importância deste segmento levou a que o turismo de natureza fosse reconhecido no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), para o período de 2006 a 2015, como um segmento estratégico em Portugal (MEI, 2006). Dentro do turismo de natureza podem distinguir-se dois grandes segmentos que podem ser complementares, um tendo como base a componente de interpretação ambiental e outro associado aos desportos de natureza e de aventura.

Esta procura de actividades desportivas e recreativas representa um fenómeno que se traduz na promoção de estilos de vida mais saudáveis e elevado bem-estar pessoal, numa forma de refutar o stress e o sedentarismo do quotidiano. São actividades que se desenvolvem num envolvimento muito particular, associando a prática desportiva ao contacto privilegiado com a natureza. Não obstante destes benefícios é necessário não esquecer que a sua prática assume alguns riscos para os intervenientes, decorrentes da interação de vários factores: natureza, humanos, especificidades das modalidades, etc.

Neste sentido, torna-se fundamental um acompanhamento às dificuldades e necessidades de formação específica na área do turismo e desporto de natureza, uma vez que a necessidade de formação técnica é acrescida, pois a intervenção nestas actividades envolve, geralmente, riscos acrescidos.

Nesta dissertação analisa-se o caso de estudo do canyoning, onde se abordam os modelos de formação aplicados, tendo em conta que é uma actividade desportiva e de lazer que consiste na descida de cursos de água encaixados e com fortes declives, recorrendo a rapel, saltos, destreps ou *tobogãs* para transpor os obstáculos (Silva e Almeida, 2008), e que estamos perante uma actividade desportiva e turística com elevado nível de risco (Almeida, 2008).

Assim, a prática sustentável desta actividade, deve assentar na qualificação dos recursos humanos envolvidos no desenvolvimento destas actividades, sendo indispensável potencializá-los, nomeadamente através da oferta de formação direccionada e estruturada. Para actividades com elevada complexidade e risco, os profissionais devem possuir habilitação e formação específica (DECO, 2008).

Um factor indispensável para um serviço de elevada qualidade e segurança é a formação e qualificação técnica dos monitores, que lhes permita o domínio técnico das actividades, a capacidade de interpretar condições naturais do meio, prestar primeiros socorros e liderar operações de resgate.

A escolha do tema deste estudo prende-se com constrangimentos e necessidades sentidas relativamente à formação específica nas actividades de natureza e aventura e, em particular, no canyoning, que é uma actividade relativamente recente mas com grande potencial como produto de animação turística.

Outro aspecto a considerar é o facto de estarmos na presença de uma actividade de água e de montanha bastante lúdica, com uma relação muito estreita entre o Homem e a Natureza, e com forte potencial para a animação turística, onde a qualidade e segurança, estão estreitamente ligadas com as qualificações e competências dos técnicos intervenientes.

Deste modo, a prática, enquadrada ou não, desta actividade requer conhecimentos específicos de diversas áreas, justificando o recurso a um modelo de formação que garanta a aquisição de competências para que esta modalidade possa ser realizada com segurança e de forma sustentável.

O aperfeiçoamento das aptidões dos responsáveis pelo enquadramento de actividades de canyoning, visa promover o desenvolvimento das mesmas, indo ao encontro do planeamento estratégico do turismo nacional, que identifica a falta de experiência e de *know how* como principais lacunas na área do turismo de natureza e aventura (MEI, 2006).

Actualmente a profissão de técnico de actividades de turismo de natureza e aventura enfrenta alguns problemas, confrontando-se com um reconhecimento *sui generis*. O estudo “O Turismo em Portugal – evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação” desenvolvido pelo IQF (2005) identifica que em Portugal existe uma lacuna de profissionais especializados nalgumas modalidades desportivas praticadas no turismo,

devido, quer à inexistência de formação específica para essas modalidades, quer à inexistência de reconhecimento das competências desses profissionais pela via da experiência.

Segundo EQFOA (2008), os animadores de actividades de aventura e natureza procuram competências que são extremamente difíceis de encontrar no mercado europeu e têm dificuldades em encontrar um bom programa de formação, que faculte a qualificação adequada para um profissional da área. Este projecto conclui que embora as actividades de turismo e desporto de natureza estejam cada vez mais desenvolvidas, enfrentam alguns problemas, nomeadamente, no que respeita à formação pouco desenvolvida ou inexistente, considerando este aspecto crucial para o desenvolvimento de uma estrutura profissional para este sector na Europa.

De modo a poder dar resposta às crescentes necessidades de mercado e interesses dos técnicos e praticantes de actividades de ar livre, torna-se imprescindível desenvolver formação adequada e de qualidade nestas actividades, com vista a desenvolver capacidades e competências para que todos aqueles que estejam envolvidos nas mesmas o possam fazer em segurança e proveitosamente.

É por isso, indispensável investir na qualificação de recursos humanos destas áreas, não só para colmatar as lacunas de técnicos especializados, mas fundamentalmente para diminuir as situações de risco.

Todas estas condições interligadas fazem com que este trabalho possa ser inovador, pois embora tenham sido realizados alguns estudos no âmbito das competências e modelos de formação, nenhum deles aspirou ao desenvolvimento de uma proposta para o enquadramento da formação na área do canyoning e adaptado à realidade portuguesa.

1.2. Objectivos

Pretende-se, com este trabalho, analisar os modelos de formação aplicados à animação turística e desporto de natureza e, em particular, ao canyoning, com o desenvolvimento de uma proposta de modelo de formação adequada à realidade portuguesa.

A análise e reflexão sobre a formação desenvolvida nesta área é um dos objectivos deste estudo e, neste seguimento, procura-se compreender os conhecimentos e competências que os modelos visam transmitir.

O desenvolvimento de uma proposta para o enquadramento da formação dos técnicos de canyoning, adequada às exigências da actividade, assume-se como um propósito primordial a alcançar.

Neste sentido, destacamos como objectivos específicos:

- A caracterização sumária dos principais modelos de formação em Animação Turística e Desporto de Natureza existentes em Portugal;
- Caracterização de alguns modelos de formação em canyoning em diversos países e dos principais modelos de formação em canyoning em Portugal;
- A identificação de especificações essenciais (conteúdos, competências, certificações, etc.), na área do canyoning, para que os modelos de formação facultem os conhecimentos necessários;
- O desenvolvimento de uma proposta para delinear a formação dos praticantes e técnicos de canyoning em Portugal, de acordo com as especificações identificadas.

1.3. Problemática da investigação

O presente estudo é consubstanciado nas seguintes premissas:

- O aperfeiçoamento das aptidões dos envolvidos no enquadramento de actividades de canyoning, visa promover o desenvolvimento das mesmas, indo ao encontro do planeamento estratégico do turismo nacional, que identifica a falta de experiência e de *know how* como principais lacunas na área do turismo e desporto de natureza;
- Em Portugal, os modelos de formação que permitem responder de forma adequada às necessidades do sector de animação turística para o enquadramento da modalidade de canyoning de forma sustentada, encontram-se pouco desenvolvidos;
- A necessidade em definir e aplicar um modelo de formação de técnicos de canyoning é urgente, quer porque estamos perante uma modalidade de risco acrescido, quer porque é uma actividade cada vez mais utilizada na animação turística;
- Os modelos de formação nos países onde a modalidade de canyoning está mais desenvolvida, não devem ser replicados de forma directa, mas antes adaptados à realidade portuguesa;

- A promoção destas acções, em territórios naturais sensíveis, deve assentar numa prática sustentável e responsável para com o meio, o que por si justifica o desenvolvimento de competências de educação e preservação ambiental.

Reflectindo sobre as premissas acima identificadas, torna-se essencial formar os intervenientes na área da animação turística e desporto aventura. Neste sentido, é fundamental aperfeiçoar e desenvolver modelos de formação capazes de responder de forma adequada para que a prática e o desenvolvimento de actividades organizadas de canyoning possam decorrer em segurança e de forma sustentada. É que esta modalidade possa ser oferecida pelas empresas de animação turística segundo parâmetros de segurança e qualidade internacionalmente definidos.

Os desportos de natureza e turismo activo têm tido um desenvolvimento de grande expansão em Portugal. O aumento da procura de serviços relacionados com actividades de aventura e natureza provocou o surgimento de um vasto número de empresas, instituições públicas e privadas, associações e organizações desportivas a promoverem a prática destas actividades.

Para Coelho (2003), o maior grau de exigência dos utentes provocou nas empresas do sector a necessidade premente da existência de um enquadramento legal para a formação profissional, ainda inexistente, dos técnicos que trabalham nesta área.

O canyoning, como tantas outras actividades de natureza, tem associado a si próprio o factor risco. Por isso, torna-se essencial, para que se possam realizar estas actividades em segurança, formar e dotar os técnicos e todos os intervenientes na área, de competências adequadas.

Neste sentido, segundo Soto *et al.* (2003), para reduzir os riscos que esta actividade contempla é necessário respeitar uma série de recomendações, desde a condição física e conhecimentos técnicos dos praticantes, passando pelos procedimentos (planeamento, segurança, e progressão) a seguir antes e durante a actividade.

A nível ambiental, a prática de actividades de natureza pode ter um forte impacte ambiental com consequências nocivas para os locais utilizados. Considerando que a prática do canyoning envolve um contacto efectivo com um ambiente, geralmente, sensível, pouco humanizado e de grande riqueza natural, implica sempre impactes sobre o meio ambiente. No entanto, estes impactes podem não ser apenas negativos podendo a prática da

modalidade auxiliar a recuperação de áreas degradadas, a correcção de atitudes e práticas, e promover a educação e protecção ambiental e o desenvolvimento local. Deste modo, o recurso a uma formação adequada poderá ser um meio importante para promover uma prática sustentável.

As áreas do turismo, do desporto e do ambiente encontram-se em grande expansão, torna-se indispensável a existência de modelos de formação que confirmem as qualificações e transmitam as competências necessárias aos intervenientes.

É neste sentido, que este estudo pretende ajudar a responder a algumas das seguintes questões:

- Como se caracterizam os modelos de formação de canyoning existentes em Portugal?
- Estes respondem às necessidades?
- Quais as suas principais lacunas?
- Como devem ser desenvolvidos?

Deste modo, julga-se pertinente a elaboração desta investigação, para poder dar resposta a estas questões, dissipar ideias mal formadas e desenvolver informação relevante para os modelos de formação nesta área.

Tendo em conta as premissas e a reflexão desenvolvida para a realidade portuguesa, foram definidas as seguintes hipóteses de estudo:

- Os modelos de formação na área do canyoning em Portugal não são adequados às necessidades actuais;
- Os modelos de formação a desenvolver e implementar no âmbito do canyoning em Portugal devem ser adaptados à realidade do país e não a mera aplicação directa de modelos internacionais;
- Em Portugal existem diferentes entidades a desenvolver formação em canyoning, no entanto, nem sempre seguem os mesmos modelos de formação.

1.4. Abordagem metodológica

O trabalho é desenvolvido com o propósito de alcançar uma proposta para o enquadramento da formação de técnicos de canyoning em Portugal, que seja adequada à realidade portuguesa e responda às necessidades do sector da animação turística e da prática desportiva. Deste modo, após a revisão da literatura, foram desenvolvidos contactos exploratórios com diversas organizações, formadores e especialistas portugueses, para fazer um diagnóstico da situação actual e das necessidades de formação e de definição de um modelo adequado especificamente ao canyoning, mas garantindo um enquadramento mais geral no âmbito das actividades de aventura. Procurou-se igualmente que alguns desses especialistas contribuíssem activamente para o trabalho desenvolvido nesta dissertação.

O ponto de partida deste projecto assenta nas necessidades reais de qualificação dos técnicos e praticantes de actividades de aventura e natureza, sendo igualmente justificada por existir um défice de oferta formativa e esta ser, por vezes, insuficientemente estruturada.

Na metodologia adoptada no projecto destacam-se as seguintes fases:

- *Estudo do estado da arte em áreas relevantes para o tema*, com o intuito de contextualizar a área de intervenção do projecto, explorando o turismo e o desporto de natureza, na generalidade, e o canyoning, em particular. Ainda recorrendo à revisão da literatura, pretendemos caracterizar, sucintamente, os principais modelos de formação de animação turística e desporto de natureza, assim como alguns dos modelos de formação existentes mais relevantes na área do canyoning a nível internacional e em Portugal;
- *Enquadramento da formação de canyoning em Portugal*, nomeadamente conhecer a opinião dos técnicos e praticantes portugueses acerca da formação e competências em actividades de canyoning, no âmbito turístico ou desportivo, através da aplicação de um instrumento de medida – questionário – junto dos mesmos. Após a recolha dos dados procede-se ao seu tratamento, análise e discussão;
- *Desenvolvimento de uma proposta para o enquadramento da formação em canyoning*, tendo por base a revisão da literatura, os modelos de formação analisados, uma reflexão sobre os resultados obtidos nos questionários e a experiência profissional como docente, formador e coordenador de um centro de formação na área das actividades de natureza, bem como a opinião dos especialistas da modalidade e das entidades envolvidas na formação em Portugal.

1.5. Estrutura da dissertação

O presente estudo é constituído por cinco capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à introdução, onde se expõe o enquadramento da temática, os objectivos, a problemática da investigação, a abordagem metodológica e a estrutura da tese.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica e conceptual do estudo, nomeadamente com o enquadramento geral do turismo e desporto de natureza, tendo por base alguns conceitos e tendências do sector, bem como algumas especificidades do canyoning, quer como um desporto emergente quer no contexto de animação turística. Ainda neste capítulo abordam-se conceitos relativos à formação em turismo e desporto de natureza onde, numa primeira abordagem, são explorados sucintamente os principais modelos de formação em animação turística e desporto de natureza em Portugal, assim como alguns dos modelos de formação mais relevantes na área do canyoning a nível nacional e internacional.

O terceiro capítulo refere-se ao enquadramento da formação de canyoning em Portugal, onde se desenvolve um levantamento da opinião dos técnicos e praticantes de canyoning acerca da formação e competências relativas à modalidade.

No quarto capítulo apresenta-se uma proposta para a formação em canyoning, com base na fundamentação teórica, principalmente nos modelos de formação analisados e na análise dos dados recolhidos junto dos técnicos e praticantes da modalidade, com o intuito de responder às necessidades da prática desportiva e da prestação de serviços de animação turística, em Portugal.

Aborda-se, no quinto capítulo as conclusões do estudo, após uma análise e discussão dos resultados. Ainda nesta etapa desenvolve-se uma apreciação das hipóteses e premissas levantadas, bem como as limitações e recomendações do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL

2.1. Turismo e desporto de natureza

2.1.1. Introdução

No presente capítulo é apresentado um breve enquadramento do sector do turismo, descrevendo a importância desta actividade económica, dando especial ênfase ao turismo de natureza. Paralelamente, apresenta-se uma abordagem ao desenvolvimento do conceito de desporto e o envolvimento entre estes sectores e as práticas em espaços naturais.

2.1.2. Turismo – breve caracterização e importância económica

O turismo é um dos sectores mais importantes da economia nacional, correspondendo a 11% do PIB e apresentando uma tendência crescente (MEI, 2006).

O impacto do turismo no desenvolvimento da economia é um facto, e muitas vezes uma questão de sobrevivência, com influência em diversos sectores de serviços. O peso do turismo na economia nacional tem vindo a crescer, sendo actualmente considerado uma “componente estratégica de primeira importância para a reformulação do modelo de desenvolvimento económico de Portugal” (CTP, 2005:55).

O crescimento da actividade turística está estritamente associada à importância que o lazer tem vindo a assumir, como forma de preenchimento do tempo livre que as sociedades contemporâneas tanto reclamam.

O turismo pode ser visto como uma forma de ocupação do tempo livre, do trabalho, das obrigações familiares e sociais, de cuidados pessoais. Este sector integra o conceito de recreio, sendo actualmente reclamado como um direito, uma necessidade básica e vital (Cavaco, 2006; Cunha, 2007).

Todavia, o turismo não é apenas a reacção ao *stress* e à rotina diária, é a ruptura clara com os espaços de vivência habituais, a descoberta de lugares novos, diferentes, habitados por pessoas também elas diferentes e por outros turistas, é de facto um novo mundo de descobertas e aventuras.

Assim, e de acordo com Cavaco (1999), com os lazeres e o turismo pretende-se dar conteúdo ao tempo livre, rompendo com os espaços e ritmos de vida quotidianos, aproximando-nos de outras pessoas e dos seus modos de vida, suprimindo necessidades de descoberta natural e cultural, desenvolvendo actividades corporais e intelectuais, mas também afirmando-nos pelo consumo e ostentação, valorizando-nos no encontro com os outros e no encontro com nós próprios.

As tendências identificadas, das quais algumas já consolidadas e outras apenas tenuemente reconhecidas, apontam para o aumento da procura nos domínios do lazer e do turismo, face à maior disponibilidade (temporal, mental, económica, etc.), à necessidade (intelectual, emocional, etc.), à facilidade e à oportunidade, ou seja, existem cada vez mais indivíduos a praticar actividades turísticas, com uma frequência também crescente, o que se traduz num incremento de entidades que desenvolvem estas práticas.

2.1.3. Desporto e a sua evolução

O desenvolvimento do desporto levou a uma democratização do seu conceito, a um alargamento do âmbito de intervenção e ao aparecimento de novas actividades e diferentes formas de as praticar, onde, segundo (Cunha, 2003), todos os indivíduos possam ter lugar e ter um desporto acessível à sua medida, promovendo o acesso a todos os seus benefícios e um melhor nível de proficiência motora e cultura desportiva.

Tal como o turismo, o desporto também sofreu algumas mutações com a evolução das sociedades modernas, como Almeida e Gutierrez (2008) referem existiu uma mudança de sentido na prática quotidiana do desporto de auto-rendimento para um desporto de lazer, devido à projecção do lazer enquanto elemento intrínseco à actividade humana, transformando as práticas desportivas no tempo livre em entretenimento, diversão, participação, bem-estar e qualidade de vida.

A evolução do desporto, mais formal e regulamentado, é uma adaptação ao conceito moderno de desporto recreativo, como forma de ocupação do tempo livre. Para Vázquez e Guerrero (1994) o desporto recreativo, formativo e integrador, é eminentemente ocioso, reunindo todas as características do ócio moderno¹. O desporto como ócio refere-se ao

¹ Ócio Moderno, tal como Dumazedier (1988) o definiu: ocupação voluntária; descanso; diversão; formação e informação; participação social; desenvolvimento da capacidade criativa; recuperação do sedentarismo.

desporto no sentido moderno, a uma actividade física livre e espontânea, ou seja, ao desporto recreativo.

Estas “novas” tendências para a fruição do tempo livre através de actividades de lazer e de desporto de natureza e aventura promoveram, segundo Leitão (2002), alterações significativas, fazendo surgir um cenário desportivo diferente (e.g., novas actividades, novos locais de prática desportiva, novos equipamentos). Actualmente fala-se mesmo de uma nova era do desporto que se pode caracterizar pelo aparecimento de novos valores e atitudes, por práticas menos estandardizadas e sobretudo, por um regresso à natureza e consciência ecológica.

Os novos desportos estão em consonância com a nova maneira de estar, desenvolvem-se em cenários onde a incerteza é mais frequente e produzem novas emoções, pelos ambientes onde decorrem, regras de prática, nível de risco que envolvem, etc. (Cunha, 2003).

As motivações para este “novo desporto”, das novas gerações, advêm da imprevisibilidade, do divertimento, do bem-estar e convívio que estas actividades proporcionam. Carvalhinho (2006) considera que esta nova maneira de estar no desporto contribui, certamente, para uma melhor sensibilização das populações em relação aos aspectos do ambiente, da saúde e até civilizacionais dos cidadãos.

2.1.4. Turismo, desporto e sustentabilidade

Independentemente da prática turística, o turismo reflete-se no contexto onde se desenvolve, apresentando impactes positivos ou negativos, a nível ambiental, económico, cultural ou social.

A actividade turística contribui para modificar espaços, tanto mais, quanto mais intensos e concentrados forem os fluxos. A nível ambiental a afluência e permanência humana por si só, já se faz sentir em espaços ambientalmente mais sensíveis, e como tal, a “actividade turística só pode ser eficiente e viável num médio e longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos ou melhorados” (Partidário, 1999:13).

Actualmente é desadequado formular políticas turísticas sem respeitar os princípios de sustentabilidade, sobretudo quando os principais recursos são frágeis, como o território, a paisagem e o sistema social. A garantia de continuidade destes sistemas, presentemente

num delicado estado de equilíbrio, é um dos imperativos de qualquer processo de desenvolvimento (Ibarra, 2006).

Contudo, a actividade turística não implica necessariamente ou apenas impactos negativos sobre o meio ambiente, podendo mesmo contribuir para a conservação e valorização do património ambiental e promover uma maior consciencialização ambiental dos cidadãos. O desenvolvimento de políticas preventivas e defensoras dos ecossistemas são fundamentais para o sector do turismo, de forma a não se tornar vítima de si próprio por estar cada vez mais dependente da atracção turística que representa a qualidade ambiental.

Embora determinante, a sustentabilidade turística não é exclusivamente ambiental, devendo o desenvolvimento sustentável do turismo assentar na sustentabilidade cultural, ecológica, económica, ética e social (Figura 1). Tendo em conta que o desenvolvimento sustentável é, segundo Schmidt *et al.* (2006:124), aquele “cujo objectivo é fazer face às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades”.

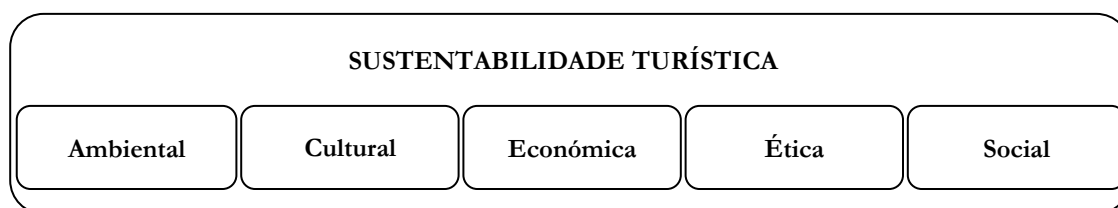


Figura 1 – Âmbitos da Sustentabilidade Turística

A OMT (2003a) entende o desenvolvimento turístico sustentável como sendo aquele que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo que protege e potencia novas oportunidades para o futuro. Segundo Middleton e Hawkins (1998, op. Cit. Borges e Lima, 2006), turismo sustentável significa conseguir combinar o número e tipo de visitantes, bem como o efeito da actividade por eles gerada no destino e dos serviços oferecidos pelas entidades locais, para que se possa manter, no futuro, a qualidade do ambiente em que aquelas actividades se baseiam.

A actividade turística, bem como o desporto, poderão ser mecanismos impulsionadores do desenvolvimento sustentável, promovendo a conservação dos espaços e dos seus valores naturais e culturais, através de uma gestão adequada dos mesmos, e estimulando o desenvolvimento socioeconómico das suas populações, melhorando assim a qualidade de vida das comunidades locais. Esta situação é bem expressa na Carta Internacional de

Turismo e Desporto Sustentável², que define o turismo e desporto sustentáveis como as actividades, formas de planeamento ou desenvolvimento que unam o turismo às actividades desportivas, que respeitem o ambiente, preservem os recursos naturais e contribuam para o desenvolvimento económico local.

Deste modo, tal como refere Carvalhinho (2006), será necessário, criar parcerias entre o desporto, o turismo e o ambiente, no sentido de promover uma educação/formação ambiental activa, que sensibilize os cidadãos para o respeito e para a convivência com a natureza.

Com a maior consciencialização ambiental dos consumidores que exigirão cada vez mais destinos limpos, seguros e ambientalmente saudáveis (OMT, 1998) e em resposta ao turismo de massas, surge o conceito de turismo alternativo, que segundo Wearing e Neil (1999, op. Cit. Borges e Lima, 2006) é aquele que compreende todas as formas de turismo que são conscientes com os valores naturais, sociais e da comunidade e que permitem aos residentes e visitantes interagir de forma positiva e partilhar experiências.

Este tipo de turismo diferencia-se do turismo de massas, pelo acréscimo da importância dos valores naturais e culturais do destino turístico, bem como pela troca de experiências entre os turistas e residentes, privilegiando a conservação ambiental e social (Borges e Lima, 2006; Burnay, 2006; Zaoual, 2008).

O contacto com a natureza é cada vez mais pretendido pelas sociedades desenvolvidas, com uma tendência para os actuais turistas procurarem experiências novas, mais genuínas e também mais ecológicas. O turismo alternativo corresponde geralmente a um turismo responsável³, sustentado e viável a médio e longo prazo e com precauções ao nível dos impactos ambientais, sociais e culturais. Trata-se de um conceito muito abrangente, que engloba várias formas de turismo como o turismo sustentável, ambiental, na natureza, activo, de aventura, rural, desportivo, cultural, entre outros que satisfaçam os *ideais* do turismo alternativo.

Estas práticas alternativas favorecem a descentralização com o equilíbrio de fluxos e densidade turística (geograficamente dispersos), privilegiando a produção local, bem como a autenticidade do contacto directo com as comunidades e dos espaços.

² Carta Internacional de Turismo e Desporto Sustentável, promovida pela Comissão Europeia em 2004.

³ Turismo responsável é, segundo TIES (2007), aquele que procura maximizar os benefícios para a economia local e minimizar os impactos sociais e ambientais negativos.

2.1.5. Turismo activo e desporto de natureza

A designação para este tipo de actividades não é consensual, assumindo várias denominações, dependendo se estamos na presença de uma perspectiva turística, desportiva, ambiental, etc. Desde “Turismo Activo”, “Turismo de Aventura” ou “Turismo de Natureza”, numa óptica turística, passando por “Desporto de Aventura”, “Desporto de Natureza” ou “Actividades Físicas de Aventura na Natureza” (AFAN), numa perspectiva desportiva, entre outras.

Tal como Moreira e Costa (2003:15) referem, “desenganam-se os que pensam que abordar o desporto de aventura é algo fácil ou linear, desde logo pela problemática da sua definição”.

Segundo Carvalhinho (2006) encontramos alguma confusão terminológica em relação à denominação atribuída para este tipo de actividades físicas e desportivas, de acordo com os interesses das diversas organizações e os vários contextos em que as respectivas actividades se desenvolvem.

Deste modo, é possível encontrar várias designações para desporto de aventura, umas mais em voga que outras, referindo-se muitas vezes ao mesmo tipo de actividades.

Independentemente da perspectiva e terminologia utilizada, a inter-relação entre os sectores do turismo, desporto e ambiente é efectiva, ou seja, diversas práticas turísticas, desportivas ou ambientais poderão estar englobadas em mais do que um sector de actividade, sendo a fronteira muito ténue e pouco definida entre estes, dependendo, essencialmente, da motivação dos consumidores e prestadores de serviços.

Para Sarmiento (2006), apesar de inicialmente não existir concordância sobre a terminologia aplicada às actividades consideradas, dependendo das perspectivas (do ócio, do recreio, da aventura, turísticas ou desportivas), parece impor-se nos últimos anos o termo de turismo activo, unificando as visões desde as diferentes ópticas.

Assim, a designação de turismo activo sobressai sobretudo por se tratar de um termo mais abrangente e pela importância que o sector do turismo representa na sociedade e economia mundial, prevalecendo a perspectiva turística, tendo por base os dois grandes sectores complementares – ambiental e desportivo.

Em resposta às necessidades de ocupação do tempo livre, o turismo activo, privilegia actividades físicas ou desportivas que proporcionem momentos de lazer. Segundo Almeida (2004), trata-se de um turismo mais vocacionado para a participação, para a descoberta e para a iniciativa, contrapondo as férias em que impera o descanso passivo e que, segundo a Active Tourism Organization (2009), alia a recreação com a educação ao requerer a participação física e mental do turista.

A partilha de valores comuns entre o turismo e o desporto leva a que a sua relação seja cada vez mais próxima, visivelmente expressa na vertente do turismo activo (maioritariamente desportivo, de aventura e de natureza), tornando estas indústrias mais completas em prol do lazer e do bem-estar da sociedade, como forma de ocupação do tempo livre.

Tal como referido, por vezes alguns produtos turísticos ou de lazer são difíceis de distinguir de outros segmentos, tal a proximidade das actividades, nomeadamente de desporto, aventura e natureza, deste modo, particularizamos estes conceitos no âmbito turístico.

No que respeita ao turismo desportivo, este visa a participação activa ou passiva (espectador) em desporto competitivo ou recreativo, sendo o desporto a motivação principal para a viagem (OMT, op. Cit. CTP, 2005). Segundo Hudson (2003), é um segmento em crescimento na indústria do turismo, onde o destino é escolhido pelas qualidades intrínsecas para a prática desportiva.

Este tipo de turismo tem vindo a adquirir grande relevância, tanto no que se refere à deslocação para assistir a grandes eventos desportivos, como para tomar parte activa num determinado desporto (CTP, 2005). Neste conceito de “busca de experiências” torna-se evidente, segundo o IQF (2005), o aumento do consumo de actividades desportivas enquanto complemento do lazer de férias, principalmente no que toca ao turismo desportivo, ou ainda como motivação principal da deslocação, quando falamos de turismo de aventura.

Relativamente ao turismo de natureza, refere-se, segundo o DL 108/2009 (2009), às actividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais, que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). No entanto, o turismo de natureza não se limita apenas às áreas protegidas ou outras reconhecidas pelo ICNB, sendo esta circunstância um preciosismo português, pois este reporta para todos espaços naturais.

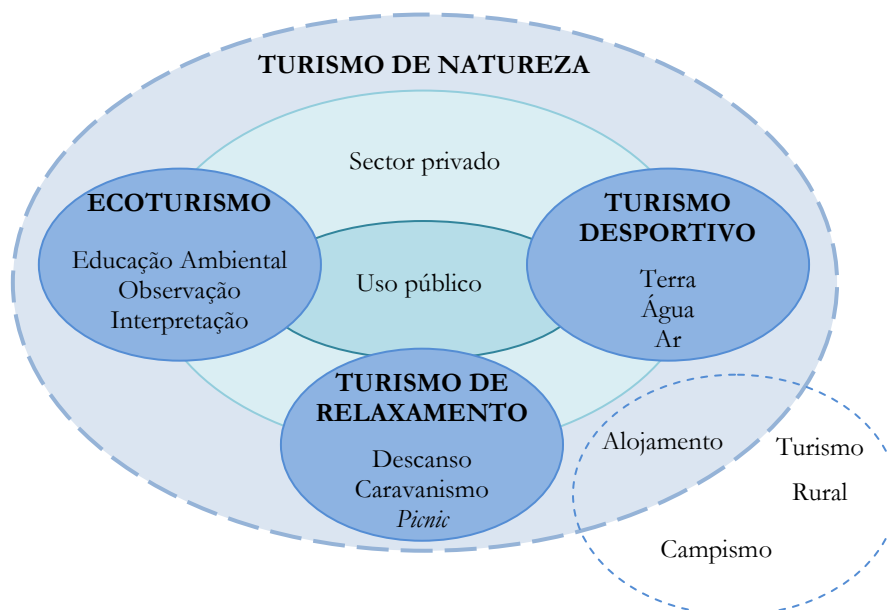


Figura 2 – O turismo de natureza e suas modalidades produtivas (SGT, 2004:14)

O turismo de natureza (Figura 2), tem como principais motivações a realização de actividades lúdicas, desportivas, educativas ou de relaxamento “que usem expressamente os recursos naturais de forma específica, garantindo a segurança do turista, sem degradar ou esgotar os recursos” (SGT, 2004:6), ou seja, práticas que aproximam o Homem da natureza de uma forma saudável e não nociva para a conservação da mesma.

Em relação ao termo turismo de aventura, podemos entendê-lo como a participação em actividades que envolvem tipicamente (não necessariamente) esforço físico (OMT, op. Cit. CTP, 2005), geralmente associadas a algum risco físico ou psicológico, real ou percebido (Buckley, 2006), emoções fortes e aventura.

O desporto de aventura desenvolve-se, segundo Sung (2004), geralmente em plena natureza, mas diferencia-se do desporto de natureza por envolver uma participação activa na exploração de uma nova experiência, associada a um desafio pessoal e envolvendo, a maioria das vezes, um risco percebido ou um perigo controlado.

Estamos perante um tipo de turismo que envolve, frequentemente, a prática de actividades físicas, o contacto com a natureza e a descoberta de locais inóspitos, que produzem elevado bem-estar pessoal.

A atracção pelo risco e pela aventura exerce um grande fascínio sobre os indivíduos das sociedades actuais, com o indivíduo a desejar o confronto consigo, confrontando-se com a

natureza, procurando ultrapassar medos e desafios, fortalecendo sentimentos de competência e de superação dos próprios limites.

Para Swarbrooke *et al.* (2003) as características ou qualidades fundamentais da aventura podem resumir-se nos seguintes pontos: resultados incertos, perigo, risco, desafios, expectativas e recompensas, novidade, fuga ao quotidiano, exploração e descoberta e emoções constantes.

Nos últimos anos surgiram inúmeras actividades recreativas ou desportivas e produtos associados à animação turística, como consequência de novas formas de fruir a natureza, que de maneira geral se incluem no conceito de turismo de natureza (Quadro 1). Paralelamente o número de praticantes também tem vindo a crescer de forma significativa.

Quadro 1 – Principais desportos e actividades de animação na natureza (DL 108/2009, 2009 e SGT, 2004)

Terrestres	Actividades com cordas	Aquáticas	<i>Bodyboard</i>
	BTT e Cicloturismo		Canoagem
	<i>Canyoning</i>		<i>Hidrospeed</i>
	Escalada		<i>Kitesurf</i>
	Espeleologia e Espeleísmo		Mergulho
	Esqui e <i>Snowboard</i>		<i>Rafting</i>
	Golfe		Remo
	Hipismo e passeios a cavalo		<i>Skimming</i>
	Jogos Tradicionais		<i>Surf</i>
	Montanhismo		Vela
	Multiactividades		<i>Wakeboard</i> e Esqui Náutico
	Observação de Fauna e Flora		<i>Windsurf</i>
	Orientação e corridas de aventura		Asa Delta
	<i>Paintball</i>		Balonismo
Pedestrianismo	Parapente		
Tiro com Arco	Pára-quedismo e Voo livre		
Todo-o-terreno, Moto 4 e <i>Kartcross</i>	Ultraleve		

O turismo de natureza configura-se assim como um conjunto cada vez mais complexo e heterogéneo de actividades (Portillo, 2006).

Estas actividades de natureza, crescentemente implantadas e capazes de responder a novas necessidades da procura, no sentido da experienciação da aventura, contacto com a natureza e bem-estar físico e psicológico, apresentam-se como uma componente essencial na diversificação e renovação da oferta turística (IQF, 2005).

Deste modo podemos reconhecer os espaços naturais como novos destinos, de paisagens autênticas e com identidade, respondendo assim a este tipo de procura e possibilitando a prática de actividades que combinam o lazer e o contacto com a natureza e culturas locais.

O termo AFAN surge numa óptica mais desportiva referindo-se às actividades físicas de tempo livre que buscam o desafio, a aventura, a evasão do quotidiano, emoções fortes e sensações hedonistas, em contacto com um ambiente natural.

As AFAN surgem, neste sentido, como um câmbio na prática desportiva que se relaciona com os fundamentos culturais da pós-modernidade⁴, a emoção, flexibilidade e a ruptura com o desporto tradicional (Soto, 2007). Esta relação com os valores emergentes de uma sociedade pós-moderna, deriva da procura por práticas desportivas que promovam o contacto com a natureza, um elevado bem-estar pessoal, o convívio, o divertimento, e da rotura com os espaços codificados e limitados, horários impostos, e a obtenção de resultados e de uma classificação.

Ainda segundo Soto (2007), o ócio actual constitui um claro exemplo da dinâmica sociocultural das sociedades avançadas, em contínua tensão entre a autonomia, a liberdade, a subjectividade e a racionalidade, o controle e a mercantilização.

A actividade turística têm-se adaptado às novas motivações e desejos dos indivíduos da sociedade actual, relativamente à forma como procuram usufruir do seu tempo livre e momentos de lazer, estando a implementação e desenvolvimento dos desportos de natureza relacionada com a moda e o consumo, bem como a fuga à monotonia e limites das modalidades mais formais.

Assim, a progressiva alteração nas dinâmicas do lazer e desportivas, motivadas pelo desejo de fruir, contemplar e interagir com a natureza, resultam num desenvolvimento acelerado do turismo activo, nomeadamente nas vertentes de turismo de natureza e desportivo, que têm apresentado um crescimento significativo, visivelmente no aumento de prestadores de serviço de animação turística.

Apresentando uma das maiores previsões de crescimento, o turismo de natureza, segundo o TP (2006) representa 9% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus, isto é, 22 milhões de viagens. Este segmento tem aumentado na Europa a um ritmo médio anual de

⁴ Pós-modernidade, segundo Inglehart (1998), como um processo paulatino de câmbio cultural para novos valores que valorizam a qualidade de vida e a realização pessoal, sem romper com as condições estruturais da Modernidade.

cerca de 7% nos últimos anos, e todas as previsões indicam que esta taxa de crescimento manter-se-á e inclusive será incrementada no futuro.

Tendo por base o grau de desenvolvimento actual do sector de turismo de natureza em Portugal, e tomando como referência um horizonte de 10 anos, a velocidade de crescimento deste sector pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual de 9% (TP, 2006). Esta diferença de crescimento face à taxa internacional, fica-se a dever, essencialmente, à recente implantação do sector em Portugal, sendo a base de partida inferior, e reflectindo-se num potencial de crescimento maior e mais rápido.

O reconhecido mérito do turismo de natureza encontra-se traduzido no PENT, para o período de 2006 a 2015, que o define como um segmento estratégico para Portugal (MEI, 2006).

Estamos na presença de um segmento cada vez mais importante e com grande potencial de desenvolvimento como representam os dados do Turismo de Portugal (TP, 2007) onde o turismo de natureza foi considerado a terceira motivação primária (8,2%) para a vinda a Portugal, independentemente da motivação primária, o canyoning (2,1%) é uma das actividades desportivas executada durante a visita.

Segundo Burnay (2006) o turismo de natureza pretendeu abrir caminho para uma compreensão do que pode ser o desenvolvimento socioeconómico assente numa estratégia de turismo sustentável, podendo este ser uma ferramenta para o desenvolvimento de áreas sensíveis do ponto de vista natural e cultural, que necessitam de uma abordagem cuidada e diferenciadora, e reduzindo as disparidades e assimetrias de desenvolvimento.

2.1.6. Síntese

Neste capítulo foi apresentado o turismo e a sua evolução para os tempos contemporâneos, com o desenvolvimento de práticas turísticas alternativas ao turismo de massas, reflectindo-se em vivências mais responsáveis e sustentáveis, privilegiando o contacto activo com os espaços naturais e comunidades locais.

A evolução do conceito de desporto, em resposta às motivações das sociedades modernas, espelha-se na procura de práticas mais recreativas e cada vez mais direccionadas para o contacto com a natureza.

Assim, como forma de ocupação do tempo livre e momentos de lazer, o relacionamento mais estreito entre os sectores do turismo, desporto e ambiente, repercute-se no crescente desenvolvimento dos segmentos do turismo activo e turismo de natureza.

2.2. Canyoning

2.2.1. Introdução

Neste capítulo é apresentada a actividade de canyoning, primeiro do ponto de vista desportivo e em seguida no contexto da animação turística.

2.2.2. O canyoning, um desporto emergente

Segundo Silva (2007a) a insistente procura por ambientes de beleza ímpar, protegidos da acção humanizadora e a atracção pela aventura, levaram os montanhistas e espeleólogos a explorar o fundo dos vales mais profundos, reduto de rios vertiginosos. Do mesmo modo, para Agustín *et al.* (2005), o canyoning resulta da combinação de técnicas aplicadas normalmente por escaladores e espeleólogos com o meio aquático, em ambientes de grande beleza, o que origina uma autêntica manifestação de atractivas sensações a praticantes, que buscam aventura e um certo risco em ambientes naturais com acessos normalmente difíceis.

Neste sentido o canyoning surge como actividade desportiva, do âmbito do montanhismo, pela atracção pelo risco, aventura, emoções fortes e contacto com um ambiente natural singular, de morfologia pitoresca e excepcional.

Desde os finais dos anos 70, do século XX, que o canyoning conhece um forte desenvolvimento, com uma exploração sistemática de linhas de água com elevado declive ou encaixe (FFME e FFS, 2007), e devido à morfologia e geologia algumas regiões tornaram-se rapidamente verdadeiros santuários do canyoning, como é o caso da Serra de Guara, em Espanha, e do Verdon, em França (EFDC e FFE, 2001).

Tal como noutras modalidades, em Portugal, a história do canyoning é um pouco mais recente com as primeiras explorações a surgirem apenas nos finais da década de 1980. De acordo com Silva (2004a), esta história inicia-se progressivamente, associada ao manifesto interesse por parte de pescadores, pastores, montanhistas e naturalistas em descobrir os

cursos de água mais inacessíveis, motivados pela aventura, pela descoberta de novas paisagens, ou tão-somente em trabalho ou por mero divertimento.

Actualmente, o canyoning é uma actividade com identidade própria, com técnicas e equipamentos específicos.

O canyoning consiste em seguir uma linha de água, de percurso muito acidentado, ultrapassando os diversos obstáculos (cascatas, ressaltos, escorregas, lagoas, etc.), utilizando para tal diversas técnicas de progressão (Figura 3): marcha, destrepes, rapel e outras técnicas de manobras de cordas, escalada, *tobogans*, saltos para água, natação, etc.



Figura 3 – Diversas técnicas de progressão em canyoning

Segundo Hidalgo (2002) o canyoning é um desporto em que se recorrem a cursos de água, mais ou menos encaixados, para cuja descida é necessário o uso de técnicas de natação, rapel e marcha, sempre em sentido descendente.

Trata-se de um desporto de natureza que se pratica num ambiente específico, pois, consiste em descer um *talvegue* que pode assumir a forma de torrentes, ribeiros, rios, gargantas (mais ou menos estreitas, profundos), com ou sem a presença permanente de água e podendo apresentar cascatas, piscinas, canais, e partes sub-verticais. Exige uma progressão por diferentes técnicas: caminhadas, natação, saltos, *tobogans*, destrepes, rapel e outras técnicas de progressão por corda. Esta disciplina impõe possuir um material e uma técnica específicos relacionadas à variabilidade do meio natural (ODIT, 2008).

A multidisciplinaridade que apresenta faz do canyoning um dos desportos de maior crescimento da década de 1990 (Gómez e Gámez, 1995), afirmando-se, actualmente, como uma das modalidades desportivas de montanha com maior projecção junto das pessoas que

praticam actividades na natureza e aventura (Agustín *et al.*, 2005), sendo praticado por um número bastante considerável, tanto de aficionados como de praticantes ocasionais. (Abarca *et al.*, 2001).

Acompanhando o desenvolvimento das actividades de aventura nos últimos anos, em Portugal, o canyoning também apresenta um elevado crescimento no que se refere ao de número de praticantes, prestadores de serviços e itinerários para a prática.

No entanto, é importante não esquecer que estamos na presença de uma actividade física, que integra variadas disciplinas desportivas e técnicas de progressão, que acarreta diversos riscos inerentes às práticas a desenvolver, bem como uma série de riscos próprios de um meio natural incontrolável e imprevisível, agreste, difícil, húmido, e muitas vezes frio e isolado, e os inerentes à personalidade do praticante.

Para Almeida (2008) estamos perante uma actividade desportiva e turística com elevado nível de risco. Do mesmo modo Silva (2007b) considera a prática do canyoning a um nível elementar bastante acessível, não estando contudo ausente de riscos, que são frequentemente subestimados.

Ainda assim, apesar da necessária segurança percebida por parte dos participantes, o risco constitui um factor chave que incita a participação.

Deste modo, para além de ser importante ter em conta todos os riscos associados às técnicas de progressão num determinado itinerário, também é indispensável analisar todas as particularidades do mesmo, visto que cada um se desenvolve com características específicas (verticalidade, extensão, exposição, caudal e movimentos de água, etc.).

A grande difusão desta actividade desportiva, pela inegável atractividade do ambiente onde se desenrola e espectacularidade da prática, leva a que todos os anos aconteçam um elevado número de acidentes, motivados em grande medida pelo desconhecimento das técnicas e por ignorância dos riscos patentes nesta actividade (Soto *et al.*, 2003).

De acordo com Abarca *et al.* (2001) o canyoning é uma disciplina desportiva onde a prática em meio natural, frágil e singular, a frequente progressão vertical e a existência de um caudal de água (permanente ou esporádico), tornam necessária uma formação específica e contínua para se poder desfrutar com segurança desta actividade.

Assim, podemos entender o canyoning como uma actividade desportiva, da área do montanhismo, onde o contacto com a natureza é uma realidade sempre presente, como tal, o risco e a imprevisibilidade são factores inevitáveis, associados ao facto de se tratar de uma actividade muito complexa e que conjuga diversas áreas do desporto de natureza e não só.

Trata-se de uma actividade que se desenrola num meio frequentemente comprometido com condições de prática que podem variar muito rapidamente, nomeadamente, devido às variações de débito de água. Por conseguinte, é necessário agir com todo o conhecimento, de forma consciente e com o discernimento necessário a uma prática raciocinada e fundamentada (FFME e FFS, 2007).

Neste sentido, uma prática com a máxima segurança requer formação específica e contínua, a utilização de técnicas e equipamentos adequados à variabilidade do meio natural, assim como uma condição física apropriada. No entanto, é de referir que não se deve descorar o planeamento da actividade, nomeadamente ao nível do local de prática, horários, características dos participantes, aspectos de segurança e emergência, recursos logísticos (alimentação e hidratação, comunicação, seguros, transportes, etc.), entre outros, independentemente do âmbito em que se enquadra a actividade.

O canyoning requer boas técnicas, uma boa relação entre a preparação física e o material (Abarca *et al.*, 2001), assim como a implementação de procedimentos (planeamento, segurança, e progressão) a adoptar antes e durante a actividade (Soto *et al.*, 2003), de forma a gerir o risco inerente e praticá-lo com as máximas garantias de segurança, desfrutando de paisagens naturais de extraordinária beleza.

Estamos na presença de uma actividade física de aventura e natureza híbrida, que se desenrola num ambiente misto (montanha e água), com grande capacidade de atracção pela excelência do espaço natural, que proporciona sensações de bem-estar pessoal, descoberta e aventura excepcionais. Segundo Silva (2004a) temos todos os ingredientes para cativar um número crescente de adeptos, mas estamos igualmente perante um desporto de risco e com alguns impactos nos ecossistemas.

No entanto, perante esta actividade lúdica, aparentemente simples tecnicamente, os profissionais nem sempre respeitam as regras de segurança básicas: equipamentos adequados para o frio, calçado apropriado, identificação prévia de áreas de salto e *tobogans*, etc. (ODIT, 2008). Segundo Haro e Samsó (2006), a necessidade de conhecer o meio

ambiente onde se pratica e de dominar a técnica, alia-se com a prudência na hora de entrar no interior de um *canyon* e descê-lo com os nossos próprios meios.

Deste modo, tendo em conta as especificidades da actividade, a prática, enquadrada ou não, de uma actividade de canyoning requer um ordenamento apropriado dos ecossistemas e um investimento na formação e na educação ambiental, justificando o recurso a um modelo de formação que garanta a aquisição de competências para que esta modalidade possa ser realizada com segurança e de forma sustentável.

2.2.3. O canyoning na animação turística

A animação turística vista como o conjunto de actividades culturais, lúdicas, de formação, desportivas, de difusão, de convívio, de recreio, oferecidas aos turistas com o intuito de restabelecer o equilíbrio físico e psíquico, aniquilando a monotonia, o excesso de tensão e o *stress* (Chaves e Mesalles, op. Cit. Almeida, 2004), ou seja, visa as exigências dos turistas actuais.

O turista como consumidor que é, é cada vez mais exigente, e procura serviços que correspondam às suas necessidades, motivações e desejos (Marcial, 2003). Neste sentido, procura usufruir do investimento (temporal e monetário) despendido, sendo a animação, o descanso, o exercício físico, o contacto com a natureza, a aventura, etc., formas de satisfazer necessidades e expectativas, de suprimir necessidades de descoberta e evasão, fomentando o divertimento, o desenvolvimento físico e mental e a satisfação pessoal.

Actualmente o turista, moderno, deseja fazer parte da acção, provar, vivenciar situações e momentos únicos (Pereira e Félix, 2002), deixando de ser passivo (espectador), para praticar activamente o que lhe é proposto, aproximando-se da sua natureza, que tanto procura, e vivenciando em pleno os valores da sociedade da qual faz parte. Resumidamente, são física e intelectualmente mais activos do que os do passado (OMT, 2003a).

Assim, a animação turística relacionada com a prática de actividades desportivas e de desporto aventura deriva de um conjunto específico de factores inerentes às necessidades da procura, nomeadamente, a necessidade de bem-estar e de boa forma física, a procura de experiências e aventura, e a busca de contacto com o ar livre e a natureza como fuga à crescente predominância de vivências urbanas (IQF, 2005).

Segundo Almeida (2004), a animação turística emerge no turismo pelo despertar do novo turista, mais exigente e mais activo, que impõe a prática de actividades de animação dentro do espaço de lazer, criando um novo conceito de turismo activo.

Deste modo, a animação turística no âmbito das actividades desportivas e de natureza é o expoente máximo do turismo activo, como refere Pereira (2003), sem elas este não tem sentido e, portanto, são fundamentais para que ele se desenvolva.

O canyoning como actividade física de aventura e natureza encaixa perfeitamente numa lógica de animação turística, pois é um desporto que proporciona aventura, sensações de evasão e fuga ao quotidiano pelo estreito contacto com o meio ambiente.

Trata-se de uma actividade de água e de montanha bastante recreativa, pela diversidade e multidisciplinaridade que apresenta, facilitando o divertimento e o bem-estar. De acordo com Hidalgo (2002) a água é um elemento que proporciona uma dinâmica muito lúdica e cativante.

Para Silva (2007c) a modalidade é muito apreciada principalmente porque conjuga técnicas associadas ao montanhismo, à espeleologia e ainda às águas bravas.

Outro aspecto a considerar é o facto de estarmos na presença de uma actividade com uma relação muito estreita entre o Homem e a Natureza que “permite descobrir paisagens fascinantes e inclui uma componente lúdica muito atractiva” (Silva e Almeida, 2008:16). O ambiente em si já é motivo de atracção, pois em geral é de grande beleza paisagística e imponência morfológica, apresentando-se genuíno, uma vez que são escassos os indícios da presença humana.

A conjugação de todos estes aspectos traduz-se numa actividade com forte potencial para a animação turística, sendo essencial desenvolver um adequado planeamento e enquadramento da mesma por parte das empresas, onde a qualidade e segurança, estão estreitamente ligadas com as qualificações e competências dos intervenientes.

Tem sido notória, nos últimos anos, a proliferação de empresas de animação turística dedicadas principalmente à vertente turismo verde/turismo activo, funcionando como actividade complementar e, em muitos casos até, como motivação principal da deslocação de turistas, a animação desportiva e a animação realizada ao ar livre e em contacto com a natureza, tem procura crescente no nosso país (IQF, 2005).

Apesar de apresentar um historial relativamente recente o canyoning é uma modalidade com enorme potencial desportivo e turístico, com capacidade para aumentar a qualidade e diversidade da oferta turística de um destino.

Segundo Silva (2007c), nos últimos anos esta actividade tem crescido significativamente no âmbito do sector da animação turística, com um número elevado de empresas portuguesas a oferecerem programas com esta actividade.

Como modalidade desportiva insere-se muito bem nas actividades de lazer promovidas no âmbito turístico, visto que possui uma componente recreativa e natural muito atractiva, o que justifica um forte potencial de crescimento.

Independentemente da natureza e das características do prestador de serviços, a prática destas actividades não pode constituir uma ameaça para a saúde do praticante nem atentar contra a sua integridade física e mental. Nessa medida, o enquadramento das actividades tem de assumir um padrão de qualidade e segurança de excelência, uma vez que estamos perante uma actividade que acarreta alguns riscos, podendo estes ser bastante diminuídos se existir um acompanhamento de monitores qualificados.

Segundo Sarmiento (2006) informar o cliente é uma obrigatoriedade dos prestadores de serviços. Estes devem comunicar aos seus clientes o itinerário a percorrer, medidas que se devem adoptar para preservar o ambiente, equipamento a utilizar, conhecimentos exigidos, dificuldades da actividade, idade mínima para a prática, necessidade de seguir as instruções dos guias e monitores, existência de uma política de responsabilidade civil, preços e a existência de livro de reclamações.

2.2.4. Síntese

Relativamente à modalidade específica deste estudo, o canyoning, expõe-se um breve enquadramento histórico e evolutivo, uma contextualização genérica da actividade, bem como algumas características mais particulares.

Por fim apresenta-se a animação turística como uma actividade crescente e a utilização do canyoning como uma actividade de grande potencial neste âmbito.

2.3. Formação em turismo e desporto de natureza

2.3.1. Introdução

Neste capítulo, inicialmente são abordados alguns conceitos básicos da formação e a sua importância para o desenvolvimento do sector da animação turística e desporto de natureza, seguindo-se uma abordagem aos principais modelos deste sector.

Posteriormente exploram-se e caracterizam-se diversos modelos de formação de técnicos e praticantes de canyoning mais implementados em Portugal e algumas referências internacionais, em especial de países onde a actividade está mais desenvolvida.

2.3.2. A formação como base do desenvolvimento

A formação, no sentido lato da palavra, diz respeito ao acto ou efeito de formar, dar forma, modelar, no entanto quando nos referimos à formação de pessoas deverá traduzir-se em conhecimento, metodologias e valores, para uma intervenção fundamentada.

Actualmente, mais do que nunca, a formação é uma exigência do quotidiano, tanto a nível pessoal como organizacional, pois estamos numa época em que o “prazo de validade” de muitos dos nossos conhecimentos é cada vez mais limitado e precário (Ferreira, 2003). Exige-se, assim, o alargamento da formação a todas as áreas do saber, a todas as fases da vida e a todas as organizações, tornando-a contínua como contínuas são as transformações da sociedade. Neste sentido, a formação deve assumir-se sólida e continua no tempo, com uma actualização permanente, considerando sempre a sequência lógica do encadeamento e alargamento dos conhecimentos.

No entanto, ainda hoje grande parte da aprendizagem, nas mais diversas actividades, resulta da experiência, do esforço de observação individual e da “tentativa e erro” que todos realizamos (Cardim, 2005). Contudo, estas aprendizagens favorecem o improvisado e outras formas menos racionalizadas de actuar, ou seja, menos eficientes, uma vez que dificultam a aquisição de conhecimentos de organização, planeamento e causalidade técnica, entre outros, pois não são facilmente percebidos.

Para Ferreira (2003:40), “o incontido desejo de crescer, arriscar e inovar, encoraja o ser humano a romper com hábitos, crenças e valores, que o evoluir dos tempos retirou credibilidade e sentido, e a procurar saber-mais, saber-fazer-melhor e saber-ser-diferente”.

Neste sentido a formação deve ser um processo capaz de dotar os formandos de diferentes “saberes” que se inter-relacionam e complementam (Figura 4):

- O “saber”, que proporciona a aquisição de conhecimentos e competências técnicas (saber científico), e que se consuma através da formação de conhecimentos;
- O “saber-fazer”, que desenvolve capacidades operacionais, habilidades e competências estratégicas (saber tecnológico), e que se cumpre mediante a formação técnica;
- O “saber-ser”, que propicia a cultura de valores, atitudes e competências relacionais (capacidades pessoais e sociais), e que se realiza através da formação comportamental.

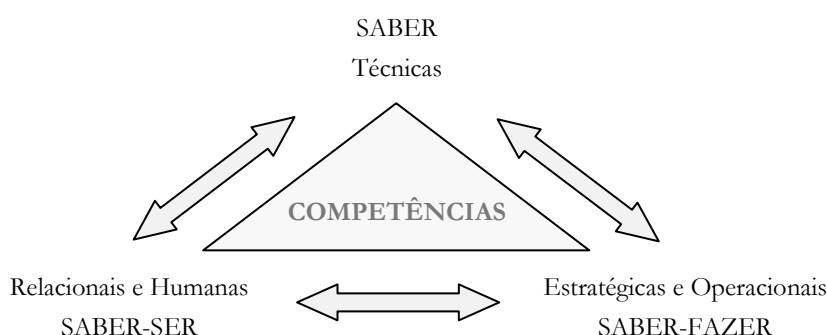


Figura 4 – Inter-relação de diferentes “saberes” (adaptado de Ferreira, 2003)

O equilíbrio entre estas dimensões (saberes), consequência natural da formação, é fundamental para o desenvolvimento pessoal e organizacional, originando o aperfeiçoamento de competências e características pessoais. Esta harmonia de “saberes” é essencial para a formação de indivíduos mais capacitados para responder às necessidades das funções ou actividades desenvolvidas, o que se reflecte em organizações mais produtivas e competitivas.

Deste modo, podemos encarar a formação como um processo, formal ou informal, de aquisição de conhecimentos ou adopção de atitudes e comportamentos (Câmara, Guerra e Rodrigues, 2001), que possibilita o desenvolvimento das pessoas, partindo do princípio que quanto mais conhecimentos possuir o indivíduo, melhor será o profissional (Sampaio, 2004).

Assim, a formação deve ser encarada como um investimento e não um custo, como um meio que tem o dever de proporcionar aos formandos as competências necessárias para o desempenho da sua actividade e aperfeiçoar capacidades já adquiridas, isto é, torná-los mais qualificados, enriquecendo-os não só como profissionais mas como pessoas.

Numa óptica empresarial, e uma vez que o capital humano fundamenta a existência de qualquer organização, a qualificação dos recursos humanos é essencial para um desenvolvimento sustentável, baseado na inovação e no conhecimento, devendo a formação visar a aptidão dos colaboradores, tornando-os, segundo Ferreira (2003), profissionalmente mais qualificados, organizacionalmente mais envolvidos, criativamente mais produtivos e humanamente mais autónomos.

Segundo o IEFP (2010a), a melhoria dos níveis de qualificação revela-se de importância estratégica para um desenvolvimento sustentável, baseado na inovação e no conhecimento, que assegure a renovação do modelo competitivo da nossa economia e promova uma cidadania de participação.

Deste modo, a formação deve assentar em objectivos bem definidos e realistas, direccionados para as necessidades dos seus destinatários, e na adequabilidade dos conteúdos e metodologias de formação.

Para Ferreira (2003), em muitas das situações em que se verifica o descrédito da formação deve-se à sua incapacidade de responder, de uma forma acertada e realista, às necessidades sentidas pelas organizações e pelos formandos.

Segundo DL 396/2007 (2007), apesar dos progressos realizados no domínio das qualificações da população portuguesa, a realidade nacional e os ritmos de evolução em matéria de qualificações continuam muito longe dos níveis dos países mais desenvolvidos, não assegurando ao país as condições necessárias ao seu desenvolvimento, no contexto de uma economia global cada vez mais baseada no conhecimento.

Em Portugal (Anexo 1 e 2), o acesso à “Aprendizagem”⁵ pode ser consumado por via do Sistema de Educativo que se organiza em três subsistemas diferenciados e com finalidades próprias: a educação pré-escolar; a educação escolar, que abrange os ensinos básico, secundário e superior; e a educação extra-escolar (Lei 46/86, 1986). Ou em alternativa, pelo Sistema de Formação Profissional que visa a formação profissional, actualmente enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento (DL 396/2007, 2007).

⁵ “Entende-se por “Aprendizagem” o processo mediante o qual se adquirem conhecimentos, aptidões e atitudes, no âmbito do sistema educativo, de formação e da vida profissional e pessoal” (DL 396/2007, 2007).

De notar que, neste domínio, a formação profissional tem como objectivo dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais actividades profissionais (DL 396/2007, 2007), adoptando, segundo Cardim (2005), essencialmente duas modalidades: a qualificação, também designada por formação inicial, com o intuito de preparar para o exercício de uma profissão qualificada ou técnica de nível não superior, e o aperfeiçoamento ou formação contínua, que visa a preparação de activos já qualificados para melhorar as suas competências profissionais, estando deste modo orientada para a melhoria de desempenho de funções.

O SNQ deve reflectir o Quadro Europeu de Qualificações⁶ (QEQ) que constitui um dispositivo de tradução entre sistemas de qualificações distintos e os respectivos níveis de qualificação, aplicável a todas as vias de aprendizagem formais, não formais e informais (ANQ, 2009).

Deste modo, a obtenção da qualificação, definida SNQ, pode ser concretizada através de formação inserida no Catálogo Nacional de Qualificações⁷ (CNQ), de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, ou do reconhecimento de títulos obtidos noutros países (DL 396/2007, 2007).

Neste sentido, o desenvolvimento da educação e formação em animação turística e desporto de natureza pode ser promovida por diversas instituições de educação ou formação, de natureza pública ou privada, desde que tendo em conta as necessidades dos formandos, isto é, formação desportiva aquando de uma perspectiva de prática desportiva e ensino superior ou profissional quando o objectivo é a qualificação e o desenvolvimento de uma actividade laboral.

⁶ O QEQ (*European Qualifications Framework*) “é um quadro europeu de referência comum que permite fazer corresponder os sistemas de qualificações de vários países, funcionando como um dispositivo de conversão de modo a tornar as qualificações mais claras e compreensíveis entre diferentes países e sistemas na Europa. Tem dois objectivos principais: promover a mobilidade dos cidadãos entre países e facilitar a sua aprendizagem ao longo da vida.” (Comunidades Europeias, 2009)

⁷ O CNQ “é um instrumento dinâmico, de gestão estratégica das qualificações de nível não superior, essenciais para a competitividade e modernização das empresas e do tecido produtivo e para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo” (DL 396/2007, 2007).

2.3.3. A importância da formação para o sector

No turismo, a importância da formação de recursos humanos é notória pelo facto de estarmos na presença de uma “actividade humana” que tem por base as pessoas, isto é, feita por e para estas.

Como tal é relevante quantificar os recursos humanos necessários para preencher cargos actuais e futuros, e quais as atitudes, qualificações e conhecimentos que devem possuir (OMT, 2003b), para responder aos graus de qualidade exigidos nas actividades prestadas.

No entanto, as exigências de formação dos recursos humanos que desenvolvem actividades de animação turística e desporto de natureza são ainda mais evidentes por estarmos na presença de actividades que acarretam riscos acrescidos e necessidades de formação específicas, nomeadamente em técnicas especializadas.

Estas necessidades ou lacunas de formação são, igualmente, notórias em Portugal, pelo facto de a falta de experiência e de conhecimento processual (*know how*) ser uma das principais lacunas na área do turismo de natureza e aventura (MEI, 2006), bem como pela escassez de profissionais especializados, fomentada pela inexistência ou insuficiência de formação específica para esta área e a ausência de reconhecimento das competências de profissionais pela via da experiência (IQF, 2005).

Segundo o EQFOA (2008), o desenvolvimento de uma estrutura profissional para o sector da animação turística, na Europa, depende fortemente da formação (actualmente pouco desenvolvida ou inexistente) que é essencial para acompanhar o crescimento significativo das actividades de turismo e desporto de natureza.

Assim, o desenvolvimento sustentável da prática das actividades de animação turística e desporto de natureza deve assentar na formação, direccionada e estruturada, dos recursos humanos envolvidos, uma vez que a qualidade e segurança destas actividades, estão estreitamente ligadas com as qualificações e competências dos intervenientes (Figura 5).



Figura 5 – Importância da formação

Estamos na presença de actividades que pelas características intrínsecas (natureza, risco, incerteza, desafio, etc.) requerem conhecimentos específicos de diversas áreas e impõem, segundo Paulo (2002), que quem as proporciona e organiza tenha formação adequada e reúna todas as condições de segurança, desde equipamento adequado, autorizações para a utilização dos espaços, até aos seguros pertinentes.

Neste sentido, é fundamental definir um conjunto de procedimentos e pressupostos que proporcione, a quem procura estas actividades, uma oferta com elevados padrões de segurança e de qualidade.

O desenvolvimento da formação dos técnicos está estritamente associada à certificação e à regulamentação do turismo de natureza, pois são ferramentas essenciais para consolidar esta oferta e dignificar os profissionais que a desenvolvem, bem como para garantir a qualidade e sustentabilidade do produto e dos serviços.

Deste modo, é essencial que o Estado assuma um papel activo, nomeadamente através dos organismos competentes como o Turismo de Portugal (TP) e o Instituto do Desporto de Portugal (IDP), para uma melhor regulação deste sector.

Os profissionais nesta área devem ter titulação correspondente, sustentada numa qualificação adequada (Soto, 2007), uma vez que, o profissionalismo será, certamente, um factor de competitividade, e mesmo de diferenciação. O aumento da qualificação profissional é uma necessidade urgente e a OMT (2003b) transmite-nos isso mesmo, observando a urgência de qualificar os recursos humanos para o sector.

A importância da formação de recursos humanos deve ser considerada para garantir a criação de bases para o desenvolvimento e melhoramento de projectos de formação que contribuam para a excelência do sector.

A promoção de conhecimentos e formação de profissionais pode e deve contribuir para uma prática sustentada das actividades de animação turística e desporto de natureza, podendo repercutir-se com benefícios a vários níveis (sociais, económicos, culturais e ambientais), exigindo-se para tal que os envolvidos possuam habilitações adequadas, fomentando assim a expansão e a qualidade das actividades.

2.3.4. Principais modelos de formação em animação turística e desporto de natureza

O facto de estarmos perante actividades de lazer onde existe uma inter-relação entre diversos sectores, ou seja, diversas práticas turísticas, desportivas ou ambientais que podem estar simultaneamente associadas, torna fundamental uma relação próxima entre os vários organismos reguladores.

Deste modo, o Estado português, como entidade reguladora, deve assumir esse papel e, através dos organismos competentes e com intervenção nos sectores do turismo, desporto e ambiente, bem como na área formativa, nomeadamente o TP, o IDP, o ICNB, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e as diversas federações desportivas. O Estado português para além da responsabilidade de regular, deve ainda ser responsável por definir os organismos com competências para homologar e certificar a formação e os profissionais formados pelas diversas entidades formadoras acreditadas.

No entanto, o papel regulador do Estado português, até ao momento, ainda não corresponde “às expectativas dos muitos interessados (praticantes e candidatos a técnicos) e actuais “profissionais” que desenvolvem as suas práticas e actividades profissionais” (Carvalhinho, 2006:32) nestas áreas do desporto de natureza e turismo activo.

A formação dos profissionais de turismo activo deve ser alicerçada numa sólida formação, a qual terá de ser, por um lado, multilateral, ou seja baseada em conceitos gerais de turismo, desporto e animação e, por outro, especializada nas áreas de intervenção.

Assim, para a sustentabilidade deste sector de actividade e dos seus profissionais, os organismos estatais têm que assumir as suas responsabilidades e definir estratégias de

actuação partilhadas e em sintonia. Existem diversas entidades que, julgando pela sua natureza e responsabilidade, devem perfilar-se e articular procedimentos facilitadores do desenvolvimento da qualificação dos profissionais de animação turística e desporto de natureza (Quadro 2).

Quadro 2 – Organismos estatais com responsabilidades na formação

Organismo	IEFP	DGERT	MCTES	IDP	TP
Área de Actuação	Formação e certificação profissional	Acreditação de entidades formadoras	Ensino superior	Regulamentação do desporto	Regulamentação do turismo

O IEFEP, tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas activas de formação profissional. É o organismo responsável pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP), assegurando a certificação das competências necessárias ao exercício de uma profissão (IEFP, 2010b). No entanto, ao nível da oferta de competências e homologação de cursos nas áreas do turismo e do desporto ainda não se verifica qualquer existência.

À DGERT, através da Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação (DSQA) cabe a concepção das políticas de formação e certificação profissional, com competência específica de gestão do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras, nomeadamente (DL 210/2007 e Portaria 633/2007, 2007):

- Definição de critérios e proceder à avaliação da qualidade e certificação de entidades formadoras;
- Promoção do conhecimento dos mesmos tendo em vista o desenvolvimento equilibrado do sector da formação e a qualidade das acções desenvolvidas;
- Avaliação dos resultados da formação.

Ao nível do ensino superior universitário e politécnico, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) é responsável, através dos estabelecimentos de ensino, pela formação de técnicos superiores (nível VI – Licenciatura, nível VII – Mestrado e nível VIII – Doutoramento⁸) de animação turística e desporto de natureza. Compete também aos estabelecimentos de ensino superior o desenvolvimento de cursos de formação pós-

⁸ Segundo o Quadro Nacional de Qualificações

secundária, não superior, que visam conferir uma qualificação profissional de nível V, os Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

De acordo com a sua estrutura orgânica, ao IDP, enquanto órgão com atribuições específicas na área da formação desportiva, cabe (Despacho 21331/2008, 2008):

- Assegurar, no âmbito do SNCP, um regime de certificação profissional na área do desporto;
- Homologar cursos de formação profissional na área do desporto e emitir os respectivos certificados de formação profissional;
- Propor e colaborar na definição e implantação de modelos de formação para agentes desportivos;
- Colaborar na elaboração de manuais necessários às acções de formação.

Ao nível do turismo, o TP é o organismo competente pela regulação das competências profissionais no sector visando a promoção da qualidade dos serviços turísticos, nomeadamente através do (TP, 2009):

- Reconhecimento de Qualificações Profissionais (Certificação Profissional para as Diversas Profissões do Turismo);
- Reconhecimento de Cursos (Homologação de Cursos de Formação).

Apesar de institucionalmente reconhecidas as responsabilidades e competências dos diversos organismos públicos apresentados, ao nível da formação, desporto e turismo, ainda existe muito a desenvolver para regulamentar a formação em Portugal, em particular no que se concerne ao desporto de aventura e turismo activo.

Deste modo, o sistema de regulamentação da formação deve, em primeiro lugar, passar pelo enquadramento legislativo que, apesar de já existente deve ser efectivamente aplicado e readaptado para posterior definição de perfis profissionais que descrevam as competências necessárias para o exercício das profissões ou ocupações desportivas (Figura 6).



Figura 6 – Regulamentação da formação

Com base nestas acções é essencial desenvolver os modelos de formação ajustados às necessidades das actividades, com pré-requisitos, sistema de equivalências, conteúdos formativos, metodologias de avaliação e de acompanhamento técnico-pedagógico bem definidos, para uma conveniente certificação de profissionais e praticantes, e eficaz homologação dos cursos e respectivas entidades formadoras.

Embora de configuração pouco regular e sintonizada já existem diversas instituições de educação e formação a desenvolver formação nas áreas de intervenção do turismo activo e desporto de natureza em Portugal, que segundo os estudos dos projectos EQFOA (2008) e CLO2 (2010) deve ser a base para a criação da profissão de técnico de actividades turísticas de ar livre e dotar os profissionais de carteira profissional, que se devem especializar nas áreas onde intervêm através de formação técnica.

Entre estas, destacam-se diversas instituições do ensino superior, públicas e privadas, que desenvolvem licenciaturas no âmbito da animação turística e desporto de natureza, bem como variadas licenciaturas ao nível do desporto e educação física com especializações nestas áreas. Em Portugal existem actualmente, no domínio do ensino superior público, três cursos de animação desportiva e quatro de animação turística, e um curso de desporto e animação turística ao nível do ensino superior privado. No âmbito do segundo ciclo, nos últimos anos surgiram alguns cursos na área do desporto ou turismo com especializações em desporto ou turismo de natureza e aventura.

A oferta do ensino superior de cursos no âmbito da animação em desporto e turismo de natureza estende-se ainda aos CET, que presentemente conta com quatro cursos, estando outros cinco a aguardar despacho (DGES, 2010a).

Ao nível do ensino não superior apenas uma instituição de formação a CEFAD – Formação Profissional (CEFAD), desenvolve um CET nesta área de intervenção, encontrando-se um curso a aguardar publicação (DGES, 2010b).

Por sua vez, o IIEFP apresenta na sua oferta formativa, de formação profissional inicial, um curso de aprendizagem no âmbito da animação turística, de certificação profissional de nível III e com equivalência ao ensino secundário, tendo como objectivo o aumento das qualificações profissionais e escolares dos jovens, potenciando, assim, o desenvolvimento de quadros intermédios e especializados (IIEFP, 2010c).

Outras entidades que disponibilizam este tipo de formação são os centros de formação profissional privados, como o CEFAD, escolas profissionais e as associações de empresas, em particular a Associação Portuguesa das Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE), que geralmente apresentam uma duração mais reduzida e menor profundidade de conteúdos.

Ao nível da formação para a prática desportiva a oferta formativa resume-se, essencialmente, aos cursos desenvolvidos pelas federações desportivas, clubes e associações desportivas na área dos desportos de natureza e aventura, que apresentam modelos de formação para praticantes e técnicos de índole benévola (não profissional).

A definição das competências necessárias para o exercício da profissão de técnico de turismo activo e desporto de natureza, bem como as formas de aquisição das mesmas, é fundamental para regulamentar e constituir um título profissional pois, apesar de existirem diversos modelos de formação neste âmbito, a inter-relação entre os mesmos é reduzida. É igualmente importante definir títulos para os praticantes desportivos de actividades de natureza e aventura.

Existem diversos países em que os modelos de formação e certificação profissional de técnicos de animação desportiva de natureza e aventura já se encontram relativamente estruturados e implementados. Em Espanha, apenas se admite o acesso à profissão através de certificação universitária e formação profissional de técnicos adequados para a prática das actividades. No entanto, continua a verificar-se a escassez de titulados e a abundância

de trabalhadores experientes que habitualmente realizam os trabalhos do sector (Sarmiento, 2006).

Assim, no que se refere ao enquadramento profissional deve caber ao TP e ao IDP a responsabilidade de credibilização do sector da animação turística e de definição do modelo de formação e certificação dos técnicos. Em paralelo, o IDP deve incumbir-se pela regulamentação da formação ao nível dos praticantes e técnicos benévolos, bem como fomentar a sustentabilidade das práticas de actividades de desporto de natureza.

Tendo em consideração que estamos perante actividades que acarretam riscos acrescidos que podem, em parte ser controlados a partir do momento em que existam técnicos devidamente qualificados para as conduzirem e praticantes autónomos qualificados, é reforçada a importância da formação e a necessidade de desenvolver iniciativas que a regulamentem, bem como toda a actividade turística e desportiva de natureza e aventura.

2.3.5. Modelos de formação de canyoning

Segundo Abarca *et al.* (2001), a prática desportiva e o desfrute da natureza no canyoning, como em todos os desportos de natureza, comporta os seus riscos e exige uma boa preparação para os ultrapassar e, sem dúvida, a melhor maneira passa por apostar na formação adequada dos técnicos.

Neste sentido, a prática, enquadrada ou não, de actividades de canyoning requer conhecimentos específicos de diversas áreas, justificando o recurso a formação que transmita as competências necessárias para uma prática segura e sustentável.

Apenas os praticantes aperfeiçoados (com formação e dominando as técnicas de progressão) podem encarar uma prática autónoma não enquadrada. O recurso a um guia ou monitor profissional ou ao enquadramento de técnicos benévolos é indispensável em todos os outros casos (ODIT, 2008).

Deste modo, a formação e qualificação dos técnicos de canyoning é, tendo em consideração as características da modalidade, um factor fundamental para o desenvolvimento de serviços de elevada qualidade e segurança. Assim, a formação destes profissionais deve assentar em competências de base multidisciplinar e em competências especializadas, que possibilitem o domínio técnico da modalidade, de primeiros socorros e

segurança, de comunicação e intervenção pedagógica, e capacidades de avaliação das condições do meio ambiente.

Actualmente existem diversos modelos de formação de canyoning, nacionais e internacionais, aos quais os interessados podem recorrer com o intuito de se qualificarem, sendo alguns direccionados para a animação turística e outros para a prática desportiva.

No quadro 3 apresentam-se alguns desses modelos, dando destaque aos nacionais e aos que os técnicos portugueses mais recorrem.

Quadro 3 – Modelos de formação de canyoning – nacionais e internacionais

Modelos	APECATE	CIC	DESNÍVEL	FPME	FCMP/FFS/ FFME/FFCAM/FAM
Níveis	A1 a A2	MI a MIV	NI a NV	NI a NII	NI a NV
Objectivo (formação)	Técnicos	Técnicos	Praticantes e técnicos	Praticantes	Praticantes e técnicos
Finalidade	Animação Turística	Animação Turística	Prática Desportiva e Animação Turística	Prática Desportiva	Prática Desportiva

Para realizar uma caracterização mais equitativa entre os diversos modelos de formação em estudo, estabelece-se como parâmetro de uniformização uma escala de cinco níveis de competências técnicas de canyoning que os modelos visam responder (Quadro 4).

Quadro 4 – Níveis de formação por competências

Nível	Formação de Praticantes		Formação de Quadros Técnicos		
	<i>I</i> <i>Iniciação</i>	<i>II</i> <i>Aperfeiçoamento</i>	<i>III</i> <i>Avançado</i>	<i>IV</i> <i>Monitor</i>	<i>V</i> <i>Instrutor</i>
Competências	Praticante supervisionado	Praticante autónomo	Liderança de grupos/ Enquadramento supervisionado	Enquadramento e organização de actividades/ Formador auxiliar	Formador

Em relação à formação direccionada para técnicos de canyoning, com o intuito de monitorização de actividades de animação turística, a APECATE e a *Commission Internationale de Canyon* (CIC) são duas das organizações, com modelos de formação, aos quais os técnicos ou aspirantes a técnicos portugueses recorrem.

A APECATE apresenta um modelo de formação de activos com o objectivo de qualificar e certificar os profissionais das empresas de animação turística para o exercício das suas

funções, nomeadamente, no campo da monitorização de actividades de ar livre ou animação *outdoor* (APECATE, 2010).

O modelo de formação da APECATE apresenta apenas dois níveis de formação, Animador A1 e A2 (Quadro 5).

O grau de “Animador A1” confere competências técnicas, comportamentais e turísticas para acompanhar e enquadrar, sob supervisão, actividades de animação turística, enquanto o “Animador A2”, concede competências para o acompanhamento e enquadramento, de actividades de animação turística, sem supervisão (APECATE, 2010).

Quadro 5 – Modelo de formação APECATE

MODELO/ Níveis	<i>Avançado</i>	<i>Monitor</i>
	<i>N III</i>	<i>N IV</i>
APECATE	Animador A1	Animador A2
Carga horária	25 h	65 h
Competências	Enquadramento supervisionado	Enquadramento
Situação	Implementado	Não implementado

Tendo em conta os parâmetros definidos na escala inicialmente apresentada (Quadro 4) e tal como se pode visualizar no quadro 5 o modelo de formação da APECATE confere qualificações finais equivalentes ao terceiro e quarto nível, “Avançado” e “Monitor”. No entanto, e apesar de ter como objectivo a formação de activos (i.e., qualificar os profissionais que exercem a actividade) julgamos, tendo em conta a carga horária de formação técnica, que as competências transmitidas podem ficar aquém das necessidades que o exercício profissional da actividade exige.

Ainda ao nível da formação de carácter profissional, a CIC oferece um modelo de formação bastante desenvolvido e implementado em diversos países, que tem como objectivo a formação de guias profissionais de canyoning para uma filosofia de guiar grupos (CEC, 2005).

A CIC desenvolve um modelo de formação com quatro módulos de formação e dois estágios práticos que equivalem a três níveis de qualificação, nomeadamente: o “Assistente de Guia”, com competências para auxiliar o enquadramento de grupos; o “Guia”, com capacidades técnicas e comunicacionais para conduzir actividades de animação turística; e o “Instrutor”, com qualificações para desenvolver e ministrar formação de técnicos (Quadro 6).

Quadro 6 – Modelo de formação CIC

MODELO/ Níveis	<i>Aperfeiçoamento</i>	<i>Avançado</i>	<i>Monitor</i>	<i>Instrutor</i>
	<i>N II</i>	<i>N III</i>	<i>N IV</i>	<i>N V</i>
CIC	Módulo 1	Módulo 2 Assistente de Guia	Módulo 3 Guia	Instrutor
Carga horária	76h	76h	90h	294h
Competências		Enquadramento supervisionado	Enquadramento	Formação
Situação		Implementados		

Podemos também salientar o modelo estatal espanhol, regulado pelo *Ministerio de Educación y Cultura* (MEC), que apresenta um modelo de formação profissional, com validade educativa, que estabelece o título de técnico desportivo em canyoning, com o objectivo de formar profissionais com competências para conduzir e organizar actividades de canyoning. De destacar que este título pode ser concedido por centros de formação públicos e privados dotados com os recursos necessários e reconhecidos pelo MEC espanhol (RD 318/2000, 2000).

O modelo de formação profissional de técnicos desportivos em canyoning, regulado pelo MEC espanhol, encontra-se dividido em dois módulos, que por sua vez estão subdivididos em vários blocos. O primeiro módulo confere competências de base, ao nível da actividade desportiva, primeiros socorros e montanhismo, que possibilitam a iniciação de actividades de montanhismo. Ao passo que o segundo módulo faculta competências técnicas, de segurança, pedagógicas, de planeamento e ambientais, ao nível do canyoning, que viabilizam a condução e organização de actividades de canyoning, bem como a formação de técnicos e praticantes (Quadro 7).

Quadro 7 – Modelo de formação MEC Espanhol

MODELO/ Níveis	<i>Monitor</i>	<i>Instrutor</i>
	<i>N IV</i>	<i>N V</i>
Espanhol	Técnico desportivo em canyoning	
Carga horária	420h + 555h	
Competências	Enquadramento e formação	
Situação	Implementado	

Relativamente à formação de praticantes e técnicos, de âmbito benévolo, esta é desenvolvida por federações desportivas e clubes, com destaque, em Portugal, para a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), reconhecida pelo Estado como a entidade que tutela a modalidade de canyoning em Portugal, para a Federação

Portuguesa de Montanhismo e Escalada (FPME) e para a Associação de Desportos de Aventura Desnível (Desnível).

Num contexto nacional, o modelo de formação da Escola Nacional de Montanhismo (ENM), tutelada pela FCMP, aplica, no âmbito do canyoning, o modelo da *Fédération Française de Spéléologie* (FFS). Este modelo visa a certificação de conhecimentos, a formação complementar e a credenciação de quadros técnicos, de índole benévola (não profissional), e de praticantes.

O modelo de formação da FCMP tem como objectivo o aumento do nível técnico dos quadros técnicos da ENM, bem como dos praticantes, mantendo-os actualizados e aptos a desenvolver actividades nas diversas áreas, com eficácia, segurança e respeito pelo meio ambiente (FCMP, 2007).

Ainda a nível federativo, a FPME apresenta um modelo de formação de praticantes que tem como objectivo uniformizar a formação de praticantes a nível nacional, uma vez que pretende servir de base orientadora para os clubes formarem os seus praticantes (FPME, 2009), apresenta igualmente um modelo de formação de técnicos, no entanto ambos ainda não se encontram implementados.

A nível associativo, a Desnível possui um centro de formação que segue um modelo de formação predominantemente técnico baseado em cinco níveis, intervalados por períodos de prática desportiva, no entanto apenas implementa até ao nível III (técnico auxiliar). Trata-se de um centro de formação que tem como objectivo formar e qualificar técnicos, formadores ou simples praticantes, com vista a reforçar a autonomia e segurança para uma prática sustentada (Desnível, 2009a). Por ser um centro de formação bastante activo e acreditado pela DGERT é reconhecido por diversas empresas de animação turística para a formação técnica dos seus recursos humanos, bem como junto dos praticantes da modalidade e dos candidatos a técnicos de animação turística.

O modelo de formação da Desnível tem por base os modelos franceses, ou seja, é assente em cinco níveis de formação (Quadro 8). Dos três níveis desenvolvidos, o primeiro, iniciação, visa o contacto com a modalidade, com o objectivo de dotar os formandos dos conhecimentos técnicos mínimos para poderem praticar a modalidade com segurança desde que devidamente enquadrados. O segundo nível, aperfeiçoamento, tem como objectivo consolidar, aprofundar e alargar as temáticas abordadas na iniciação e transmitir os conhecimentos suficientes para a organização e progressão de forma autónoma num

canyoning de dificuldade média. Já o terceiro nível, iniciador, pretende que os formandos adquiram competências para praticar a actividade em segurança, autonomia e como líderes do grupo, podendo enquadrar actividades supervisionadas por monitores ou instrutores (Desnível, 2009a).

Os vários níveis visam igualmente sensibilizar os formandos para os aspectos ambientais e de gestão do risco específicos da actividade.

Quadro 8 – Modelo de formação do Centro de Formação Desnível

MODELO/ Níveis	<i>Iniciação</i> N I	<i>Aperfeiçoamento</i> N II	<i>Avançado</i> N III	<i>Monitor</i> N IV	<i>Instrutor</i> N V
DESNÍVEL	N I	N II	N III	N IV	N V
	Iniciação	Aperfeiçoamento	Iniciador	Monitor	Instrutor
Carga horária	25h	50h	200h	75h	-
Competências	Praticante supervisionado	Praticante autónomo	Liderança de grupos e enquadramento supervisionado	Enquadramento e organização de actividades	Formação
Situação	Implementados			Não implementados	

Ainda relativamente à formação de praticantes e técnicos de cariz benévolo, em termos internacionais destaca-se o modelo francês, sendo a França um dos países mais desenvolvidos na área dos desportos de natureza e aventura, com três federações, *Fédération Française de Spéléologie* (FFS), *Fédération Française de la Montagne et de l'Escalade* (FFME) e *Fédération Française des Clubs Alpin et de Montagne* (FFCAM), a constituírem a *Commission Canyon Interfédérale* (FFME e FFS, 2007). Estas implementam modelos de formação muito semelhantes e com equivalências entre as diferentes federações, o que permite um intercâmbio de praticantes entre as mesmas.

Trata-se de modelos bastante consolidados e amadurecidos, que apresentam cinco níveis de qualificação, com os dois primeiros direccionados para a formação de praticantes e os restantes para a formação de técnicos (Quadro 9). As diferenças para o modelo de formação da Desnível, apresentado anteriormente dizem respeito à formação de técnicos, com o terceiro nível de qualificação, iniciador, a conceder qualificações para o enquadramento de actividades, e o quarto nível, monitor, a possibilitar o desenvolvimento de actividades formativas.

Quadro 9 – Modelo de formação das federações francesas

MODELOS/ Níveis	<i>Iniciação</i>	<i>Aperfeiçoamento</i>	<i>Avançado</i>	<i>Monitor</i>	<i>Instrutor</i>
	<i>NI</i>	<i>NII</i>	<i>NIII</i>	<i>NIIV</i>	<i>NIIV</i>
FFME/FFS /FFCAM	NI Iniciação	NII Aperfeiçoamento	Iniciador	Monitor	Instrutor
Carga horária	25h/28h/20h	40h/40h/30h	35h/45h/42h	35h/50h/42h	14h/42h/35h
Competências	Praticante supervisionado	Praticante autónomo	Enquadramento	Formação e enquadramento	Formação
Situação	Implementados				

De realçar também, em termos internacionais, as federações espanholas, mais especificamente a *Federación Aragonesa de Montañismo* (FAM), que intervém numa região de elevado potencial para a prática do canyoning e que conta com a *Escuela Aragonesa de Montañismo* (EAM), onde implementa o seu modelo de formação, bastante consolidado, de praticantes e técnicos de canyoning.

O modelo da EAM (Quadro 10) é ligeiramente diferente dos modelos de formação de praticantes e técnicos benévolos referidos anteriormente uma vez que contempla seis níveis de qualificação, com a inclusão de um nível de praticante avançado que proporciona competências para uma prática tecnicamente mais complexa (FAM, 2010).

Quadro 10 – Modelo de formação da FAM

MODELO/ Níveis	<i>Iniciação</i>	<i>Aperfeiçoamento</i>	<i>Avançado</i>	<i>Monitor</i>	<i>Instrutor</i>	
	<i>NI</i>	<i>NII</i>	<i>NIII</i>	<i>NIIV</i>	<i>NIIV</i>	
EAM	Iniciação	Aperfeiçoamento	Especialização	Monitor Base	Monitor Técnico	Instrutor
Carga horária	28h	40h	30h	40h	30h	
Competências	Praticante supervisionado	Praticante autónomo	Praticante avançado	Enquadramento e formação até NII	Enquadramento e formação até NIII	Formação
Situação	Implementados					

É importante realçar que para além da diferente formação técnica assegurada pelos diversos níveis de formação dos modelos analisados, é necessário cumprir com determinados requisitos para se atingir os referidos níveis, podendo existir alguns pré-requisitos, como a escolaridade mínima obrigatória e provas de acesso (condição física, natação, etc.), bem como a exigência de formações complementares como por exemplo ao nível dos primeiros socorros.

Os diversos modelos de formação apresentados reflectem uma oferta formativa, para praticantes e técnicos portugueses, não muito extensa, isto se tivermos em conta que a

FPME ainda não implementou o seu modelo, a APECATE apenas desenvolveu um curso de animadores A1, a FCMP implementa *ipsis verbis* o modelo da FFS com apenas os cursos de iniciador a decorrerem em Portugal, e as formações desenvolvidas pelas federações internacionais e pela CIC a não decorrem em território nacional. Neste sentido, é fundamental definir e implementar modelos de formação que permitam a equivalência de qualificações perante diferentes entidades formadoras, e essencialmente modelos mais activos e coerentes com as necessidades técnicas e complementares identificadas.

2.3.6. Síntese

Inicia-se este capítulo com uma abordagem do conceito de formação e a sua importância como um processo facilitador, que visa o desenvolvimento e a aquisição de conhecimentos e competências relevantes para um desenvolvimento turístico sustentável, de serviços de animação turística e práticas de desporto de natureza de qualidade e com elevados níveis de segurança.

Posteriormente, apresenta-se os principais modelos de formação em animação turística e desporto de natureza bem como a estrutura educativa e formativa em Portugal.

Por fim, exhibe-se os modelos de formação de canyoning aos quais os técnicos e praticantes portugueses mais recorrem com o intuito de satisfazerem as suas necessidades de formativas, bem como alguns modelos de referência internacional.

3. ENQUADRAMENTO DA FORMAÇÃO DE CANYONING EM PORTUGAL

3.1. Introdução

No presente capítulo são abordados os procedimentos metodológicos desenvolvidos com o intuito de conhecer a opinião dos técnicos e praticantes portugueses acerca da formação e competências em actividades de canyoning, no âmbito turístico ou desportivo, nomeadamente a caracterização da amostra utilizada no estudo, as variáveis seleccionadas, o instrumento aplicado na recolha de dados, bem como o tratamento dos dados e procedimentos estatísticos utilizados.

Na segunda parte deste capítulo é realizada uma análise e discussão dos resultados obtidos dos questionários aplicados aos técnicos e praticantes de canyoning em Portugal.

3.2. Metodologia

3.2.1. Caracterização da amostra

Este estudo acolhe como população alvo os praticantes autónomos e os técnicos de canyoning portugueses, com intervenção profissional ou benévola em actividades da modalidade.

Considera-se que a amostra em estudo, constituída por N=94 indivíduos, é bastante representativa, apesar da incerteza do total de indivíduos do universo. Alguns dados que podem sustentar esta convicção são o número de participantes nas Jornadas Técnicas de Canyoning, organizadas pela Desnível, que contou com 65 participantes na edição de 2008 e 70 na de 2009, estando representados diversos monitores, clubes, empresas e estabelecimentos do ensino superior (Desnível, 2008 e 2009b), bem como as Jornadas Técnicas de Canyoning, organizadas pela FCMP, que contaram com a participação de cerca de 50 participantes em ambas as edições (2008 e 2009). De notar contudo que nem todos os participantes se enquadravam no âmbito do Universo do estudo, por não serem praticantes autónomos.

Outro dado relevante é o número de empresas de animação turística licenciadas que comercializam a actividade, com cerca de vinte e cinco em Portugal Continental, cinco na ilha da Madeira e três no arquipélago dos Açores (Silva, Silva e Ramos, 2009).

Relativamente ao tipo de amostra, realiza-se uma amostragem probabilística estratificada, optando-se por estratificar a amostra em relação à forma como a população desempenha a actividade (profissional, amador ou praticante), aumentando a precisão da mesma e favorecendo a concretização dos objectivos do estudo.

Para melhor detalhe sobre a caracterização da amostra consultar os quadros 11 e 12.

3.2.2. Variáveis

Esta pesquisa apresenta dois grandes conjuntos de variáveis: as variáveis independentes e as variáveis dependentes.

3.2.2.1. Variáveis independentes

São variáveis independentes do poder de decisão dos indivíduos da amostra, e dizem respeito à caracterização pessoal e socioprofissional.

Género – permite aferir a proporção existente entre os indivíduos da amostra do género feminino e do género masculino. A resposta foi dada numa escala dicotómica (feminino ou masculino).

Profissão – nesta variável consideram-se quatro categorias:

- a) Profissional de animação turística – refere-se a todos os profissionais deste sector, desde os gestores aos técnicos;
- b) Professor/Técnico de Formação – diz respeito aos profissionais com responsabilidades no ensino;
- c) Estudante – refere-se aos indivíduos que se apresentam em formação;
- d) Outras – engloba diversas profissões que não se enquadram nas categorias anteriores.

Idade – tendo em consideração a realidade das actividades de turismo e desporto de natureza, utilizam-se, tal como Carvalhinho (2006), os seguintes grupos etários: a) até 25 anos; b) 26 a 35 anos; c) 36 a 45 anos; d) 46 anos ou mais.

Habilitações académicas – esta variável foi medida considerando o “nível de ensino completado”, com as seguintes categorias: a) até ao ensino básico; b) ensino secundário; c) bacharelato ou licenciatura; d) mestrado ou doutoramento.

Competências técnicas de canyoning – definiram-se cinco níveis de competências técnicas, de acordo com as capacidades e formas como desempenham a actividade, e tendo por base os modelos de formação da Desnível, FFME, FFS e FFCAM:

- a) Iniciado – praticante supervisionado;
- b) Praticante autónomo – possui autonomia para praticar a actividade em *canyons* “desportivos”⁹;
- c) Técnico auxiliar/iniciador – apresenta capacidades para liderar de grupos e realizar enquadramentos supervisionados;
- d) Técnico principal/monitor – possui competências para enquadrar e organizar actividades, e participar como formador auxiliar;
- e) Instrutor/formador/especialista – tem aptidões para desenvolver e coordenar a formação.

Tipo de organização – seleccionaram-se quatro tipologias de organização adequadas ao desempenho da actividade de canyoning: a) clube/associação; b) estabelecimento de ensino; c) empresa de animação turística; d) outras (restantes situações).

N.º de anos de experiência na actividade – recorrendo a Carvalhinho (2006) categorizam-se a experiência prática da modalidade do seguinte modo: a) 1 a 2 anos; b) 3 a 6 anos; c) 7 a 12 anos; d) 13 ou mais anos.

Desempenho da actividade – definiram-se três formas de desempenho da actividade: a) Profissional; b) Amador; c) Praticante.

Actividade profissional ou amadora – determinaram-se cinco categorias que abrangem as principais funções (profissionais ou amadoras) relacionadas com o canyoning:

- a) Dirigente/Gestor – desempenha funções de direcção/gestão numa associação, escola, empresa, etc.;
- b) Formador/especialista – aquele que tem responsabilidades na formação de praticantes ou técnicos;
- c) Técnico principal/monitor – aquele que é responsável pela actividade;
- d) Técnico auxiliar/iniciador – aquele que auxilia um técnico principal;
- e) Outra (restantes situações).

⁹ Entendem-se por *canyons* “desportivos” os itinerários de canyoning que se encontram devidamente equipados para a prática desportiva da actividade.

3.2.2.2. Variáveis dependentes

São variáveis dependentes do poder de decisão dos praticantes e técnicos de canyoning, dizem respeito à opinião destes acerca da formação e das competências profissionais.

Formação realizada:

Entidade formadora – nesta sub-variável definiram-se três categorias para as entidades formadoras: a) Desnível; b) FFS; c) Outras (APECATE, CIC, ESDRM, formação interna por parte de empresas de animação turística, etc.).

Certificação – relativamente a esta sub-variável determinaram-se três níveis de formação: a) Praticantes (iniciados e autónomos); b) Técnicos auxiliares; c) Monitores.

Formação mais avançada – nesta sub-variável consideraram-se, tendo em conta o nível de formação na área do canyoning e a entidade formadora, as seguintes categorias: a) carga horária; b) cumprimento dos objectivos propostos; c) pertinência dos conteúdos programáticos; d) metodologias de formação; e) qualidade dos espaços, instalações e equipamentos; f) nível técnico dos formadores; g) nível pedagógico dos formadores; h) rácio formando/formador; i) recursos pedagógico-didácticos; j) sistema de avaliação; l) satisfação geral; m) outro.

As respostas foram analisadas através de uma escala de apreciação *Likert* de seis níveis: desde o “muito insuficiente” (1) até ao “muito bom” (5), com um sexto nível a corresponder a “sem opinião” (s/o).

Expectativas de formação:

Pressupostos e estratégias de formação – no que se refere a pressupostos e estratégias de formação no âmbito do canyoning apresenta-se, nesta sub-variável, um conjunto de nove afirmações.

Em consequência da extensão das afirmações (categorias) sujeitas para análise, remetemos a respectiva consulta para o anexo 3.

A análise das respostas foi feita através de uma escala de concordância de sete níveis: desde o “discordo totalmente” (-3) até ao “concordo totalmente” (3).

Competências:

Relativamente às competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning consideram-se dezassete categorias perante três sub-variáveis: importância das competências, auto-percepção das competências e necessidades de formação.

Uma vez mais, devido à extensão da listagem de competências (categorias), remetemos a respectiva consulta para o anexo 4.

As respostas foram analisadas através de uma escala de apreciação *Likert* de sete níveis: desde o “nada importante” (0) até ao “extremamente importante” (6).

3.2.3. O instrumento de medida – questionário

A recolha dos dados do estudo foi realizada utilizando como instrumento de medida o questionário. Este instrumento foi composto por um conjunto de questões maioritariamente fechadas (i. e., a resposta traduz uma escolha entre um conjunto de alternativas), de forma a permitir uma maior objectividade.

Com o questionário aplicado (Anexo 5) pretende-se conhecer a opinião dos técnicos e praticantes portugueses acerca da formação e competências profissionais em actividades de canyoning, no âmbito turístico ou desportivo. Deste modo, a construção do instrumento de medida teve por base o instrumento utilizado por Carvalhinho (2006), com as devidas adaptações à actividade em estudo.

A construção do questionário assentou em diversas fases, onde em primeiro lugar a revisão da literatura orientou para o desenvolvimento das questões associadas aos perfis pessoais, sociais e profissionais dos diversos intervenientes na prática de actividades de canyoning. A análise de alguns estudos portugueses (Silva, 2004b e Carvalhinho, 2006), e estrangeiros (SOL, 1999 e FFME e FFS, 2007), contribuiu para identificar a importância da formação na qualidade dos recursos humanos, bem como as funções profissionais e os perfis de competências que lhe estão associadas.

Após a realização de um primeiro esboço do instrumento de medida, realizou-se uma reunião de trabalho, junto de um conjunto de peritos (n=3), com o intuito de aferir a terminologia a utilizar, a estrutura e a organização do questionário, bem como a importância e a pertinência das suas questões face aos objectivos de estudo, a sua clareza e a análise do seu conteúdo.

De forma a realizar uma aplicação experimental, o questionário foi aplicado a um conjunto de técnicos e praticantes de canyoning (n=6) representantes da amostra. Este procedimento permitiu analisar a terminologia, o conteúdo, a pertinência e a clareza das questões, bem como identificar algumas dificuldades ou dúvidas relativamente à compreensão e preenchimento do questionário. Esta aplicação-piloto (experimental) permitiu também medir o tempo de preenchimento do questionário, que se revelou bastante aceitável, entre 5 e 15 minutos.

Numa última fase, da construção do questionário, voltou-se a reunir um conjunto de peritos (n=3) com o objectivo de analisar as sugestões da aplicação-piloto bem como realizar uma revisão final.

Relativamente à metodologia de aplicação dos questionários, optou-se por recorrer ao público das II Jornadas Técnicas de Canyoning, organizadas pela Desnível entre 13 e 15 de Novembro de 2009, e que contaram com cerca de 70 participantes, entre técnicos e praticantes de diversos clubes, empresas e estabelecimentos do ensino superior. Contando com a presença do investigador, este procedimento permitiu atingir uma amostra maior e mais alargada em termos de território nacional.

O anonimato dos dados recolhidos é respeitado, sendo escrupulosamente garantida a confidencialidade das respostas, servindo estes apenas e só como elementos para o presente estudo.

3.2.4. Tratamento dos dados e procedimentos estatísticos

Com o intuito de apresentar a opinião dos técnicos e praticantes de canyoning acerca da formação e competências nesta actividade, utilizam-se os seguintes procedimentos e técnicas estatísticas: análise descritiva e análise comparativa.

Numa primeira fase realiza-se uma análise descritiva das variáveis, sub-variáveis e categorias, de modo a estudar o perfil pessoal e socioprofissional, a formação realizada, as expectativas de formação e as competências dos técnicos e praticantes de canyoning.

Para analisar e interpretar os resultados dos questionários utilizam-se parâmetros de tendência central (média) e de dispersão (desvio-padrão), sendo a sua leitura e exploração facilitada pelos quadros apresentados.

Posteriormente, procede-se à análise comparativa das variáveis dependentes (expectativas de formação e competências), considerando como variável independente o “desempenho da actividade”. Deste modo, usa-se a técnica estatística paramétrica “Análise da variância factorial – ANOVA”, por se tratar da técnica mais adequada e por se satisfazerem os pressupostos para a sua aplicação, nomeadamente, variável dependente quantitativa, distribuições normais e variâncias homogéneas.

Para realizar o tratamento dos dados recolhidos utiliza-se o programa informático de estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) na versão 18.

3.3. Análise e discussão dos resultados

Após a recolha dos dados e tratamento dos mesmos, é então possível proceder à sua análise. Com uma amostra em estudo constituída por N=94 indivíduos, primeiramente realiza-se uma análise descritiva de forma a caracterizar o perfil pessoal e socioprofissional dos inquiridos. Posteriormente, efectua-se a análise da formação específica realizada, expectativas em relação à formação em canyoning e a opinião dos técnicos e praticantes relativamente às competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning.

3.3.1. Perfil pessoal e socioprofissional

Relativamente à análise do perfil pessoal, utilizam-se, para caracterizar este perfil, as seguintes variáveis independentes: “Género”, “Idade” e “Habilitações académicas” (Quadro 11).

Quadro 11 – Caracterização do perfil pessoal dos técnicos e praticantes de canyoning

Variáveis	Categorias	Total (n=94)	
		n	%
Género	Feminino	14	14,9
	Masculino	80	85,1
Idade (em anos)	Até 25	23	24,5
	26 a 35	47	50,0
	36 a 45	16	17,0
	46 ou +	8	8,5
	<i>Média</i>		31,5
Habilitações académicas	Ensino básico	2	2,1
	Ensino secundário	33	35,1
	Bacharelato/Licenciatura	50	53,2
	Mestrado/Doutoramento	9	9,6

De um modo geral, verifica-se que a grande maioria dos técnicos e praticantes de canyoning são do género “Masculino” (85,1%), apresentam uma média de idade de 31,5 anos sendo a classe modal dos “26 a 35” (50%). Ao nível das habilitações académicas à que destacar que maioritariamente detêm formação superior, “Bacharelato/Licenciatura” (53,2%).

Em relação ao perfil socioprofissional, dos técnicos e praticantes de canyoning, utilizam-se as seguintes variáveis independentes: “Profissão”, “Competências técnicas de canyoning”, “Tipo de organização”, “n.º de anos de actividade”, “Desempenho da actividade” e “Actividade profissional ou amadora” (Quadro 12).

Quadro 12 – Caracterização do perfil socioprofissional dos técnicos e praticantes de canyoning

Variáveis	Categorias	Total (n=94)		Desempenho da actividade					
				Profissional (n=31)		Amador (n=31)		Praticante (n=32)	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Profissão	Profissional de AT	20	21,3	15	48,4	2	6,5	3	9,4
	Professor	21	22,3	8	25,8	5	16,1	8	25,0
	Estudante	16	17,0	4	12,9	7	22,6	5	15,6
	Outras profissões	37	39,4	4	12,9	17	54,8	16	50,0
Competências técnicas de canyoning	Iniciado	17	18,1	2	6,5	6	19,4	9	28,1
	Praticante autónomo	40	42,6	6	19,4	12	38,7	22	68,8
	Técnico auxiliar	15	16,0	7	22,6	7	22,6	1	3,1
	Técnico principal	16	17,0	11	35,5	5	16,1	-	-
	Instrutor/formador	6	6,4	5	16,1	1	3,2	-	-
Tipo de organização	Clube/associação	49	52,1	12	38,7	20	64,5	17	53,1
	Estabelecimento ensino	15	16,0	6	19,4	8	25,8	1	3,1
	Empresa de AT	33	35,1	26	83,9	4	12,9	3	9,4
	Outras	28	29,8	7	22,6	7	22,6	14	43,8
n.º de anos de actividade	1 a 2	33	35,1	3	9,7	13	41,9	17	53,1
	3 a 6	32	34,0	10	32,3	10	32,3	12	37,5
	7 a 12	20	21,3	12	38,7	6	19,4	2	6,3
	13 ou +	9	9,6	6	19,4	2	6,5	1	3,1
	<i>Média</i>		5,4		8,3		4,9		3,0
Actividade profissional ou amadora	Dirigente	12	12,8	9	29,0	3	9,7		
	Formador	6	6,4	5	16,1	1	3,2		
	Técnico principal	12	12,8	8	25,8	4	12,9		
	Técnico auxiliar	24	25,5	9	2,0	15	48,4		
	Outra	2	2,1	-	-	2	6,5		

Observa-se que relativamente à profissão, os técnicos e praticantes de canyoning, desenvolvem em maior percentagem “Outras profissões” (39,4%). O facto de apenas 21,3% serem profissionais de animação turística fundamenta-se pela juventude e sazonalidade do sector, bem como pela pouca expressão que este mercado ainda apresenta. Estas circunstâncias são também evidentes relativamente ao “Desempenho da actividade” de canyoning, onde menos de metade (48,4%) do grupo “Profissional” são profissionais de animação turística.

No que respeita às competências técnicas de canyoning, são em maior percentagem “Praticante autónomo” (42,6%), desempenhando a actividade maioritariamente em “Clube/associação” (52,1%).

Quanto à experiência prática (n.º de anos de actividade) na modalidade, a média é de 5,4 anos, sendo a classe modal dos “1 a 2” (35,1%), no entanto, há também que destacar o intervalo dos “3 a 6” (34,0%). Estes dados traduzem o histórico recente da modalidade em Portugal, tardiamente implantada, que se manifesta numa experiência mais curta e revela que a sua utilização como actividade turística também é recente pois os profissionais apresentam uma média de experiência de 8,3 anos.

Relativamente ao desempenho da actividade, atributo utilizado para a estratificação da amostra, verifica-se uma distribuição equilibrada na forma como a realizam (34,0% “Praticante”, 33,0% “Profissional” e 33,0% “Amador”), sendo que, no âmbito profissional ou amador a função com maior representatividade é “Técnico auxiliar” (25,5%).

3.3.2. Formação realizada

Nesta dimensão estudam-se as seguintes variáveis: “Entidade formadora”, “Certificação” e “Formação mais avançada”.

3.3.2.1. Relação dos técnicos e praticantes de canyoning com e sem formação

Em primeiro lugar é importante realizar um balanço relativamente à formação específica na área do canyoning, nomeadamente, a relação dos técnicos e praticantes de canyoning com e sem formação, e o tipo de certificação de acordo com o desempenho da actividade (Quadro 13).

Quadro 13 – Relação dos técnicos e praticantes de canyoning com e sem formação

Condição	Total (n=94)		Desempenho da actividade					
			Profissional (n=31)		Amador (n=31)		Praticante (n=32)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sem formação	27	28,7	6	19,4	10	32,3	11	34,4
Com formação	67	71,3	25	80,6	21	67,7	21	65,6
Praticantes	42	62,7	10	32,3	12	38,7	20	95,2
Técnicos auxiliares	17	25,4	10	32,3	6	19,4	1	4,8
Monitores	8	11,9	5	16,1	3	9,7	-	-

Relativamente à formação específica na área do canyoning, é de destacar a percentagem significativa (28,7%, “Sem formação”) de técnicos e praticantes de canyoning que não apresentam qualquer formação específica para a prática da actividade. Considera-se este facto deveras preocupante tendo em conta que se trata de uma actividade de risco acrescido e bastante exigente e complexa em termos técnicos, tornando-se inquietante quando se observa a existência de profissionais (19,4%) que enquadram a actividade sem qualquer formação específica e poucos têm certificação de “Monitor” (16,1%).

3.3.2.2. Caracterização da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning

Já a caracterização da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning refere-se à relação da intervenção das entidades formadoras e tipo de certificação desenvolvido (Quadro 14).

Quadro 14 – Caracterização da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning

Entidade formadora	Certificação						Total	
	Praticantes		Técnicos auxiliares		Monitores			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Desnível	31	46,3	12	17,9	0	0	43	64,2
FFS	0	0	5	7,5	5	7,4	10	14,9
Outras	11	16,4	0	0	3	4,5	14	20,9
Total	42	62,7	17	25,4	8	11,9	67	100

Em relação aos técnicos e praticantes de canyoning que realizaram formação, observa-se que a entidade formadora mais requerida é a “Desnível” (64,2%), sendo o nível de formação (“Certificação”) maioritariamente “Praticantes” (62,7%). Tal como referido anteriormente, esta conjuntura revela que um elevado número de técnicos e praticantes de canyoning desenvolvem a actividade com formação insuficiente ou mesmo sem formação específica.

No que se refere à relação entidade formadora/certificação, constata-se que a “Desnível” desenvolveu formação de “Praticantes” (46,3%) e “Técnicos auxiliares” (17,9%), ao invés a “FFS” administrou formação de “Técnicos auxiliares” (7,5%) e “Monitores” (7,4%), e as “Outras” entidades formadoras foram requeridas por “Praticantes” (16,4%) e “Monitores” (4,5%).

3.3.2.3. Avaliação da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning

Relativamente à formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning, a avaliação da mesma, considerando a formação mais avançada, tem por base a opinião destes em relação às características da formação obtida (Quadro 15).

Quadro 15 – Avaliação da formação realizada pelos técnicos e praticantes de canyoning

Q	Sub-variável	Total	Praticantes	Técnicos auxiliares	Monitores
		Média	Média	Média	Média
11.6	Nível técnico dos formadores	4,79	4,74	4,94	4,75
11.11	Satisfação geral	4,51	4,48	4,59	4,50
11.7	Nível pedagógico dos formadores	4,49	4,55	4,47	4,25
11.3	Pertinência dos conteúdos programáticos	4,42	4,31	4,59	4,63
11.8	Rácio formando/formador	4,40	4,40	4,29	4,63
11.2	Cumprimento dos objectivos propostos	4,33	4,21	4,53	4,50
11.4	Metodologias de formação	4,27	4,26	4,35	4,13
11.5	Qualidade dos espaços, instalações e equipamentos	4,12	4,07	4,12	4,38
11.1	Carga horária	4,10	3,90	4,35	4,63
11.9	Recursos pedagógico-didáticos	4,00	4,05	4,12	3,50
11.10	Sistema de avaliação	4,00	3,98	4,00	4,13
	Médias	4,31	4,27	4,40	4,37

Q – Questão

De um modo geral, a avaliação da formação (n = 67) mais avançada, foi bem avaliada (nível “Bom”) por parte dos técnicos e praticantes de canyoning, ainda assim, destacam-se as categorias com melhor avaliação (nível “Muito bom”): “Nível técnico dos formadores” (4,79) e “Satisfação geral” (4,51).

Observa-se que a melhor avaliação média global foi atribuída pelos “Técnicos auxiliares” (4,40), no entanto a avaliação dos “Monitores” não é muito inferior (4,37), enquanto os “Praticantes” atribuíram a avaliação média global ligeiramente inferior (4,27).

Relativamente à análise por grupo, destacam-se com nível “Muito bom” (superior a 4,50) as seguintes categorias:

- “Praticantes” – Q11.6 (4,74) e Q11.7 (4,55);
- “Técnicos auxiliares” – Q11.2 (4,53), Q11.3 (4,59), Q11.6 (4,94) e Q11.11 (4,59);
- “Monitores” – Q11.1 (4,63), Q11.2 (4,50), Q11.3 (4,63), Q11.6 (4,75), Q11.8 (4,63) e Q11.11 (4,50).

Deste modo, constata-se que o “Nível técnico dos formadores” obteve, em todos os grupos, avaliações de nível “Muito bom”. Em oposição, os “Recursos pedagógico-

didáticos” e o “Sistema de avaliação” registaram as avaliações de média global mais baixas (4,00).

Estes dados demonstram que o trabalho desenvolvido, ao nível da formação, tem sido proveitoso, no entanto, considera-se insuficiente e que ainda carece de uma organização mais estruturada e aprofundada de modo a responder melhor às exigências e necessidades da formação, bem como facilitar o acesso à mesma.

3.3.2.4. Avaliação da intervenção das entidades formadoras

A avaliação da intervenção das entidades formadoras reflecte a sua prestação no desenvolvimento de formação de técnicos e praticantes de canyoning (Quadro 16).

Quadro 16 – Avaliação da intervenção das entidades formadoras

Q	Sub-variável	Total	Desnível	FFS	Outras
	Intervenção das entidades formadoras	Média	Média	Média	Média
11.6	Nível técnico dos formadores	4,79	4,81	4,70	4,79
11.11	Satisfação geral	4,51	4,63	4,30	4,29
11.7	Nível pedagógico dos formadores	4,49	4,56	4,30	4,43
11.3	Pertinência dos conteúdos programáticos	4,42	4,49	4,40	4,21
11.8	Rácio formando/formador	4,40	4,37	4,30	4,57
11.2	Cumprimento dos objectivos propostos	4,33	4,35	4,30	4,29
11.4	Metodologias de formação	4,27	4,33	4,00	4,29
11.5	Qualidade dos espaços, instalações e equipamentos	4,12	4,07	4,10	4,29
11.1	Carga horária	4,10	4,16	4,30	3,79
11.9	Recursos pedagógico-didáticos	4,00	4,14	3,80	3,71
11.10	Sistema de avaliação	4,00	4,05	3,90	3,93
	Médias	4,31	4,36	4,22	4,24

Q – Questão

Relativamente à avaliação da intervenção das entidades formadoras, os técnicos e praticantes de canyoning, de um modo geral, destacaram-na de forma bastante positiva (nível “Bom”), com maior destaque para a média global da “Desnível” (4,36), o que demonstra que para além de ser a entidade formadora mais requerida (64,2%, Quadro 14) é também a que apresenta maior adequação às necessidades e exigências dos formandos.

Quanto à análise por grupo, a intervenção assume uma avaliação de nível “Muito bom” nas seguintes categorias:

- “Desnível” – Q11.6 (4,81), Q11.7 (4,56) e Q11.11 (4,63);
- “FFS” – Q11.6 (4,70);
- “Outras” – Q11.6 (4,79) e Q11.8 (4,57).

De realçar, a avaliação de excelência (nível “Muito bom”) no que respeita ao “Nível técnico dos formadores” das entidades formadoras.

Já em relação às avaliações mais baixas sobressaem os “Recursos pedagógico-didáticos” nas intervenções formativas de “Outras” (3,71) e da “FFS” (3,80), bem como, a “Carga horária” de “Outras” (3,79).

3.3.3. Expectativas de formação

No que respeita às expectativas de formação, analisa-se o efeito da variável independente “Desempenho da actividade” sobre a variável dependente “Pressupostos e estratégias de formação” (Quadro 17).

Quadro 17 – Concordância com pressupostos e estratégias de formação

Q	Sub-variável Pressupostos e estratégias de formação	Total	Profissional		Amador		Praticante		F	(p)
		Média	Média	DP	Média	DP	Média	DP		
12.2	A formação deverá assentar em vários ...	2,53	2,48	0,72	2,58	0,56	2,53	0,92	0,129	
12.5	Os modelos de formação deverão ...	1,97	1,97	1,25	2,03	1,25	1,91	1,35	0,076	
12.8	A frequência de A.F./reciclagem deverá ...	1,87	2,13	0,81	2,00	1,13	1,50	1,57	2,381	
12.3	O Estado deverá criar um título ...	1,85	2,06	1,00	1,71	1,19	1,78	1,31	0,792	
12.4	Só as entidades acreditadas pelo Estado ...	1,81	1,84	1,34	1,84	1,16	1,75	1,55	0,045	
12.7	Os modelos de formação utilizados ...	1,64	1,81	1,11	1,71	1,13	1,41	1,24	1,021	
12.9	Em Portugal deve adoptar-se um ...	1,57	1,10	1,81	1,81	1,33	1,81	1,49	2,179	
12.1	O Estado deverá ter a iniciativa para ...	1,55	1,84	1,44	1,19	1,62	1,63	1,34	1,552	
12.6	Os modelos de formação na área do ...	0,13	-0,13	1,41	0,29	1,55	0,22	1,52	0,7	

Q – Questão

Em termos gerais, verifica-se que os pressupostos e estratégias apresentadas reuniram um nível de concordância aceitável (valores mais próximos do nível 2 = concordo), com excepção destacada para a categoria Q12.6, relativa à resposta às necessidades por parte dos modelos de formação existentes em Portugal, que registou níveis de concordância muito baixos e até a discordância (-0,13) por parte do grupo dos profissionais.

Esta conjuntura revela que ainda é necessário desenvolver algumas iniciativas com vista a promover modelos de formação que respondam às necessidades e suprimam as lacunas existentes, quer ao nível da formação de praticantes, quer ao nível da formação de técnicos.

De realçar, também, a categoria Q12.2 que reuniu um nível de concordância quase global (valores mais próximos do nível 3 = concordo totalmente). O que demonstra a importância

de desenvolver modelos de formação que proporcionem vários níveis de competências, com precedências obrigatórias na transição de cada nível.

Quanto à análise comparativa, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, na variável “Pressupostos e estratégias de formação”.

3.3.4. Competências

Em relação às competências, analisa-se o efeito da variável independente “Desempenho da actividade” sobre as seguintes variáveis dependentes: “Importância das competências”, “Auto-percepção das competências” e “Necessidades de formação”.

3.3.4.1. Importância das competências

A importância das competências refere-se ao grau de valorização que determinada competência deverá assumir num modelo de formação de técnicos e praticantes de canyoning (Quadro 18).

Quadro 18 – Importância das competências

Q	Sub-variável	Total	Profissional		Amador		Praticante		F	(p)
	Importância das competências	Média	Média	DP	Média	DP	Média	DP		
13.2	Segurança	5,66	5,61	0,72	5,71	0,59	5,66	0,75	0,154	
13.1	Técnicas de progressão em canyoning	5,47	5,58	0,67	5,55	0,62	5,28	0,81	1,702	
13.7	1º Socorros	5,26	5,23	0,96	5,29	0,86	5,25	1,02	0,037	
13.3	Equipamento de percursos	5,01	5,10	0,91	4,94	1,06	5,00	1,24	0,174	
13.12	Planeamento e gestão de actividades	4,87	4,97	0,95	4,94	0,85	4,72	0,96	0,683	
13.8	Meteorologia	4,86	5,00	1,21	4,77	0,96	4,81	0,93	0,42	
13.4	Cartografia, orientação e navegação	4,81	4,77	0,96	4,90	1,01	4,75	1,16	0,193	
13.13	Meio ambiente e impactos ambientais	4,79	4,97	0,91	4,68	0,98	4,72	1,05	0,791	
13.10	Comunicação, dinâmica de grupos	4,76	4,77	1,12	4,65	0,80	4,84	0,92	0,351	
13.9	Hidrologia	4,73	4,84	1,16	4,65	0,95	4,72	0,92	0,287	
13.6	Águas bravas	4,72	4,77	1,18	4,74	1,09	4,66	1,18	0,089	
13.11	Intervenção pedagógica	4,56	4,39	1,17	4,71	1,01	4,59	1,01	0,728	
13.5	Gestão e elaboração de informação	4,41	4,68	1,14	4,19	0,98	4,38	1,04	1,668	
13.15	Animação turística e desportiva	4,15	4,26	1,06	4,32	0,91	3,88	1,07	1,789	
13.14	Fisiologia	4,06	4,19	1,22	4,03	1,05	3,97	0,97	0,359	
13.16	Turismo	3,71	4,16 ^{a)}	1,07	3,63	0,93	3,34 ^{b)}	1,23	4,561	*
	Médias	4,74	4,83		4,73		4,66			

Q – Questão

Nota: médias com subscritos diferentes são significativamente diferentes segundo o teste Tukey ($p \leq .05$).

Nota: * $p \leq .05$

De um modo geral, verifica-se que as competências apresentadas são tidas como bastante importantes (nível “Boa” ou superior), com excepção para a categoria Q13.16, respeitante aos conhecimentos gerais de turismo, que assinalou os níveis mais baixos de importância (3,71).

Observa-se um certo consenso entre os grupos na medida em que estes destacaram as mesmas competências, sendo a mais valorizada, com valores próximos do nível 6 (“Muitíssimo boa”), a “Segurança” (5,66). De salientar, também, as competências “Técnicas de progressão em canyoning” (5,47), “1º Socorros” (5,26) e “Equipamento de percursos” (5,01), que registaram um nível de importância assinalável.

Estes dados realçam a importância das competências associadas à segurança por se tratar de uma actividade que encara sempre alguns riscos e a imprevisibilidade do meio ambiente, como também, a possibilidade de ocorrerem acidentes/lesões, num meio de acessibilidades muitas vezes difícil, por parte das entidades da área da protecção civil, perfaz de importância capital o domínio de conhecimentos e formação na área da segurança e socorro. Deste modo, é fundamental assumir uma postura preventiva, o que reforça a importância das competências associadas à técnica, determinantes para se desenvolver o canyoning, sobretudo ao nível das diversas técnicas de progressão, conhecimento dos equipamentos, das águas bravas e de montanhismo e escalada, dado tratar-se de uma actividade muito complexa e estes serem a base para a sua realização.

Relativamente à análise por grupo destaca-se o grupo “Profissional” com a melhor ponderação média global (4,83), em oposição ao “Praticante” (4,66).

Ainda a destacar as competências mais importantes (as cinco mais valorizadas) para cada grupo:

- “Profissional” – Q13.2 (5,61), Q13.1 (5,58), Q13.7 (5,23), Q13.3 (5,10) e Q13.8 (5,00);
- “Amador” – Q13.2 (5,71), Q13.1 (5,55), Q13.3 (4,94), Q13.12 (4,94) e Q13.4 (4,90);
- “Praticante” – Q13.2 (5,66), Q13.1 (5,28), Q13.7 (5,25), Q13.3 (5,00) e Q13.10 (4,84).

Considerando a análise comparativa, verifica-se que apenas existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, na variável “Turismo” ($F(2, 93) = 4,561; p = .013$), onde o grupo “Profissional” apresenta médias significativamente superiores às do grupo “Praticante”. Esta diferença pode ser decorrente do exercício profissional do

canyoning por parte do grupo “Profissional”, visto que nesta óptica esta actividade enquadra-se no âmbito turístico, ao invés que os praticantes visam principalmente a prática desportiva.

3.3.4.2. Auto-percepção das competências

A auto-percepção das competências reporta-se à capacidade que os técnicos e praticantes de canyoning julgam possuir no desempenho de determinada competência (Quadro 19).

Quadro 19 – Auto-percepção das competências

Q	Sub-variável	Total	Profissional		Amador		Praticante		F	(p)
	Auto-percepção das competências	Média	Média	DP	Média	DP	Média	DP		
13.12	Planeamento e gestão de actividades	4,26	4,84 ^{a)}	0,82	4,06 ^{b)}	1,26	3,88 ^{b)}	1,26	6,311	**
13.10	Comunicação, dinâmica de grupos	4,15	4,74 ^{a)}	0,89	4,00 ^{b)}	1,24	3,72 ^{b)}	1,46	5,841	**
13.1	Técnicas de progressão em canyoning	4,03	4,68 ^{a)}	0,91	3,97 ^{b)}	1,05	3,47 ^{b)}	0,98	12,032	***
13.11	Intervenção pedagógica	4,03	4,58 ^{a)}	0,99	3,87	1,41	3,66 ^{b)}	1,36	4,559	*
13.4	Cartografia, orientação e navegação	4,02	4,29	1,24	4,03	1,11	3,75	1,61	1,282	
13.13	Meio ambiente e impactos ambientais	3,96	4,35	1,08	3,71	1,22	3,81	1,40	2,422	
13.2	Segurança	3,87	4,48 ^{a)}	1,00	3,77	1,26	3,38 ^{b)}	1,29	7,005	***
13.15	Animação turística e desportiva	3,85	4,74 ^{a)}	1,00	3,58 ^{b)}	1,26	3,25 ^{b)}	1,74	10,197	***
13.7	1º Socorros	3,64	3,81	0,87	3,77	1,54	3,34	1,41	1,237	
13.3	Equipamento de percursos	3,63	4,32 ^{a)}	1,08	3,77 ^{a)}	1,38	2,81 ^{b)}	1,53	10,171	***
13.16	Turismo	3,54	4,48 ^{a)}	0,93	3,32 ^{b)}	1,25	2,84 ^{b)}	1,51	14,216	***
13.14	Fisiologia	3,44	3,74	1,18	3,29	1,37	3,28	1,05	1,482	
13.8	Meteorologia	3,31	3,61	1,20	3,35	1,64	2,97	1,28	1,72	
13.5	Gestão e elaboração de informação	3,30	4,16 ^{a)}	1,10	3,19 ^{b)}	1,58	2,56 ^{b)}	1,37	10,978	***
13.9	Hidrologia	2,81	3,42 ^{a)}	1,36	2,81	1,74	2,22 ^{b)}	1,24	5,327	**
13.6	Águas bravas	2,74	3,55 ^{a)}	1,18	2,87	1,67	1,84 ^{b)}	1,48	10,939	***
	Médias	3,66	4,24		3,59		3,17			

Q – Questão

Nota: médias com subscritos diferentes são significativamente diferentes segundo o teste Tukey ($p \leq .05$).

Nota: *** $p \leq .001$; ** $p \leq .01$; * $p \leq .05$

No que se refere à auto-percepção das competências constata-se, de forma consensual entre os grupos, que o “Planeamento e gestão de actividades” (4,26) é a competência em que técnicos e praticantes de canyoning consideram possuir maiores índices de desempenho. Este facto pode estar associado a alguma subjectividade associada ao atributo, bem como pela analogia destas competências com outro tipo de actividades. No entanto, é de realçar a sua relevância para o controlo e coordenação da actividade, nomeadamente ao nível do rácio quantidade e capacidade dos participantes/dificuldade do itinerário ou a relação quantidade de técnicos/participantes, ou ainda ao nível da gestão do equipamento e do tempo.

De realçar, também, ao nível da auto-percepção das competências as seguintes categorias:

- “Comunicação, dinâmica e gestão de grupos” (4,15);
- “Técnicas de progressão em canyoning” (4,03);
- “Intervenção pedagógica” (4,03);
- “Meio ambiente e impactos ambientais” (3,96).

Em termos gerais, a competência que apresenta níveis mais baixos de auto-percepção é a “Águas Bravas” (2,74), também assumida pelos grupos “Profissional” (3,55) e “Praticante” (1,84), ao passo que o grupo “Amador” apresenta o menor índice de auto-percepção na variável “Hidrologia” (2,81). A lacuna de conhecimentos nestas áreas é algo preocupante, uma vez que as condições aquáticas (movimentos de água perigosos, caudal e profundidade da água) e as cheias repentinas são factores de risco que muitas vezes representam danos físicos graves e até mortais.

Relativamente à análise por grupo, sobressai o grupo “Profissional” com a melhor avaliação média global (4,24), em contraste ao “Praticante” (3,17).

Quanto às competências com melhor nível de auto-percepção em cada grupo, destacam-se as seguintes categorias:

- “Profissional” – Q13.12 (4,84), Q13.10 (4,74), Q13.15 (4,74), Q13.1 (4,68) e Q13.11 (4,58);
- “Amador” – Q13.12 (4,06), Q13.4 (4,03), Q13.10 (4,00), Q13.1 (3,97) e Q13.11 (3,87);
- “Praticante” – Q13.12 (3,88), Q13.13 (3,81), Q13.4 (3,75), Q13.10 (3,72) e Q13.11 (3,66).

Tendo em conta a análise comparativa, constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. No que diz respeito às variáveis “Técnicas de progressão em canyoning” ($F(2, 93) = 12,032$; $p = .000$), “Gestão e elaboração de informação” ($F(2, 93) = 10,978$; $p = .000$), “Comunicação, dinâmica e gestão de grupos” ($F(2, 93) = 5,841$; $p = .004$), “Planeamento e gestão de actividades” ($F(2, 93) = 6,331$; $p = .003$), “Animação turística e desportiva” ($F(2, 93) = 10,197$; $p = .000$) e “Turismo” ($F(2, 93) = 14,216$; $p = .000$), o grupo “Profissional” apresenta médias significativamente superiores relativamente aos grupos “Amador” e “Praticante”.

Relativamente à variável “Equipamento de percursos” ($F(2, 93) = 10,171$; $p = .000$), os grupos “Profissional” e “Amador” apresentam médias significativamente superiores às do grupo “Praticante”.

Já em relação às variáveis “Segurança” ($F(2, 93) = 7,005; p = .001$), “Águas bravas” ($F(2, 93) = 10,939; p = .000$), “Hidrologia” ($F(2, 93) = 5,327; p = .006$) e “Intervenção pedagógica” ($F(2, 93) = 4,559; p = .013$), o grupo “Profissional” apresenta médias significativamente superiores às do grupo “Praticante”.

Estes resultados podem justificar-se pelo nível de experiência prática (n.º de anos de actividade), de formação e conhecimento da actividade, como se pode constatar pela maior experiência e conhecimento da actividade, do grupo “Profissional” em relação aos grupos “Amador” e “Praticante”, bem como do grupo “Amador” relativamente ao grupo “Praticante”.

3.3.4.3. Necessidades de formação

As necessidades de formação resultam da diferença entre a importância atribuída a determinada competência, por parte dos técnicos e praticantes de canyoning, e a auto-percepção que apresentam sobre a mesma (Quadro 20).

Quadro 20 – Necessidades de formação

Q	Sub-variável Necessidades de formação	Total	Profissional		Amador		Praticante		F	(p)
		Dif. IC-APC	Dif. IC-APC	DP	Dif. IC-APC	DP	Dif. IC-APC	DP		
13.6	Águas bravas	1,98	1,23 ^{a)}	1,56	1,87	1,73	2,81 ^{b)}	1,94	6,534	**
13.9	Hidrologia	1,93	1,42 ^{a)}	1,43	1,84	1,90	2,50 ^{b)}	1,34	3,777	*
13.2	Segurança	1,79	1,13 ^{a)}	0,99	1,94 ^{b)}	1,34	2,28 ^{b)}	1,42	6,840	**
13.7	1º Socorros	1,62	1,42	1,12	1,52	1,71	1,91	1,40	1,028	
13.8	Meteorologia	1,55	1,39	1,41	1,42	1,61	1,84	1,57	0,878	
13.1	Técnicas de progressão em canyoning	1,44	0,90 ^{a)}	0,94	1,58	1,18	1,81 ^{b)}	1,38	5,005	**
13.3	Equipamento de percursos	1,38	0,77 ^{a)}	1,33	1,16 ^{a)}	1,51	2,19 ^{b)}	1,80	6,897	**
13.5	Gestão e elaboração de informação	1,12	0,52 ^{a)}	1,67	1,00	1,75	1,81 ^{b)}	1,38	5,255	**
13.13	Meio ambiente e impactos ambientais	0,83	0,61	1,26	0,97	1,28	0,91	1,25	0,701	
13.4	Cartografia, orientação e navegação	0,79	0,48	1,24	0,87	1,28	1,00	1,85	1,022	
13.14	Fisiologia	0,63	0,45	1,39	0,74	1,24	0,69	1,18	0,46	
13.12	Planeamento e gestão de actividades	0,62	0,13 ^{a)}	0,96	0,87 ^{b)}	1,15	0,84 ^{b)}	1,25	4,356	**
13.10	Comunicação, dinâmica de grupos	0,61	0,03 ^{a)}	1,17	0,65	1,31	1,13 ^{b)}	1,58	5,064	**
13.11	Intervenção pedagógica	0,53	-0,19 ^{a)}	1,30	0,84 ^{b)}	1,27	0,94 ^{b)}	1,48	6,678	**
13.15	Animação turística e desportiva	0,30	-0,48 ^{a)}	1,24	0,74 ^{b)}	1,15	0,63 ^{b)}	1,43	8,687	***
13.16	Turismo	0,13	-0,32	1,40	0,19	1,20	0,50	1,59	2,75	
	Médias	1,08	0,59		1,14		1,49			

Q – Questão

Dif. IC-APC – Diferença entre a Importância da Competência e a Auto-percepção da Competência

Nota: médias com subscritos diferentes são significativamente diferentes segundo o teste Tukey ($p \leq .05$).

*Nota: *** $p \leq .001$; ** $p \leq .01$; * $p \leq .05$*

Relativamente às necessidades de formação dos técnicos e praticantes de canyoning observa-se que, de um modo geral, as maiores carências são ao nível das “Águas bravas” (1,98), “Hidrologia” (1,93), “Segurança” (1,79), “1º Socorros” (1,62) e Meteorologia (1,55). Estes dados são um pouco alarmantes uma vez que se referem a necessidades de formação em áreas delicadas ao nível da gestão do risco e da segurança, o que reforça a urgência em desenvolver modelos de formação que ministrem estas competências e respondam a estas lacunas.

Em oposição, as competências de “Turismo” (0,13) apresentam, no geral, menos necessidades de formação, e em particular pelos grupos “Amador” (0,19) e “Praticante” (0,50). Enquanto o grupo “Profissional” manifesta menores necessidades de formação ao nível da “Animação turística e desportiva” (-0,48).

No que respeita às necessidades de formação, em termos genéricos, o grupo “Praticante” (1,49) revela maiores carências, em oposição ao “Profissional” (0,59), no entanto, o desempenho da actividade como praticante exige competências menos aprofundadas relativamente ao enquadramento profissional da mesma.

Em relação às maiores necessidades de formação por grupo destacam-se as seguintes categorias:

- “Profissional” – Q13.7 (1,42), Q13.9 (1,42), Q13.8 (1,39), Q13.6 (1,23) e Q13.2 (1,13);
- “Amador” – Q13.2 (1,94), Q13.6 (1,87), Q13.9 (1,84), Q13.1 (1,58) e Q13.7 (1,52);
- “Praticante” – Q13.6 (2,81), Q13.9 (2,50), Q13.2 (2,28), Q13.3 (2,19) e Q13.7 (1,91).

Considerando a análise comparativa observa-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. No que se refere às variáveis “Segurança” ($F(2, 93) = 6,840$; $p = .002$), “Intervenção pedagógica” ($F(2, 93) = 6,678$; $p = .002$), “Planeamento e gestão de actividades” ($F(2, 93) = 4,356$; $p = .016$) e “Animação turística e desportiva” ($F(2, 93) = 8,687$; $p = .000$), o grupo “Profissional” apresenta médias significativamente superiores relativamente aos grupos “Amador” e “Praticante”.

Quanto à variável “Equipamento de percursos” ($F(2, 93) = 6,897$; $p = .002$) os grupos “Profissional” e “Amador” apresentam médias significativamente superiores às do grupo “Praticante”.

Ao passo que nas variáveis “Técnicas de progressão em canyoning” ($F(2, 93) = 5,005; p = .009$), “Gestão e elaboração de informação” ($F(2, 93) = 5,255; p = .007$), “Águas bravas” ($F(2, 93) = 6,534; p = .002$), “Hidrologia” ($F(2, 93) = 3,777; p = .027$) e “Comunicação, dinâmica e gestão de grupos” ($F(2, 93) = 5,064; p = .008$), o grupo “Profissional” apresenta médias significativamente superiores em comparação com o grupo “Praticante”.

Estas diferenças podem, uma vez mais, justificar-se pelo nível de experiência prática, de formação e conhecimento da actividade, ainda assim é necessário ter em consideração as reais carências de formação, de acordo com as diferentes formas de desempenhar a actividade, isto é, um técnico que desenvolva a actividade profissionalmente terá que possuir, à partida, um nível de competências muito superior que um simples praticante desportivo.

3.4. Síntese

Inicia-se este capítulo com uma abordagem aos procedimentos metodológicos promovidos para uma correcta análise e discussão dos resultados obtidos, nos questionários aplicados, permitindo retirar algumas ilações acerca do panorama da formação e competências em actividades de canyoning, em Portugal.

Em Portugal, a juventude e sazonalidade do sector da animação turística são bem expressas no número relativamente reduzido de profissionais, assim como no histórico recente do canyoning, com uma implantação e utilização como actividade turística recente, que se reflecte num nível de competências técnicas e experiência prática relativamente baixa.

Considerando que o canyoning é uma actividade de risco acrescido, e bastante exigente e complexa em termos técnicos, o número significativo de técnicos e praticantes de canyoning que não apresentam qualquer formação específica para a prática da actividade é verdadeiramente preocupante, tornando-se gritante aquando da existência de profissionais que desenvolvem a actividade com formação insuficiente ou mesmo sem formação específica.

A intervenção das entidades formadoras tem sido bastante proveitosa, com maior destaque para a Desnível, que para além de ser a entidade formadora mais requerida é também a que apresenta maior adequação às necessidades e exigências dos formandos. Ainda assim, em termos gerais, crê-se que existe algum trabalho a desenvolver no âmbito da formação, nomeadamente ao nível da promoção de modelos de formação que respondam às

necessidades e suprimam as lacunas existentes, proporcionem vários níveis de competências e facilitem o acesso à formação, tanto ao nível da formação de praticantes como ao nível da formação de técnicos.

Ao nível das estratégias de formação a implementar, em geral, os técnicos e praticantes, corroboram com o desenvolvimento de formação de praticantes e técnicos considerando diferentes níveis de competências, aos quais devem corresponder títulos ajustados às respectivas funções e competências. Foi também evidente que o Estado deverá ter um papel mais activo e que se devem considerar os modelos de formação utilizados noutros países, adaptando-os à realidade portuguesa, uma vez que os modelos existentes, em Portugal, não respondem a todas as actuais necessidades.

Relativamente às competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning, é de salientar a valorização, de certa forma unânime, por parte dos técnicos e praticantes, das competências associadas à segurança e à técnica, uma vez que estamos perante uma actividade de risco acrescido e multidisciplinar, o que realça a importância do domínio de conhecimentos e formação na área da segurança, socorro, planeamento de actividades, meio ambiente e técnicas de progressão. No entanto, ao nível das necessidades de formação a conjuntura é algo preocupante, com os técnicos e praticantes de canyoning a apresentarem lacunas de conhecimentos em áreas delicadas ao nível da gestão do risco e da segurança, bem como a nível técnico.

As diferenças significativas observadas entre os grupos, nomeadamente na auto-percepção das competências e nas necessidades de formação, podem fundamentar-se pelas diferenças ao nível da experiência prática e da formação e conhecimento da actividade e, tal como expectável os profissionais apresentam padrões superiores de competências e de formação, relativamente aos amadores e praticantes.

Já em relação às diferenças significativas, entre o grupo “Profissional” e o grupo “Praticante”, no que respeita à importância das competências relacionadas com o “Turismo” pode justificar-se por se tratar de uma actividade que no âmbito profissional se enquadra no domínio das empresas de animação turística, legitimando as necessidades desses conhecimentos por parte dos profissionais em oposição aos praticantes que se propõem sobretudo à prática desportiva.

4. PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO EM CANYONING

4.1. Introdução

Neste capítulo é apresentada uma proposta de modelo de formação de canyoning que se creê adequada para responder às necessidades formativas para uma prática, desportiva ou enquadrada, segura e sustentável.

4.2. Modelo de formação de praticantes e técnicos de canyoning

Considerando a revisão da literatura, sobretudo alguns estudos acerca das competências para a prática do canyoning (Silva, 2004b; SOL, 1999) e de turismo e desporto de natureza (IQF, 2005; Carvalhinho, 2006; Dougherty, 1998; Priest e Gass, 1997), bem como os resultados dos questionários, os técnicos e praticantes de canyoning devem dominar conhecimentos (teóricos e práticos) de forma a suportar competências a diversos níveis, nomeadamente, associadas à técnica, à segurança, ao meio, à pedagogia, à gestão, à comunicação, entre outros conhecimentos científicos.

Deste modo, os modelos de formação em canyoning devem proporcionar conhecimentos em diferentes áreas, destacando-se as seguintes competências:

- Técnicas, em relação à estrutura e características da actividade, e dos seus gestos técnicos, particularmente ao nível das técnicas de progressão, equipamento de percursos, cartografia, orientação e navegação, águas bravas, utilização e mecânica dos equipamentos, bem como conhecimentos técnicos de outras áreas como o montanhismo, a escalada e a espeleologia;
- Na área da segurança, nomeadamente de gestão do risco, resgate e auto-resgate, e primeiros socorros;
- Ao nível do meio ambiente onde se desenvolve a actividade, impactos e protecção ambiental, meteorologia, hidrologia, geologia e geomorfologia, flora e fauna;
- De planeamento e gestão de actividades;
- Pedagógicas, de comunicação e de dinâmica e gestão de grupos;
- Ao nível do turismo e animação turística;
- Na área da saúde e condição física, nomeadamente de biomecânica, anatomofisiologia e fisiologia.

No entanto, o doseamento e equilíbrio destas competências estão correlacionadas com o tipo de prática a desenvolver, isto é, com a forma como se desempenha a actividade, ou seja, prática em autonomia ou enquadramento de actividades, bem como com o nível de dificuldade. Neste sentido, deverão promover-se modelos de formação de canyoning que diferenciem estas necessidades e que se adequem às responsabilidades e exigências da prática, ou seja, que se ajustem à formação de praticantes e técnicos.

De forma a garantir que a aquisição de competências cumpre as necessidades, os diferentes níveis de formação devem ser coerentes com uma avaliação contínua durante o decorrer do período de formação e de forma paralela ao mesmo, para garantir um melhor seguimento dos formandos, bem como momentos de avaliação adequados à exigência da formação.

É importante realçar que a formação, de um modo geral, deve ser entendida como um veículo fundamental para fomentar uma prática sustentada e segura, estimular o respeito e preservação pelos recursos naturais, bem como proporcionar aos formandos a troca de experiências, o convívio e a partilha de momentos lúdicos, para além da aquisição de conhecimentos técnicos. Contribuindo, desta forma, através da qualificação dos praticantes, para a promoção, divulgação e desenvolvimento da modalidade.

O modelo de formação para praticantes e técnicos de canyoning (Figura 7) que de seguida se apresenta, e que se julga ajustado à actual realidade portuguesa, tem em consideração os principais modelos de formação internos e externos, a experiência como formador de canyoning, a análise dos resultados dos questionários aplicados aos praticantes e técnicos portugueses e o estado actual de implementação da modalidade tanto em termos desportivos, como no âmbito da animação turística.

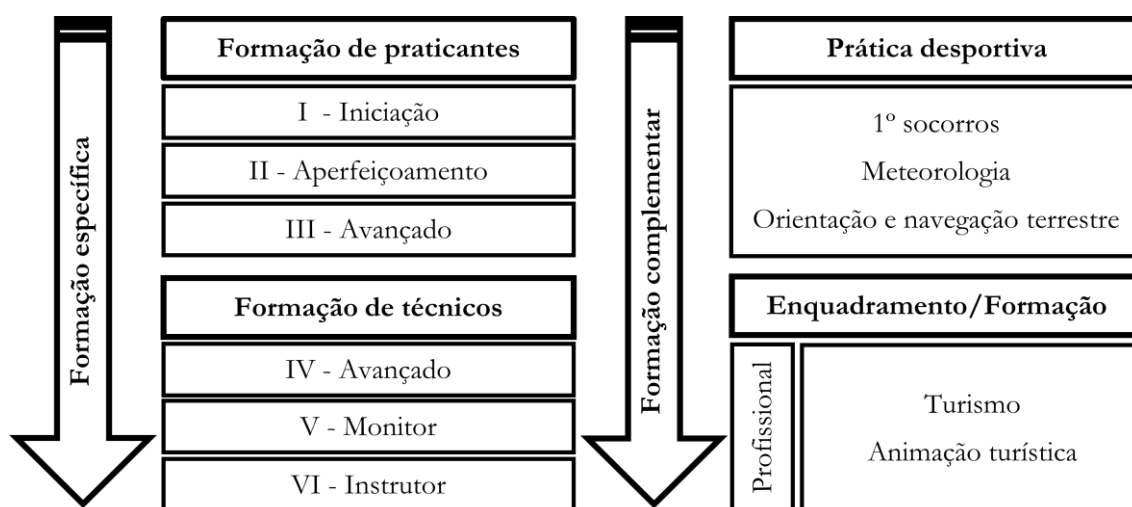


Figura 7 – Modelo de formação em canyoning

De acordo com os resultados obtidos nos questionários, o modelo de formação a implementar deve assentar em vários níveis de competências, com precedências obrigatórias na transição de cada nível, contemplando a formação de praticantes e técnicos. Aos diversos níveis de formação devem corresponder títulos, principalmente a nível profissional, ajustados às respectivas funções e competências.

Relativamente aos modelos de formação internacionais analisados, a proposta que se apresenta tem em conta as especificidades do contexto nacional, nomeadamente uma maior interação ou cruzamento da formação benévola com a profissional, justificada pela dimensão do universo de praticantes e sector de animação turística, comparativamente com outros países onde o canyoning se encontra mais desenvolvido.

As competências profissionais desportivas obtidas noutros países devem ser reconhecidas, desde que correspondam a perfis e qualificações previstos na legislação da formação e certificação desportiva. (DL 407/99, 1999). Neste sentido, o modelo de formação a implementar deve possibilitar a equivalência de competências adquiridas, isto é, o reconhecimento de competências quer por via da formação quer por via da experiência.

4.3. Modelo de formação de praticantes

A proposta aqui apresentada para a formação de praticantes assenta em três níveis de qualificação (iniciado, praticante autónomo e praticante avançado) seguindo o modelo mais comum nos países em que a modalidade está mais desenvolvida, nomeadamente os modelos federativos da FFS, FFME, FFCAM e da FAM (Quadro 21).

Quadro 21 – Modelo de formação de praticantes

Nível	Objectivos/Competências	Finalidade	Certificação
<i>I – Iniciação</i>	Tomar conhecimento da modalidade	Descoberta	Iniciado
<i>II – Aperfeiçoamento</i>	Adquirir autonomia como praticante até actividades dificuldade média	Autonomia	Praticante autónomo
<i>III – Avançado</i>	Liderança de grupos e canyoning de aventura	Líder	Praticante avançado

A formação de praticantes deve incidir, principalmente, sobre as competências de segurança e técnicas, sobretudo de progressão, sendo também estas as competências mais valorizadas pelos praticantes de canyoning aquando da opinião manifestada nos questionários aplicados.

4.3.1. Formação de iniciados

A formação de iniciados deve proporcionar o contacto com a actividade, bem como a adaptação ao meio ambiente e transmitir conhecimentos de segurança e progressão básicos. Este nível de formação deve dotar os formandos de conhecimentos teóricos e técnicos mínimos para uma prática enquadrada, facultando, deste modo, as competências necessárias para uma progressão supervisionada, em percursos de dificuldade baixa e com condições do meio favoráveis (Quadro 22).

Quadro 22 – Formação de praticantes iniciados

<i>Nível I – Iniciação</i>	
Requisitos	Saber nadar Ter 14 ou mais anos de idade (autorização do encarregado de educação para menores) Seguro de acidentes pessoais Ausência de impedimentos médicos para a realização da actividade
Conteúdos	Apresentação da modalidade (história, evolução, locais de prática e meio ambiente) Equipamento base (individual e colectivo) Ancoragens e amarrações (princípios básicos e nós de oito, fita, pescador duplo e valdostano) Progressão sem corda (marcha, natação, salto, <i>tobogã</i> e destrepe) Progressão com corda: corrimão e rapel (simples, duplo, guiado, com desvio, segurança de baixo e auto-segurança) Segurança e risco em canyoning (regras básicas de prevenção) Comunicação (sonora – apitos)
Carga horária	25h (4h teóricas; 21h práticas)
Destinatários	Interessados que disponham de capacidades físicas e psicológicas mínimas para desenvolver actividades de aventura
Rácio máximo	1 formador por cada 6 formandos na componente prática. Por segurança recomenda-se como mínimo 2 formadores por curso
Formadores	Instrutores ou monitores, podendo o segundo formador ser um técnico auxiliar
Avaliação	Avaliação contínua e assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária
Observações	A primeira sessão prática deve ter lugar em local com boas condições e facilidade para a prática de rapel (e.g. falésia, rocódromo, ponte, etc.), com as restantes sessões em itinerários de canyoning de dificuldade baixa, lúdicos, curtos e acessíveis e com boas condições em termos de caudal e meteorológicas

4.3.2. Formação de praticantes autónomos

A formação de praticantes autónomos deve dotar os formandos das competências mínimas para uma progressão em autonomia em itinerários de canyoning de dificuldade média. Este nível de formação tem por objectivo consolidar, aprofundar e alargar competências de progressão e segurança, e transmitir conhecimentos suficientes para que os praticantes possam gerir e organizar as suas saídas (Quadro 23).

Quadro 23 – Formação de praticantes autónomos

Nível II – Aperfeiçoamento	
Requisitos	Cumprir os requisitos e possuir competências da formação de praticantes iniciados (Nível I) Ter no mínimo 16 anos (autorização do encarregado de educação para menores) Ter condição física adequada Pelo menos 1 ano de experiência Equipamento de protecção individual para a prática da modalidade
Conteúdos	Planeamento e gestão de actividades (logística, condicionantes pessoais e do meio, interpretação de topos e graus de dificuldade) Equipamento (individual e colectivo) Nós fundamentais (revisão dos nós do NI e nós de fita, pescador duplo, <i>machard</i> , dinâmico, bloqueio de mula e coração) Ancoragens e amarrações Revisão e aprofundamento das técnicas de progressão sem corda (marcha, natação, salto, <i>tobogã</i> e destrepe) Técnicas de progressão com corda: corrimão, escalada, passamão, tirolesa e rapel (simples, duplo, vertaco, guiado, alongável, com fraccionamento, com desvio, segurança de baixo e auto-segurança) Gestão e instalação de equipamento (gestão da corda, manobras de corda para transposição de obstáculos) Auto-resgate (ascensão por corda, passagem de nó no rapel e auto-desbloqueio) e desbloquear e içar companheiro Iniciação às águas bravas Segurança e risco em canyoning (prevenção antes e durante a descida) Comunicação (sonora – apitos; e visual – códigos gestuais)
Carga horária	50h (8h teóricas; 42h práticas)
Destinatários	Praticantes iniciados que disponham de capacidades físicas e psicológicas mínimas para desenvolver actividades de aventura
Rácio máximo	1 formador por cada 5 formandos na componente prática. Por segurança recomenda-se como mínimo 2 formadores por curso
Formadores	Instrutores, podendo o segundo formador ser um monitor
Avaliação	Avaliação contínua, com assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária Momento de avaliação prática a realizar na última sessão
Observações	A primeira sessão prática deve ter lugar em local com boas condições e facilidade para a prática de rapel (e.g. falésia, rocódromo, ponte, etc.), com incidência em conteúdos de auto-resgate e técnicas de progressão. Já as restantes sessões em itinerários de canyoning de dificuldade média e com boas condições meteorológicas e em termos de caudal

4.3.3. Formação de praticantes avançados

Pretende-se com este nível de formação que os formandos adquiram competências para praticar a actividade em segurança, autonomia e como líderes do grupo, em itinerários de canyoning de dificuldade média/alta, ou com condições do meio menos propícias. Este nível de formação deve dotar os formandos de competências que permitam uma postura de prevenção e a selecção e adequação das técnicas de progressão em condições de águas bravas, grandes verticais ou terreno de aventura (Quadro 24).

A certificação como praticante avançado deverá estar dependente, para além da formação específica na área do canyoning, da obtenção de formação em áreas complementares, nomeadamente de primeiros socorros (suporte básico de vida), climatologia e meteorologia de montanha e cartografia, orientação e navegação terrestre. A importância destas competências complementares é evidente por se tratar de conhecimentos de base para uma prática segura e sustentada, sendo mesmo parte integrante de diversos modelos de formação internacionais (RD 318/2000, 2000; FFME e FFS, 2007; FAM, 2010). De destacar, também, que foram competências amplamente valorizadas nos resultados dos questionários.

Quadro 24 – Formação de praticantes avançados

<i>Nível III – Avançado</i>	
Requisitos	Cumprir os requisitos e possuir competências da formação de praticantes autónomos (Nível II) 18 ou mais anos Experiência prática superior a 2 anos Pelo menos 20 itinerários de canyoning distintos em autonomia, em diferentes tipos de formações rochosas Mais de 50 horas de prática da modalidade como praticante autónomo Capacidade física para caminhar durante 8h em terreno acidentado e superar um desnível positivo acumulado superior a 1000 metros, carregando uma mochila com 10 kg Capacidade para escalar uma via de V grau Capacidade de nadar 100 metros em águas tranquilas e bravas de forma continuada Capacidade de submergir a uma profundidade de 2,5 metros com fato de neoprene Possuir equipamento de protecção individual e colectivo para a prática da modalidade
Conteúdos	Planeamento e gestão de actividades Técnicas de progressão com corda avançadas: grandes verticais e em águas bravas Equipamento de percursos (colocação de ancoragens) Hidrologia e hidráulica Técnicas avançadas de águas bravas (avançar e cruzar um rio, correntes em plano vertical e horizontal, contracorrentes, movimentos de água, estratégias de progressão e resgate) Segurança e Resgate em Canyoning (resgate de companheiro – contrapeso, corte de corda, transporte de feridos, descida em corda tensa) Conhecimento do meio (meio ambiente e impactos ambientais) Gestão e elaboração de informação (estudo, caracterização e topografia de canyoning – croquis, guias, etc.) Descoberta e expedição

Carga horária	80h (15h teóricas; 65h práticas)
Destinatários	Praticantes com manifesta experiência na área do canyoning que disponham de capacidades físicas e psicológicas mínimas para desenvolver actividades de aventura
Rácio máximo	1 formador por cada 4 formandos na componente prática. Por segurança recomenda-se como mínimo 2 formadores por curso
Formadores	Instrutores auxiliados por monitores
Avaliação	Avaliação contínua, com assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária Momento de avaliação prática (utilização do equipamento, progressão com e sem corda, resgate e auto-resgate, e águas bravas)
Observações	A primeira sessão prática de resgate deve ter lugar em local com boas condições e facilidade para a prática de rapel (e.g. falésia, rocódromo, ponte, etc.). Já a primeira sessão prática de águas bravas deve ocorrer num rio de águas bravas. As restantes sessões práticas devem ocorrer em itinerários de canyoning de dificuldade média/alta e com condições adequadas em termos de caudal e meteorológicas

4.4. Modelo de formação de técnicos de canyoning

Relativamente à formação de quadros técnicos, no âmbito do canyoning, esta deve ter como base a formação de praticantes aliada à experiência prática, de forma a conceder um conhecimento sustentado da modalidade e facilitar a aquisição e assimilação de conhecimentos. Deste modo, deve existir uma correlação entre a formação de praticantes e a formação de técnicos, sendo esta uma sequência lógica da primeira.

A formação de quadros técnicos deverá ter em consideração se estes pretendem exercer apenas a actividade no âmbito desportivo e benévolo ou profissional, na animação turística ou como formador. Assim, no âmbito associativo ou federativo deve ser privilegiada a componente técnica e desportiva, enquanto no âmbito profissional, para além da parte técnica é fundamental o domínio de conhecimentos de turismo, animação, organização e enquadramento.

O modelo de formação de técnicos de canyoning, aqui proposto, é dividido em três níveis de qualificação (técnico auxiliar, monitor e instrutor) conforme se apresenta no quadro 25.

Quadro 25 – Modelo de formação de quadros técnicos

Nível	Objectivos/Competências	Finalidade	Certificação
<i>IV – Avançado</i>	Enquadramento de actividades supervisionadas	Técnica	Técnico Auxiliar
<i>V – Monitor</i>	Enquadramento e organização de actividades		Monitor
<i>VI – Instrutor</i>	Formador		Instrutor

De acordo com os diversos modelos de formação internacionais analisados, a formação de quadros técnicos deve recair, principalmente, sobre as componentes pedagógicas, de planeamento e organização de actividades, promovendo competências avançadas de gestão e enquadramento de grupos, bem como de ensino. As competências técnicas e de segurança são essencialmente aferidas aquando do enquadramento de actividades de canyoning.

4.4.1. Formação de técnicos auxiliares

O primeiro nível de formação de quadros técnicos tem como objectivo a formação de técnicos auxiliares para o enquadramento de actividades, desde que supervisionadas por monitores ou instrutores. Este nível de certificação deve ser encarado como a sequência da formação avançada de praticantes, fomentando essencialmente competências organizativas e de enquadramento, bem como conhecimentos ao nível da comunicação e dinâmicas de grupo (Quadro 26).

Quadro 26 – Formação de técnicos auxiliares

<i>Nível IV – Avançado</i>	
Requisitos	Cumprir os requisitos e possuir competências da formação avançada de praticantes (Nível III) Escolaridade mínima obrigatória
Conteúdos	Planeamento e gestão de actividades Organização e enquadramento de actividades (gestão e selecção de equipamento, preparação da saída, técnicas de enquadramento e aspectos pedagógicos)
Carga horária	20h (4h teóricas; 16h práticas)
Destinatários	Praticantes com manifesta experiência na área do canyoning que disponham de capacidades físicas e psicológicas mínimas para desenvolver actividades de aventura e com interesse em enquadrar actividades de canyoning
Rácio máximo	1 formador por cada 4 formandos na componente prática
Formadores	Instrutores
Avaliação	Avaliação contínua, com assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária Momento de avaliação prática e avaliação da prática pedagógica aquando do enquadramento
Observações	A última sessão prática deve possibilitar o auxílio do enquadramento de um grupo de praticantes iniciados num itinerário de canyoning de dificuldade baixa

Caso haja intenção de desempenhar a actividade pela via profissional, no âmbito da animação turística, a certificação deve depender de formação complementar de iniciação à actividade turística. Segundo o IQF (2005:148), a estes profissionais “são exigidas

competências elementares ao nível do turismo, nomeadamente ao nível do acolhimento e assistência ao cliente, informação turística sobre a região, legislação do sector turístico, capacidade de comunicação e conhecimentos de línguas estrangeiras”.

4.4.2. Formação de monitores

A formação de monitores tem como principal objectivo formar técnicos com autonomia para organizar e enquadrar actividades. Neste nível de formação, os formandos devem assimilar competências que permitam a preparação de descidas de canyoning, desportivo, de lazer ou formativas, a selecção e adequação dos locais e das técnicas de progressão às condicionantes do meio e dos participantes (Quadro 27).

Se o objectivo da certificação for o enquadramento de actividades turísticas, então carece de formação complementar ao nível da animação turística.

Quadro 27 – Formação de monitores

<i>Nível V – Monitor</i>	
Requisitos	Cumprir os requisitos e possuir competências da formação avançada de técnicos auxiliares (Nível IV) 1 ano de experiência no auxílio do enquadramento de actividades de canyoning
Conteúdos	Noções de anatomofisiologia e fisiologia Segurança e resgate em canyoning (técnicas de assistência em meio vertical, horizontal ou águas bravas, assistência à vítima) Conhecimento do meio (geologia e geomorfologia, flora e fauna) e envolvimento social Técnicas Pedagógicas (de condução, de comunicação e metodologias de ensino)
Carga horária	60h (15h teóricas; 45h práticas)
Destinatários	Técnicos auxiliares com experiência no enquadramento de actividades de canyoning e interesse em enquadrar actividades e desenvolver formação em canyoning
Rácio máximo	1 formador por cada 4 formandos na componente prática
Formadores	Instrutores
Avaliação	Avaliação contínua, com assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária Momento de avaliação prática e avaliação da prática pedagógica aquando do enquadramento Desenvolvimento de um trabalho escrito (estudo do meio), com apresentação oral do mesmo.
Observações	Devem existir pelo menos duas sessões práticas que possibilitem o enquadramento de um grupo de praticantes num itinerário de canyoning de dificuldade baixa e o auxílio do enquadramento de uma formação de iniciação

4.4.3. Formação de instrutores

O último nível de formação tem o intuito de credenciar instrutores, que são técnicos especialistas com competências organizativas e pedagógicas para desenvolverem e supervisionarem formação de praticantes e técnicos de canyoning (Quadro 28).

São estes quadros técnicos que devem assumir as principais responsabilidades da gestão da formação, a promoção da segurança e o desenvolvimento sustentável da actividade, bem como contribuir para a evolução técnica da modalidade e produção de informação.

Quadro 28 – Formação de instrutores

<i>Nível VI – Instrutor</i>	
Requisitos	Cumprir os requisitos e possuir competências da formação de monitores (Nível V) 3 anos de experiência no enquadramento de actividades de canyoning 200h de enquadramento como formador ou auxiliar de formação em canyoning Certificado de Aptidão Profissional de Formador ou equivalente
Conteúdos	Planeamento e gestão da formação Técnicas Pedagógicas avançadas (produção e divulgação de saber, posturas do ensino e aprendizagem, dinâmica e gestão de grupos e comunicação) Metodologias de avaliação
Carga horária	50h (10h teóricas; 40h práticas)
Destinatários	Praticantes com manifesta experiência na área do canyoning que disponham de capacidades físicas e psicológicas mínimas para desenvolver actividades de aventura
Rácio máximo	1 formador por cada 4 formandos na componente prática
Formadores	Instrutores
Avaliação	Avaliação contínua, com assiduidade mínima obrigatória de 75% da carga horária Momento de avaliação prática e avaliação da prática pedagógica em âmbito formativo Elaboração de um trabalho escrito (artigo técnico), com apresentação oral do mesmo Desenvolvimento de um plano de formação para uma população especial e aplicação prática do mesmo
Observações	Durante a formação os formandos devem planear, gerir e implementar uma formação de praticantes, com vista à aplicação das competências pedagógicas desenvolvidas

4.5. Síntese

A formação de praticantes e técnicos em canyoning deve assentar numa componente predominantemente prática com vista a cimentar um leque de competências diversas e essenciais para a prática de uma modalidade com riscos acrescidos, multidisciplinar e bastante exigente em termos técnicos.

Os diversos níveis de formação devem permitir o desenvolvimento e equilíbrio de competências ajustadas ao tipo de prática a desenvolver, ou seja, prática desportiva ou profissional. Ainda assim, ao nível dos quadros técnicos, deve diferenciar-se os técnicos de carácter amador/benévolo, que apesar de apresentarem uma reconhecida competência técnica (desportiva) e pedagógica, não devem desenvolver actividade profissional, no âmbito turístico, pois esta deve ser correspondente com formação específica e complementar na área do turismo e da animação turística.

A qualificação dos praticantes e técnicos de canyoning possibilita a promoção da segurança e o desenvolvimento sustentável da modalidade, coerente com uma prática em meio natural sensível e, por vezes, extremo.

5. CONCLUSÃO

5.1. Principais resultados

Nesta dissertação foram abordadas variadas temáticas, com enfoque para a formação em turismo e desporto de natureza, especificamente no canyoning, materializadas no desenvolvimento de uma proposta de modelo de formação para os praticantes e técnicos de canyoning em Portugal.

Actualmente, o turismo apresenta-se como um sector cada vez mais representativo para o desenvolvimento socioeconómico das sociedades contemporâneas. A expansão da actividade turística e a procura de actividades na natureza reforça a necessidade da promoção de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis. Assim, o conceito de turismo alternativo, com um relacionamento mais próximo entre os sectores do turismo, desporto e ambiente, surge como um recurso válido para amenizar os impactos negativos do sector, repercutindo-se num crescente desenvolvimento dos segmentos do turismo activo e turismo de natureza.

Neste contexto, o turismo activo e na natureza, no âmbito das actividades desportivas e de natureza, é fortemente representado pela animação turística, onde o canyoning, como actividade física de aventura e natureza encaixa perfeitamente e se tem desenvolvido, pois é uma actividade bastante lúdica e que proporciona aventura e um estreito contacto com o meio ambiente.

O investimento na formação e na educação ambiental em canyoning justifica-se pela importância de uma prática sustentável e com elevados níveis de segurança, bem como pelas especificidades da actividade. Estamos perante uma actividade com risco potencialmente elevado, multidisciplinar, bastante exigente e complexa em termos técnicos, o que por si evidencia e reforça a relevância da formação. Neste sentido, é fundamental desenvolver iniciativas em Portugal, que regulamentem a oferta formativa, assim como toda a actividade turística e desportiva de natureza.

A implementação de modelos de formação em canyoning adequados e que garantam a aquisição das competências necessárias para uma prática segura e sustentável é indispensável, tanto ao nível da prática enquadrada como ao nível da prática autónoma. A formulação e aplicação desses modelos é ainda fundamentada pela escassez de formação

específica, pelas lacunas de conhecimentos apresentadas pelos técnicos e praticantes de canyoning, bem como pelo facto de estarmos perante uma actividade multidisciplinar que acarreta riscos acrescidos.

Os modelos de formação de praticantes e técnicos de canyoning a implementar devem contemplar diferentes níveis, com precedências obrigatórias na transição de cada nível, e considerar diversas áreas de competências, coerentes com os tipos de prática a desenvolver.

A formação é um meio vital para dotar os intervenientes de conhecimentos específicos e pluridisciplinares de diversos âmbitos, como a nível técnico, de segurança, pedagógicos, de gestão, de comunicação, associados ao meio, entre outros.

A nível profissional a formação e qualificação de técnicos de canyoning é, tendo em conta as especificidades da modalidade, fundamental para o desenvolvimento de serviços de elevada qualidade e segurança, uma vez que o aumento da qualificação profissional é uma necessidade urgente e certamente um factor de competitividade e de diferenciação.

Neste sentido, é essencial a criação de um título profissional, que assente numa formação académica de base na área do turismo e desporto de natureza com uma especialização na área do canyoning, de modo a combater a preocupante conjuntura actual.

5.2. Análise crítica dos pressupostos formulados

Relativamente à problemática de investigação, considera-se que as hipóteses de estudo formuladas foram, na sua generalidade, validadas ao longo deste estudo, como se explica de forma detalhada em seguida.

A primeira hipótese deste estudo é a seguinte: *Os modelos de formação na área do canyoning em Portugal não são adequados às necessidades actuais.*

Esta hipótese é desenvolvida na segunda parte desta dissertação, na qual se demonstra a importância da formação para a promoção de conhecimentos e qualificação de praticantes e profissionais de canyoning, fomentando assim a expansão e a qualidade das actividades. Acresce o facto de se verificar em Portugal uma forte lacuna na formação de profissionais capacitados para o enquadramento de actividades de canyoning de âmbito turístico, tendo até ao ano de 2010 ocorrido apenas uma formação de técnicos auxiliares. Ao nível dos praticantes a formação também se revela insuficiente, com apenas uma entidade

formadora, uma associação desportiva, a apresentar uma estrutura formativa relativamente consistente e continuada.

Na terceira parte deste estudo, estas considerações são reforçadas, pois verificam-se lacunas de conhecimentos em áreas delicadas como a segurança e gestão do risco, ou a nível técnico. Esta situação é mesmo grave, devido ao expressivo número de técnicos e praticantes de canyoning que desenvolvem a actividade com formação insuficiente ou mesmo sem qualquer formação específica. Confirma-se, assim, principalmente ao nível da formação de profissionais, que a oferta formativa actual e os respectivos modelos de formação não correspondem às necessidades e exigências da actividade.

A segunda hipótese deste estudo é a seguinte: *Os modelos de formação a desenvolver e implementar no âmbito do canyoning em Portugal devem ser adaptados à realidade do país e não a mera aplicação directa de modelos internacionais.*

Com base na análise de diversos modelos de formação, nacionais e internacionais, e nos resultados obtidos nos questionários aplicados, conclui-se que os modelos de formação, em canyoning, internacionais já implementados e bastante desenvolvidos devem ser considerados. No entanto, é essencial ajustar às necessidades e características do contexto nacional, de acordo com histórico recente do canyoning em Portugal, a menor expressão da actividade, a juventude e sazonalidade do sector da animação turística, comparativamente com outros países de maior dimensão e em que esta modalidade se encontra mais desenvolvida, existindo um número bastante mais vasto quer de praticantes, quer de empresas e serviços. Em geral, os agentes da animação turística, os técnicos, e especialistas na área da formação, bem como os praticantes corroboram com esta opinião, pois não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos e o nível de concordância foi aceitável.

Assim, pode concluir-se que, também esta hipótese está confirmada.

A terceira hipótese deste estudo é a seguinte: *Em Portugal existem diferentes entidades a desenvolver formação em canyoning, no entanto, nem sempre seguem os mesmos modelos de formação.*

Constata-se que, actualmente, existem diversas entidades a desenvolver formação e diferentes modelos de formação de canyoning, nacionais e internacionais, aos quais os interessados têm recorrido com o intuito de se qualificarem. No entanto, não existe

nenhuma coordenação entre os mesmos, muito por força da falta de certificação e homologação da formação em Portugal. Pois os organismos públicos com reconhecidas responsabilidades e competências na regulamentação da formação, particularmente ao nível do desporto de aventura e turismo activo, ainda não desenvolveram as diligências necessárias, nomeadamente, na definição de perfis que descrevam as competências necessárias para o exercício das profissões ou ocupações desportivas e turísticas, bem como na definição de modelos de formação que respondam às exigências e necessidades destes intervenientes. Outro aspecto relevante que dificulta a adopção de modelos semelhantes ou interligados, resulta da falta de diálogo entre as diferentes entidades que desenvolvem a oferta formativa.

5.3. Propostas de desenvolvimento futuro

Embora se considere que os objectivos definidos nesta dissertação foram concretizados, naturalmente que existem algumas limitações no desenvolvimento desta temática, em particular pelo tempo limitado e não contar com um grupo de trabalho alargado, pelo que, de seguida se apontam alguns aspectos que se afiguram de interesse para desenvolvimento futuro.

De forma a validar e aperfeiçoar a proposta de modelo de formação desenvolvida é essencial que esta seja analisada e revista por diversos especialistas e pelos responsáveis das entidades ligadas à formação de canyoning e de técnicos de animação turística e desporto de natureza em Portugal. Este trabalho pode ainda ser complementado com a aplicação de um segundo instrumento de medida – questionário – junto dos praticantes e técnicos da modalidade, de modo a aferir a adequabilidade e viabilidade da proposta.

Será, igualmente, essencial que após a proposta assumir os contributos dos especialistas e outros responsáveis referidos anteriormente, que seja posta em prática, devendo ser monitorizada e posteriormente revista.

Julga-se ainda, que o alargamento do estudo a outras modalidades de desporto de natureza e de aventura em Portugal, seria proveitoso para um maior conhecimento das mesmas e certamente uma oportunidade para fomentar um desenvolvimento sustentável destas áreas do turismo e desporto de natureza. Da mesma forma, seria essencial para permitir criar a profissão de técnico de animação turística e desporto de natureza, que só é profissionalmente exequível com o domínio de multi-competências na área.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1. Referências Gerais

- Abarca, A., Aguarta, O., Avellanas, M., Campo, A., Campo, G., Ceña, L., Cuchí, J., Lampre, F., e Salamero, E. (2001). *Manual de Descenso de Barrancos*. Escuela Aragonesa de Montañismo – Comitá de Barrancos, Saragoça: Manuales Prames.
- ANQ (2009). *Catálogo Nacional de Qualificações*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social e Ministério da Educação.
- Active Tourism Organization (2009). *Active tourism*. Acedido a 12 de Setembro de 2009 em <http://www.active-tourism.com/HomeFrames.html>.
- Agustín, M., Peña, B., Canalejo, J., Ruiz, S., Blanch, J., Sanz, L., Martín, A., Aparício, A., Gracia, J., e Velasco, J. (2005). *Técnico Deportivo en Barrancos*. Escuela Española de Alta Montaña, Benasque: Barrabés.
- Almeida, M. (2008). *Segurança e gestão do risco em canyoning*. Povia do Lanhoso: Jornadas técnicas de canyoning, organização Associação de Desportos de Aventura Desnível e Diver Lanhoso. Acedido a 15 de Dezembro de 2008 em http://moodle.desnivel.pt/file.php/33/JTB4_Seguranca_Risco_MCA Almeida08.pdf.
- Almeida, M e Gutierrez, G. (2008). Nova dimensão esportiva: uma leitura do esporte de lazer. *Revista Digital*, 116. Acedido a 15 de Junho de 2009 em <http://www.efdeportes.com/efd116/uma-leitura-do-esporte-e-do-lazer.htm>.
- Almeida, P. (2004). A gestão da animação turística como sustentação do aumento das taxas de ocupação. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1, 23-30.
- APECATE (2010). *Plano de formação de activos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos. Acedido a 04 de Janeiro de 2010 em <http://194.79.84.222/APECATEWeb/displayconteudo.do2?numero=20125>.
- Borges, M. e Lima, S. (2006). O turismo de montanha: Abordagem conceptual e enquadramento do produto. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, 157-165.
- Buckley, R. (2006). *Adventure tourism*. Wallingford, UK: CABI.
- Burnay, M. (2006). O Turismo sustentável e o turismo de natureza: Constrangimentos e oportunidades. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, 167-179.
- Câmara, P., Guerra, P. e Rodrigues, J. (2001). *Humanator 2001: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa: D. Quixote.
- Cardim, J. (2005). *Formação profissional: problemas e políticas*. Lisboa: ISCSP – UTL.
- Carvalhinho, L. (2006). *Os técnicos e as actividades de desporto de natureza: Análise da formação, funções e competências profissionais*. Tese de doutoramento não-publicada, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cavaco, C. (coord.) (1999). *Desenvolvimento rural - desafio e utopia, estudos para o planeamento regional e urbano*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C. (2006). Práticas e Lugares de Turismo. *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Lazer*, 299-362.

- CEC (2005). *Ausbildungs- und Prüfungsordnung*. Grasse: Commission Europeenne de Canyon.
- CLO2 (2010). *CLO2 Project*. Acedido a 11 de Janeiro de 2010 em <http://www.casesport.org/art.php?id=26692>.
- Coelho, N. (2003). Conclusões do atelier Turismo Activo. In: Instituto de Turismo de Portugal (eds.), *Novos consumos, novos produtos turísticos: encontro técnico 2003 – livro de actas* (pp. 201-204). Lisboa: Instituto de Turismo de Portugal.
- Comunidades Europeias (2009). *Quadro europeu de qualificações para a aprendizagem ao longo da vida*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CTP (2005). *Reinventando o turismo em Portugal*. Lisboa: Confederação do Turismo Português.
- Cunha, L. (2007). *Introdução ao turismo*. Lisboa: Verbo.
- Cunha, L. (2003). *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: FMH.
- DECO (2008). *Guia dos desportos de natureza*. Lisboa: DECO.
- Desnível (2008). *I Jornadas técnicas de canyoning – conclusões*. Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 10 de Janeiro de 2010 em <http://desnivel.pt/canyoning/formacao-actividades/jornadas-tecnicas-canyoning/edicao-2008/>.
- Desnível (2009a). *Regulamento de Funcionamento da Formação – Centro de Formação Desnível*. Documento não publicado, Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível.
- Desnível (2009b). *II Jornadas técnicas de canyoning – conclusões*. Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 10 de Janeiro de 2010 em <http://desnivel.pt/media/pdf/jtc-2009-relatorio-final.pdf>.
- DGES (2010a). *Lista de CET no ensino superior*. Lisboa: MCTES. Acedido a 12 de Janeiro de 2010 em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/OfertaFormativa/CET/CETS+no+Ensino+Superior.htm>.
- DGES (2010b). *Lista de CET no ensino não superior*. Lisboa: MCTES. Acedido a 12 de Janeiro de 2010 em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/AssuntosDiversos/CET+no+Ensino+não+Superior/>.
- Dougherty, N. (1998). *Outdoor recreation safety*. The State University of New Jersey. Champain: Human Kinectics.
- Dumazedier, J. (1988) *Revolution culturelle du temps libre*. Paris: Meridiens Klincksieck.
- EFDC e FFE (2001). *Manual técnico de descenso de cañones*. Madrid: Desnivel.
- EQFOA (2008). *Prospectos de informacion sobre el proyecto*. Londres: European Qualification Framework for Outdoor Animators. Acedido a 23 de Dezembro de 2009 em [http://www.eqfoa.eu/fichiers/EQFOA leaflet es.pdf](http://www.eqfoa.eu/fichiers/EQFOA%20leaflet%20es.pdf).
- FAM (2010). *Contenido de los cursos a impartir en los clubes*. Zaragoza: Federación Aragonesa de Montañismo. Acedido a 11 de Janeiro de 2010 em <http://www.fam.es/web/eam-introduccion/eam-contenidos-cursos>.

- FCMP (2007). *Modelo de formação Escola Nacional de Montanhismo*. Lisboa: Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Acedido a 04 de Janeiro de 2010 em <http://www.fcmpportugal.com/ResourcesUser/Data/ENM/Modelo%20de%20Formação.pdf>.
- Ferreira, P. (2003). *Guia do animador: Animar uma actividade de formação*. Lisboa: Multinova.
- FFME e FFS (2007). *Manuel technique de canyonisme*. Paris: Nota Bene.
- FPME (2009). *Formação de praticantes – linhas orientadoras para os clubes*. Acedido a 04 de Janeiro de 2010 em http://www.ambi-reci.pt/afpme/index.php?option=com_content&view=category&id=60:formacao&layout=default.
- Gómez, E. e Gámez, B. (1995). *Manual de técnicas de descenso deportivo de cañones y barrancos*. Barcelona: Equip Grafic.
- Haro, J. e Samsó, L. (2006). Técnica y seguridad en descenso de cañones. *Cuadernos Técnicos Barrabés*, 25, 32-39.
- Hidalgo, J. (2002). *100 preguntas y 100 respuestas – Descenso de cañones*. Madrid: Desnivel.
- Hudson, S. (2003). *Sport and adventure tourism*. New York: The Haworth Hospitality Press.
- Ibarra, J. (2006). La evolución del turismo rural en España y las nuevas oportunidades del turismo de naturaleza. *Estudios Turísticos*, 169-170, 96-102.
- IEFP (2010a). *Formação*. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Acedido a 14 de Janeiro de 2010 em <http://www.iefp.pt/formacao/Paginas/Home.aspx>.
- IEFP (2010b). *O IEFP, IP*. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Acedido a 10 de Janeiro de 2010 em <http://www.iefp.pt/IEFP/Paginas/Home.aspx>.
- IEFP (2010c). *Cursos de aprendizagem*. Lisboa: Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Acedido a 12 de Janeiro de 2010 em <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosAprendizagem/Paginas/CursosAprendizagem.aspx>.
- Inglehart, R. (1998). *Modernización y posmodernización. El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS.
- IQF (2005). *O turismo em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação.
- Leitão, J. (2002). Aventura: um conceito multidimensional. In: Serpa, S. e Araújo, D. (eds.), *Psicologia do desporto e do exercício. Compreensão e aplicações* (pp. 79-85). UTL-FMH: Lisboa.
- Marcial, R. (2003). Turismo, desporto e aventura. In: Instituto de Turismo de Portugal (eds.), *Novos consumos, novos produtos turísticos: encontro técnico 2003 – livro de actas* (pp. 165-170). Lisboa: Instituto de Turismo de Portugal.
- MEI (2006). *Plano estratégico nacional do turismo*. Lisboa: Ministério da Economia e de Inovação/Secretaria de Estado do Turismo.
- Moreira, C. e Costa, P. (2003). No desporto aventura, o limite é... a imaginação. *Revista Desporto*, 2, 15-19.
- ODIT (2008). *Valorisation et promotion du tourisme et des loisirs sportifs de nature en zone de montagne*. Paris: ODIT France.

- OMT (1998). *Guide for local authorities on developing sustainable tourism*. Madrid: OMT.
- OMT (2003a). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
- OMT (2003b). *Turismo internacional: uma perspectiva global*. São Paulo: Bookman.
- Paulo, P.(2002). A aventura do desporto de aventura. *Revista Desporto*, 1, 4-5.
- Partidário, M. (1999). *Critérios para um turismo ambientalmente responsável – relatório síntese*. Lisboa: CEPGA.
- Pereira, A. e Félix, M. (2002). Siglo XXI: nuevos valores, nuevas profesiones. Una perspectiva del ocio deportivo en la naturaleza integrado en el turismo. *Revista Digital*, 50. Acedido a 15 de Junho de 2009 em <http://www.efdeportes.com/efd50/turismo.htm>.
- Pereira, J. (2003). Actividades físicas e de aventura na natureza – AFAN. In: Instituto de Turismo de Portugal (eds.), *Novos consumos, novos produtos turísticos: encontro técnico 2003 – livro de actas* (pp. 159-164). Lisboa: Instituto de Turismo de Portugal.
- PNRQ (2009). *Sistemas Portugueses de Educação e de Formação*. Lisboa: Ponto Nacional de Referência para as Qualificações. Acedido a 05 de Dezembro de 2009 em http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=177,160114&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP&_id=2.
- Portillo, R. (2006). El turismo de naturaleza en España y su plan de impulso. *Estudios Turísticos*, 169-170,7-38.
- Priest, S. e Gass, M. (1997). *Effective leadership in adventure programming*. University of New Hampshire. Champain: Human Kinectics.
- Sampaio, S. (2004). *A importância da formação dos recursos humanos no turismo*. Tese de mestrado não-publicada, Universidade do Minho, Guimarães.
- Sarmiento, J. (2006). La regulación de las empresas de turismo activo. *Estudios Turísticos*, 169-170, 103-111.
- Schmidt, L., Nave, J., Guerra, J. (2006). *Autarquias e desenvolvimento Sustentável*. Porto: Fronteira de Caos.
- SGT (2004). *El turismo de naturaleza en España y su plan de impulso*. Madrid: Subdirección General de Política e Innovación Turística, Secretaria General de Turismo, MICYT.
- Silva, F. (2004a). *Canyoning NI – Iniciação*. Documento não publicado, Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível.
- Silva, F. (2007a). *Breve História do Canyoning*. Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 05 de Outubro de 2009 em <http://desnivel.pt/canyoning/modalidade/breve-historia/>.
- Silva, F. (2007b). *Segurança e Risco em Canyoning*. Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 05 de Outubro de 2009 em <http://desnivel.pt/canyoning/seguranca-risco/>.
- Silva, F. (2007c). *Canyoning – A Modalidade*. Cascais: Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 05 de Outubro de 2009 em <http://desnivel.pt/canyoning/modalidade/>.

- Silva, F. (2008). *Sistemas de informação geográfica na internet aplicados ao turismo na natureza nos Açores - Projecto ZoomAçores*. Tese de mestrado não-publicada, Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Silva, F. e Almeida, M. (2008). *Guia de turismo na natureza e de aventura: Açores - Grupo Central*. Angra do Heroísmo: Associação Regional de Turismo.
- Silva, M. (2004b). *Competências profissionais em canyoning: Estudo comparativo entre técnicos de canyoning, diferenciados pelo estatuto profissional*. Tese de licenciatura não-publicada, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém, Rio Maior.
- Silva, M., Silva, F. e Ramos, P. (2009). *A oferta de canyoning em Portugal*. São Pedro do Sul: Jornadas técnicas de canyoning, organização Associação de Desportos de Aventura Desnível. Acedido a 10 de Janeiro de 2010 em <http://desnivel.pt/canyoning/formacao-actividades/jornadas-tecnicas-canyoning/edicao-2009/>.
- SOL (1999). *Guide de competences: Guide de canyoning*. Sion: Programa Europeu Leonardo da Vinci. Acedido a 01 de Outubro de 2008 em <http://www.s-o-l.ch/fr/projets/risky%20sports/guide-canyoning.pdf>.
- Soto, C. (2007). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: un fenómeno moderno o posmoderno. *Revista Apunts – Educación Física y Deportes*, 89, 81-87.
- Soto, L., Hernando, M., Fernández, J., Garcia, F. (2003). *Descenso deportivo de cañones*. Barcelona: Federación Española de Espeleología.
- Sung, H. (2004). Classification of adventure travellers: behavior, decision making and market trends. *Journal of Travel Research*, 42, 343-356.
- Swarbrooke, J., Beard, C., Leckie, S., e Pomfrer, G. (2003). *Adventure tourism*. Oxford: Betterworth-Heinemann.
- TIES (2007). *The International Ecotourism Society*. The International Ecotourism Society. Acedido a 20 de Junho de 2009 em [http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4832143/k.CF7C/The International Ecotourism Society Uniting Conservation Communities and Sustainable Travel.htm](http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4832143/k.CF7C/The%20International%20Ecotourism%20Society%20Uniting%20Conservation%20Communities%20and%20Sustainable%20Travel.htm).
- TP (2006). *Turismo de natureza*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2007). *Determinação da representatividade das motivações primárias e estágio de satisfação dos turistas em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2009). *Certificação profissional*. Lisboa: Turismo de Portugal. Acedido a 01 de Novembro de 2009 em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/Formacao/certificacao/Pages/Certifica%C3%A7%C3%A3o.aspx>.
- Vázquez, M. e Guerrero, L. (1994). Marco conceptual: las actividades deportivas-recreativas. *Revista Apunts – Educación Física y Deportes*, 37, 58-67.
- WTO (2003). *Sustainable development of ecotourism*. Madrid: World Tourism Organization.
- Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? [versão electrónica]. *Caderno Virtual de Turismo*. 2, Vol.8: 1-13. Acedido a 15 de Junho de 2009 em <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=415>.

6.2. Legislação

- Despacho 21331/2008 (2008). *Estrutura orgânica e flexível dos serviços centrais do IDP, I.P.* (Diário da República, 2ª série – n.º157 – 14 de Agosto de 2008): Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei 108/2009 (2009). *Empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos.* (Diário da República, 1º série – n.º94 – 15 de Maio de 2009): Ministério da Economia e da Inovação.
- Decreto-Lei 210/2007 (2007). *A Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.* (Diário da República, 1ª série – n.º103 – 29 de Maio de 2007): Ministérios de Estado e das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Decreto-Lei 396/2007 (2007). *Sistema nacional de qualificações.* (Diário da República, 1ª série – n.º251 – 07 de Dezembro de 2007): Ministério do Trabalho e da Segurança Social.
- Decreto-Lei 407/99 (1999). *Regime jurídico da formação desportiva.* (Diário da República, 1ª série – n.º241 – 15 de Outubro de 1999): Presidência do Conselho de Ministros.
- Lei 46/86 (1986). *Lei de bases do sistema educativo.* (Diário da República, 1ª série – n.º237 – 14 de Outubro de 1986): Assembleia da República.
- Portaria 633/2007 (2007). *Estrutura da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.* (Diário da República, 1ª série – n.º104 – 30 de Maio de 2007): Ministérios de Estado e das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Portaria n.º 782/2009 (2009). *Quadro Nacional de Qualificações.* (Diário da República, 1ª série – n.º141 – 23 de Julho de 2009): Ministérios de Estado do Emprego e da Formação Profissional e da Educação e pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Real Decreto 318/2000 (2000). *Técnico deportivo y técnico deportivo superior en las especialidades de los deportes de montaña y escalada.* (Boletín Oficial del Estado, n.º73 – 25 de Marzo de 2000) Madrid: Ministerio de Educación y Cultura.

ANEXOS

Nota:

De modo a não sobrecarregar demasiado este trabalho, os anexos que se seguem são, em alguns casos, devido à sua extensão, exemplos e não o anexo completo. Assim, recomendamos uma consulta mais completa através do suporte informático (CD – anexos)

Anexo 1 – Sistemas de educação e qualificação em Portugal

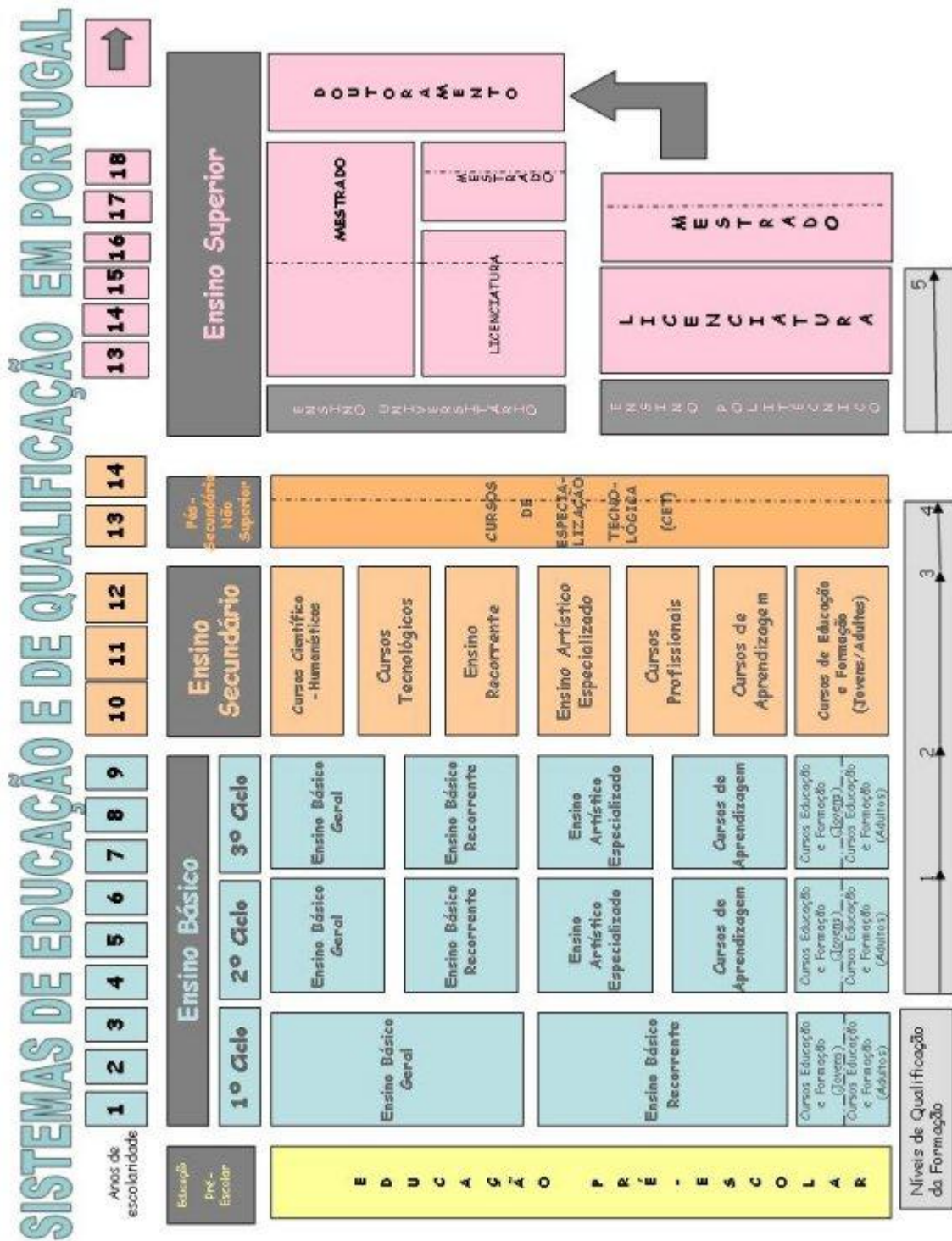


Figura A1 - Sistemas de educação e qualificação em Portugal (PNRQ, 2009)

Anexo 2 – Quadro nacional de qualificações

Quadro A1 – Quadro Nacional de Qualificações (Portaria n.º 782/2009, 2009)

Níveis	Qualificações	Notas
1	2.º ciclo do ensino básico	
2	3.º ciclo do ensino básico obtido no ensino regular ou por percursos de dupla certificação	
3	Ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior	
4	Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional — mínimo de seis meses	
5	Qualificação de nível pós-secundário não superior com créditos para o prosseguimento de estudos de nível superior	(1)
6	Licenciatura	(2)
7	Mestrado	(3)
8	Doutoramento	(4)

(1) Corresponde aos cursos de especialização tecnológica regulados pelo Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

(2) Corresponde ao 1.º ciclo de estudos do Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005, no âmbito do processo de Bolonha. Cf. especialmente o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto -Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

(3) Corresponde ao segundo ciclo de estudos do Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha. Cf. especialmente o artigo 15.º do Decreto -Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto -Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

(4) Corresponde ao terceiro ciclo de estudos do Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha. Cf. especialmente o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto -Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho.

Anexo 3 – Categorias da sub-variável: pressupostos e estratégias de formação

Questão Categorias da sub-variável

- 12.1. O Estado deverá ter a iniciativa para reunir com as várias entidades formadoras, estabelecer parcerias e organizar a formação
- 12.2. A formação deverá assentar em vários níveis de competências com precedências obrigatórias na transição de cada nível
- 12.3. O Estado deverá criar um título profissional, por níveis, e definir as respectivas funções e competências
- 12.4. Só as entidades acreditadas pelo Estado deverão promover formação certificada (de aptidão)
- 12.5. Os modelos de formação deverão contemplar duas vertentes de formação: “praticantes” e “técnicos”
- 12.6. Os modelos de formação na área do canyoning, em Portugal, respondem às necessidades existentes
- 12.7. Os modelos de formação utilizados noutros países com mais experiência deverão ser considerados e adaptados à realidade portuguesa
- 12.8. A frequência de acções de formação/reciclagem deverá ser obrigatória
- 12.9. Em Portugal deve adoptar-se um modelo de formação direccionado tanto para os praticantes e técnicos desportivos como para profissionais (enquadramento de grupos em animação turística)

Anexo 4 – Categorias da variável: competências

Questão Categorias da variável

- 13.1. Técnicas de progressão em canyoning
- 13.2. Segurança (gestão do risco, resgate e auto-resgate)
- 13.3. Equipamento de percursos (colocação de ancoragens)
- 13.4. Cartografia, orientação e navegação
- 13.5. Gestão e elaboração de informação (croquis, guias, etc.)
- 13.6. Águas bravas
- 13.7. 1º Socorros
- 13.8. Meteorologia
- 13.9. Hidrologia
- 13.10. Comunicação, dinâmica e gestão de grupos
- 13.11. Intervenção pedagógica
- 13.12. Planeamento e Gestão de actividades
- 13.13. Meio ambiente e impactos ambientais
- 13.14. Fisiologia
- 13.15. Animação turística e desportiva
- 13.16. Turismo (conhecimentos gerais)

Anexo 5 – Questionário aos técnicos e praticantes de canyoning

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

QUESTIONÁRIO AOS TÉCNICOS E PRATICANTES DE CANYONING

MODELOS DE FORMAÇÃO EM ANIMAÇÃO TURÍSTICA – ESTUDO DE CASO DO CANYONING

Este questionário pretende conhecer a opinião dos técnicos e praticantes portugueses acerca da Formação e Competências em actividades de Canyoning, no âmbito turístico ou desportivo, estando integrado na elaboração de uma dissertação de Mestrado em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

O presente questionário não é um teste, como tal não existem respostas certas ou erradas, pois apenas pretendemos saber a sua opinião.

O anonimato e a confidencialidade serão rigorosamente respeitados, razão pela qual, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões. Desta forma, julgamos contribuir para o desenvolvimento da Formação nesta área.

Uma vez que a sua opinião é de extrema importância, agradecemos desde já a sua colaboração.

Assinale a sua opinião com uma cruz (X) ou circunferência (O) e preencha os espaços em branco

I. Caracterização pessoal e socioprofissional

1. Género: Feminino Masculino 2. Idade: _____
3. Habilitações académicas: _____ 4. Cargo/Profissão: _____
5. Competências técnicas de canyoning: Iniciado Praticante autónomo Técnico auxiliar/Iniciador
Técnico principal/Monitor Instrutor/Formador/Especialista
6. Tipo de organização onde desempenha a actividade de canyoning: Clube/Associação Escola/Universidade
Empresa de Animação Turística Outras Empresas Outros
7. Nº de anos de experiência na actividade: _____
8. Forma como desempenha a actividade: 8.1. Profissional 8.2. Amadora/Benévola 8.3. Apenas Praticante
9. Caso desempenhe actividade profissional ou amadora relacionada com o canyoning indique:
- 9.1. Dirigente/Gestor/Coordenador/Supervisor 9.2. Formador/Especialista
9.3. Técnico principal/Monitor 9.4. Técnico auxiliar/Iniciador
9.5. Outra. Qual? _____

II. Caracterização da formação realizada

10. Qual a sua formação (a mais avançada) na área do canyoning (certificação e entidade)? _____

11. Como avalia essa formação, utilize a seguinte escala (caso não tenha qualquer formação passe para a pergunta 12):

	1 - Muito insuficiente	2 - Insuficiente	3 - Suficiente	4 - Bom	5 - Muito Bom	s/o - Sem opinião
11.1. Carga horária	1	2	3	4	5	s/o
11.2. Cumprimento dos objectivos propostos	1	2	3	4	5	s/o
11.3. Pertinência dos conteúdos programáticos	1	2	3	4	5	s/o
11.4. Metodologias de formação	1	2	3	4	5	s/o
11.5. Qualidade dos espaços, instalações e equipamentos	1	2	3	4	5	s/o
11.6. Nível técnico dos formadores	1	2	3	4	5	s/o
11.7. Nível pedagógico dos formadores	1	2	3	4	5	s/o
11.8. Rácio formando/formador	1	2	3	4	5	s/o
11.9. Recursos pedagógico-didácticos	1	2	3	4	5	s/o
11.10. Sistema de avaliação	1	2	3	4	5	s/o
11.11. Satisfação geral	1	2	3	4	5	s/o
11.12. Outro. Qual?	1	2	3	4	5	s/o

III. Caracterização das expectativas em relação à formação em canyoning

12. As afirmações, em baixo, referem-se a pressupostos e estratégias de formação no âmbito do canyoning, quer seja em actividades turísticas ou de desporto de natureza. Assinale o seu nível de concordância em cada uma delas:

Situe a sua opinião de acordo com a seguinte escala:

-3 = Discordo totalmente	0 = Sem opinião	1 = Concordo em parte
-2 = Discordo		2 = Concordo
-1 = Discordo em parte		3 = Concordo totalmente

12.1. O Estado deverá ter a iniciativa para reunir com as várias entidades formadoras, estabelecer parcerias e organizar a formação	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.2. A formação deverá assentar em vários níveis de competências com precedências obrigatórias na transição de cada nível	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.3. O Estado deverá criar um título profissional, por níveis, e definir as respectivas funções e competências	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.4. Só as entidades acreditadas pelo Estado deverão promover formação certificada (de aptidão)	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.5. Os modelos de formação deverão contemplar duas vertentes de formação: "praticantes" e "técnicos"	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.6. Os modelos de formação na área do canyoning, em Portugal, respondem às necessidades existentes	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.7. Os modelos de formação utilizados noutros países com mais experiência deverão ser considerados e adaptados à realidade portuguesa	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.8. A frequência de acções de formação/reciclagem deverá ser obrigatória	-3	-2	-1	0	1	2	3
12.9. Em Portugal deve adoptar-se um modelo de formação direccionado tanto para os praticantes e técnicos desportivos como para profissionais (enquadramento de grupos em animação turística)	-3	-2	-1	0	1	2	3

IV. Caracterização das competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning

Entendendo que:

"Competência": é a capacidade para utilizar o conhecimento de forma adequada e eficaz;

"Auto-percepção da Competência": é a competência que julga possuir no seu desempenho;

"Importância da Competência": é o grau de importância que a competência deverá ter num modelo de formação.

13. Indique o nível de competência que julga possuir e o grau de importância que atribui, em cada uma das competências apresentadas:

Auto-percepção da Competência	Nenhuma	Muito pouca	Pouca	Razoável	Boa	Muito boa	Muitíssimo boa							
Importância da Competência	0	1	2	3	4	5	6							
Competências ao nível de ...	Auto-percepção da Competência						Importância da Competência							
13.1. Técnicas de progressão em canyoning	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.2. Segurança (gestão do risco, resgate e auto-resgate)	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.3. Equipamento de percursos (colocação de ancoragens)	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.4. Cartografia, orientação e navegação	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.5. Gestão e elaboração de informação (croquis, guias, etc.)	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.6. Águas bravas	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.7. 1º Socorros	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.8. Meteorologia	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.9. Hidrologia	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.10. Comunicação, dinâmica e gestão de grupos	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.11. Intervenção pedagógica	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.12. Planeamento e Gestão de actividades	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.13. Meio ambiente e impactos ambientais	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.14. Fisiologia	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.15. Animação turística e desportiva	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.16. Turismo (conhecimentos gerais)	0	1	2	3	4	5	6	0	1	2	3	4	5	6
13.17. Outros: Quais:														

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo 6 – Base de dados (exemplo)

Questão	I. Caracterização pessoal e socioprofissional													
	1	2	3	4	5	6.1	6.2	6.3	6.5	7	8	9		
N	Género	Idade	Hab.Aca.	Cargo	Competências	Clube/Associação	Escola/Universidade	EAT	Outros	Experiência	Actividade	ActProAma		
75	1	3	1	1	3	1	1	0	0	3	1	1		
76	0	1	2	3	3	0	1	0	1	1	1	4		
77	1	2	2	2	1	0	0	1	0	1	1	4		
78	1	4	2	1	4	0	0	1	0	4	1	1		
79	1	2	1	1	3	0	0	1	0	3	1	3		
80	1	2	2	2	3	1	1	1	1	2	1	3		
81	1	2	2	4	4	0	0	0	1	2	2			
82	1	3	2	4	3	1	0	0	0	2	2	4		
83	1	3	1	4	4	1	0	0	1	3	2	3		
84	0	2	2	4	2	1	0	0	0	2	3			
85	0	2	2	2	1	0	0	0	0	1	3			
86	1	2	2	2	2	1	0	0	0	2	2	4		
87	1	2	2	2	2	0	0	0	1	2	3	4		
88	1	2	2	1	4	0	0	1	0	3	1	1		
89	1	2	1	4	3	1	0	0	0	3	2	4		
90	0	2	2	2	1	0	0	0	1	2	3			
91	1	2	1	4	2	1	0	0	0	2	2			
92	1	2	1	2	1	0	0	1	0	3	3			
93	1	2	1	4	1	0	0	1	0	1	3			
94	1	2	2	4	2	1	0	0	0	2	2	1		

II. Caracterização da formação realizada													
10.1	10.2	11.1	11.2	11.3	11.4	11.5	11.6	11.7	11.8	11.9	11.10	11.11	11.12
Entidade	Nível	Carga Horária	Objectivos	ContProg	MetodForm	EspInstEquip	TecFormadores	PedFormadores	Rácio	RecPed	SistAval	SatisGeral	Outro
2	2	3	3	4	3	4	5	4	4	3	4	4	
2	2	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
3	1	3	4	4	4	5	4	4	5	4	3	4	
2	2	5	5	5	3	5	5	3	4	4	2	3	
1	2	4	5	5	5	5	5	4	4	5	4	5	
1	2	4	4	4	4	4	5	4	4	4	4	4	
2	3	5	5	5	4	5	5	4	5	4	4	4	2
1	1	4	4	4	4	3	5	4	4	4	4	5	
3	1	3	4	3	3	3	5	4	5	4	3	3	
1	2	4	5	5	5	4	5	5	4	4	5	5	
1	1	5	4	4	4	3	5	5	4	4	4	4	
3	1	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	

III. Caracterização das expectativas em relação à formação em canyoning										
12.1	12.2	12.3	12.4	12.5	12.6	12.7	12.8	12.9		
IniEstado	NiveisForm	TituloProfi	EntAcred	VertForma	RespNece	AdapModel	Reciclagem	ModelForma		
1	3	1	2	2	1	2	2	-1		
3	2	2	3	1	-3	-1	1	2		
1	3	3	3	-2	-1	2	3	2		
2	1	1	-2	1	-2	2	1	0		
1	2	2	2	2	-1	2	2	2		
2	3	3	1	1	1	1	3	2		
1	3	2	1	3	-2	0	3	3		
1	3	1	1	2	0	3	1	2		
1	3	2	-1	3	1	-1	3	3		
2	1	-1	2	2	-2	2	1	-1		
3	3	3	3	2	0	0	3	3		
3	3	2	2	2	-2	2	3	2		
2	3	3	-1	2	1	-1	1	2		
3	3	3	2	3	1	3	3	1		
1	3	1	3	2	2	1	2	1		
2	3	2	2	3	0	0	-1	1		
0	3	3	3	3	0	3	1	3		
2	3	1	3	0	0	0	3	3		
1	3	2	2	1	0	0	3	1		
1	3	1	2	3	1	3	3	3		

IV. Caracterização das competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning: Importância da Competência															
13.1	13.2	13.3	13.4	13.5	13.6	13.7	13.8	13.9	13.10	13.11	13.12	13.13	13.14	13.15	13.16
TecProg	Segurança	EquipPerc	CartOriNav	GesInfo	ÁguasBrav	PriSocorros	Meteo	Hidrologia	ComDinGru	IntPadag	PlanGesAct	Ambiente	Fisiologia	AniTurDes	Turismo
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	4	4
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
5	6	5	4	4	4	4	3	3	4	4	4	4	3	3	3
5	5	6	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	5	4
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
6	6	5	6	4	4	5	4	6	5	5	5	5	4	4	3
5	6	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3	3
5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	5	5	5	5	4
5	5	3	3	4	3	3	4	5	5	6	5	6	3	3	3
6	6	6	5	5	6	6	5	6	5	5	5	5	6	5	5
6	4	2	4	3	4	3	3	4	3	5	5	5	3	5	4
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
6	5	5	5	2	5	6	6	5	3	3	3	3	3	4	5
4	5	4	5	3	5	5	5	5	4	5	4	5	5	4	4
4	6	5	6	4	3	6	6	4	4	5	4	3	4	3	3
6	6	6	6	6	6	5	6	6	5	5	5	5	5	5	5
6	6	6	6	4	6	6	6	6	6	6	5	5	4	5	4
4	6	6	2	5	4	6	5	5	6	4	3	6	4	4	2
5	6	6	5	5	5	6	5	5	5	4	5	4	4	4	4

IV. Caracterização das competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning: Auto-percepção da Competência															
13.1	13.2	13.3	13.4	13.5	13.6	13.7	13.8	13.9	13.10	13.11	13.12	13.13	13.14	13.15	13.16
TecProg	Segurança	EquipPerc	CartOriNav	GesInfo	ÁguasBrav	PriSocorros	Meteo	Hidrologia	ComDinGru	IntPadag	PlanGesAct	Ambiente	Fisiologia	AniTurDes	Turismo
4	4	4	5	4	3	4	3	3	3	3	4	4	3	3	3
6	6	6	6	6	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
3	4	4	4	4	4	4	4	3	5	5	5	5	4	5	5
4	3	4	3	4	4	4	4	4	5	5	5	5	6	5	4
4	4	4	4	4	4	3	3	3	4	4	4	4	3	4	4
5	5	5	5	4	4	4	4	3	5	5	5	5	5	5	5
4	4	4	5	5	5	4	3	3	6	6	6	3	6	3	2
5	4	5	4	5	3	4	4	4	6	6	5	2	4	4	3
5	6	5	5	5	6	6	5	6	5	5	5	5	4	4	4
3	2	1	0	1	0	3	3	1	2	3	3	5	4	0	0
2	1	0	3	2	0	3	1	1	3	4	4	5	3	5	3
3	3	4	5	1	4	3	2	2	4	4	3	4	2	4	2
4	4	4	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3	3	2
5	4	4	3	4	4	3	3	2	5	5	5	3	3	5	5
4	3	3	4	3	4	3	2	3	4	4	4	3	3	4	4
3	4	5	4	3	5	5	6	2	4	5	3	3	4	3	3
2	0	3	4	0	0	3	0	0	2	0	2	0	0	3	3
4	6	6	5	3	4	4	3	3	6	6	6	6	3	6	3
4	5	6	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	3	6	6
3	4	3	4	4	2	5	4	2	4	3	5	5	4	3	4

IV. Caracterização das competências a transmitir pelos modelos de formação em canyoning: Necessidades de Formação															
13.1	13.2	13.3	13.4	13.5	13.6	13.7	13.8	13.9	13.10	13.11	13.12	13.13	13.14	13.15	13.16
TecProg	Segurança	EquipPerc	CartOriNav	GesInfo	ÁguasBrav	PriSocorros	Meteo	Hidrologia	ComDinGru	IntPedag	PlanGesAct	Ambiente	Fisiologia	AniTurDes	Turismo
2	2	2	1	2	3	2	3	3	3	3	2	2	3	1	1
0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	2	1	0	0	0	0	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1	-2	-2
1	2	2	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	-1	0	1
0	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1	0
1	1	1	1	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1	1
2	2	1	1	-1	-1	1	1	3	-1	-1	-1	2	-2	1	1
0	2	0	1	-1	2	1	1	1	-1	-1	0	3	1	-1	-3
0	-1	0	0	0	-1	-1	0	-1	-1	-1	0	0	1	1	0
2	3	2	3	3	3	0	1	4	3	3	2	1	-1	3	3
4	5	6	2	3	6	3	4	5	2	1	1	0	3	0	2
3	1	-2	-1	2	0	0	1	2	-1	1	2	1	1	1	2
2	2	2	3	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	4
1	1	1	2	-2	1	3	3	3	-2	-2	-2	0	0	-1	0
0	2	1	1	0	1	2	3	2	0	1	0	2	2	0	0
1	2	0	2	1	-2	1	0	2	0	0	1	0	0	0	0
4	6	3	2	6	6	2	6	6	3	5	3	5	5	2	2
2	0	0	1	1	2	2	3	3	0	0	-1	-1	1	-1	1
0	1	0	0	3	2	4	3	3	4	0	-1	2	1	-2	-4
2	2	3	1	1	3	1	1	3	1	1	0	-1	0	1	0

Anexo 7 – Resultados da prova estatística ANOVA (exemplo: comparação entre grupos - Necessidades de formação)

		Descriptives							
		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
						Lower Bound	Upper Bound		
13.1.(NF) Técnicas de progressão em canyoning	Profissional	31	,90	,944	,169	,56	1,25	-1	3
	Amadora	31	1,58	1,177	,211	1,15	2,01	0	4
	Praticante	32	1,81	1,378	,244	1,32	2,31	-1	5
	Total	94	1,44	1,232	,127	1,18	1,69	-1	5
13.2.(NF) Segurança (gestão do risco, resgate e auto-resgate)	Profissional	31	1,13	,991	,178	,77	1,49	0	4
	Amadora	31	1,94	1,340	,241	1,44	2,43	-1	6
	Praticante	32	2,28	1,420	,251	1,77	2,79	0	5
	Total	94	1,79	1,343	,139	1,51	2,06	-1	6
13.3.(NF) Equipamento de percursos (colocação de ancoragens)	Profissional	31	,77	1,334	,240	,28	1,26	-2	4
	Amadora	31	1,16	1,508	,271	,61	1,71	-2	4
	Praticante	32	2,19	1,804	,319	1,54	2,84	0	6
	Total	94	1,38	1,660	,171	1,04	1,72	-2	6
13.4.(NF) Cartografia, orientação e navegação	Profissional	31	,48	1,235	,222	,03	,94	-2	3
	Amadora	31	,87	1,284	,231	,40	1,34	-1	5
	Praticante	32	1,00	1,849	,327	,33	1,67	-3	6
	Total	94	,79	1,487	,153	,48	1,09	-3	6
13.5.(NF) Gestão e elaboração de informação (croquis, guias, etc.)	Profissional	31	,52	1,671	,300	-,10	1,13	-3	4
	Amadora	31	1,00	1,751	,315	,36	1,64	-2	6
	Praticante	32	1,81	1,378	,244	1,32	2,31	0	5
	Total	94	1,12	1,678	,173	,77	1,46	-3	6
13.6.(NF) Águas bravas	Profissional	31	1,23	1,564	,281	,65	1,80	-1	5
	Amadora	31	1,87	1,727	,310	1,24	2,50	-1	6
	Praticante	32	2,81	1,942	,343	2,11	3,51	-2	6
	Total	94	1,98	1,855	,191	1,60	2,36	-2	6
13.7.(NF) 1º Socorros	Profissional	31	1,42	1,119	,201	1,01	1,83	0	4
	Amadora	31	1,52	1,710	,307	,89	2,14	-1	6
	Praticante	32	1,91	1,400	,247	1,40	2,41	-1	5
	Total	94	1,62	1,430	,148	1,32	1,91	-1	6
13.8.(NF) Meteorologia	Profissional	31	1,39	1,407	,253	,87	1,90	-1	5
	Amadora	31	1,42	1,608	,289	,83	2,01	-1	6
	Praticante	32	1,84	1,568	,277	1,28	2,41	-2	4
	Total	94	1,55	1,528	,158	1,24	1,87	-2	6

13.9.(NF) Hidrologia	Profissional	31	1,42	1,432	,257	,89	1,94	-1	5
	Amadora	31	1,84	1,899	,341	1,14	2,54	-2	6
	Praticante	32	2,50	1,344	,238	2,02	2,98	0	5
	Total	94	1,93	1,621	,167	1,59	2,26	-2	6
13.10.(NF) Comunicação, dinâmica e gestão de grupos	Profissional	31	,03	1,169	,210	-,40	,46	-2	3
	Amadora	31	,65	1,305	,234	,17	1,12	-2	3
	Praticante	32	1,13	1,581	,280	,55	1,70	-1	5
	Total	94	,61	1,423	,147	,31	,90	-2	5
13.11.(NF) Intervenção pedagógica	Profissional	31	-,19	1,302	,234	-,67	,28	-3	3
	Amadora	31	,84	1,267	,228	,37	1,30	-1	5
	Praticante	32	,94	1,480	,262	,40	1,47	-2	4
	Total	94	,53	1,435	,148	,24	,83	-3	5
13.12.(NF) Planeamento e Gestão de actividades	Profissional	31	,13	,957	,172	-,22	,48	-2	2
	Amadora	31	,87	1,147	,206	,45	1,29	-1	3
	Praticante	32	,84	1,247	,220	,39	1,29	-1	4
	Total	94	,62	1,165	,120	,38	,86	-2	4
13.13.(NF) Meio ambiente e impactos ambientais	Profissional	31	,61	1,256	,226	,15	1,07	-2	4
	Amadora	31	,97	1,278	,229	,50	1,44	-1	5
	Praticante	32	,91	1,254	,222	,45	1,36	-1	4
	Total	94	,83	1,258	,130	,57	1,09	-2	5
13.14.(NF) Fisiologia	Profissional	31	,45	1,387	,249	-,06	,96	-3	4
	Amadora	31	,74	1,237	,222	,29	1,20	-2	5
	Praticante	32	,69	1,176	,208	,26	1,11	-2	3
	Total	94	,63	1,261	,130	,37	,89	-3	5
13.15.(NF) Animação turística e desportiva	Profissional	31	-,48	1,235	,222	-,94	-,03	-3	2
	Amadora	31	,74	1,154	,207	,32	1,17	-1	4
	Praticante	32	,63	1,431	,253	,11	1,14	-2	4
	Total	94	,30	1,382	,143	,01	,58	-3	4
13.16.(NF) Turismo (conhecimentos gerais)	Profissional	31	-,32	1,400	,251	-,84	,19	-2	3
	Amadora	31	,19	1,195	,215	-,24	,63	-3	2
	Praticante	32	,50	1,586	,280	-,07	1,07	-4	4
	Total	94	,13	1,431	,148	-,17	,42	-4	4

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
13.1.(NF) Técnicas de progressão em canyoning	Between Groups	13,984	2	6,992	5,005	,009
	Within Groups	127,133	91	1,397		
	Total	141,117	93			
13.2.(NF) Segurança (gestão do risco, resgate e auto- resgate)	Between Groups	21,921	2	10,961	6,840	,002
	Within Groups	145,824	91	1,602		
	Total	167,745	93			
13.3.(NF) Equipamento de percursos (colocação de ancoragens)	Between Groups	33,725	2	16,862	6,897	,002
	Within Groups	222,488	91	2,445		
	Total	256,213	93			
13.4.(NF) Cartografia, orientação e navegação	Between Groups	4,519	2	2,259	1,022	,364
	Within Groups	201,226	91	2,211		
	Total	205,745	93			
13.5.(NF) Gestão e elaboração de informação (croquis, guias, etc.)	Between Groups	27,096	2	13,548	5,255	,007
	Within Groups	234,617	91	2,578		
	Total	261,713	93			
13.6.(NF) Águas bravas	Between Groups	40,179	2	20,090	6,534	,002
	Within Groups	279,778	91	3,074		
	Total	319,957	93			
13.7.(NF) 1º Socorros	Between Groups	4,204	2	2,102	1,028	,362
	Within Groups	186,009	91	2,044		
	Total	190,213	93			
13.8.(NF) Meteorologia	Between Groups	4,112	2	2,056	,878	,419
	Within Groups	213,122	91	2,342		
	Total	217,234	93			
13.9.(NF) Hidrologia	Between Groups	18,737	2	9,368	3,777	,027
	Within Groups	225,742	91	2,481		
	Total	244,479	93			
13.10.(NF) Comunicação, dinâmica e gestão de grupos	Between Groups	18,872	2	9,436	5,064	,008
	Within Groups	169,565	91	1,863		
	Total	188,436	93			
13.11.(NF) Intervenção pedagógica	Between Groups	24,497	2	12,248	6,678	,002
	Within Groups	166,907	91	1,834		
	Total	191,404	93			

13.12.(NF)	Between Groups	11,026	2	5,513	4,356	,016
Planeamento e Gestão de actividades	Within Groups	115,186	91	1,266		
	Total	126,213	93			
13.13.(NF) Meio ambiente e impactos ambientais	Between Groups	2,235	2	1,118	,701	,499
	Within Groups	145,041	91	1,594		
	Total	147,277	93			
13.14.(NF) Fisiologia	Between Groups	1,480	2	,740	,460	,633
	Within Groups	146,488	91	1,610		
	Total	147,968	93			
13.15.(NF) Animação turística e desportiva	Between Groups	28,482	2	14,241	8,687	,000
	Within Groups	149,177	91	1,639		
	Total	177,660	93			
13.16.(NF) Turismo (conhecimentos gerais)	Between Groups	10,855	2	5,428	2,750	,069
	Within Groups	179,613	91	1,974		
	Total	190,468	93			

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) 8.1. Forma como desempenha a actividade	(J) 8.1. Forma como desempenha a actividade	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
13.1.(NF) Técnicas de progressão em canyoning	Profissional	Amadora	-,677	,300	,067	-1,39	,04
		Praticante	-,909 [*]	,298	,008	-1,62	-,20
	Amadora	Profissional	,677	,300	,067	-,04	1,39
		Praticante	-,232	,298	,717	-,94	,48
	Praticante	Profissional	,909 [*]	,298	,008	,20	1,62
		Amadora	,232	,298	,717	-,48	,94
13.2.(NF) Segurança (gestão do risco, resgate e auto-resgate)	Profissional	Amadora	-,806 [*]	,322	,037	-1,57	-,04
		Praticante	-1,152 [*]	,319	,001	-1,91	-,39
	Amadora	Profissional	,806 [*]	,322	,037	,04	1,57
		Praticante	-,346	,319	,526	-1,11	,41
	Praticante	Profissional	1,152 [*]	,319	,001	,39	1,91
		Amadora	,346	,319	,526	-,41	1,11
13.3.(NF) Equipamento de percursos (colocação de ancoragens)	Profissional	Amadora	-,387	,397	,595	-1,33	,56
		Praticante	-1,413 [*]	,394	,002	-2,35	-,47
	Amadora	Profissional	,387	,397	,595	-,56	1,33
		Praticante	-1,026 [*]	,394	,029	-1,97	-,09
	Praticante	Profissional	1,413 [*]	,394	,002	,47	2,35
		Amadora	1,026 [*]	,394	,029	,09	1,97
13.4.(NF) Cartografia, orientação e navegação	Profissional	Amadora	-,387	,378	,563	-1,29	,51
		Praticante	-,516	,375	,357	-1,41	,38
	Amadora	Profissional	,387	,378	,563	-,51	1,29
		Praticante	-,129	,375	,937	-1,02	,76
	Praticante	Profissional	,516	,375	,357	-,38	1,41
		Amadora	,129	,375	,937	-,76	1,02
13.5.(NF) Gestão e elaboração de informação (croquis, guias, etc.)	Profissional	Amadora	-,484	,408	,464	-1,46	,49
		Praticante	-1,296 [*]	,405	,005	-2,26	-,33
	Amadora	Profissional	,484	,408	,464	-,49	1,46
		Praticante	-,813	,405	,116	-1,78	,15
	Praticante	Profissional	1,296 [*]	,405	,005	,33	2,26
		Amadora	,813	,405	,116	-,15	1,78

13.6.(NF) Águas bravas	Profissional	Amadora	-,645	,445	,321	-1,71	,42
		Praticante	-1,587 ⁺	,442	,002	-2,64	-,53
	Amadora	Profissional	,645	,445	,321	-,42	1,71
		Praticante	-,942	,442	,089	-1,99	,11
	Praticante	Profissional	1,587 ⁺	,442	,002	,53	2,64
		Amadora	,942	,442	,089	-,11	1,99
13.7.(NF) 1º Socorros	Profissional	Amadora	-,097	,363	,962	-,96	,77
		Praticante	-,487	,360	,371	-1,35	,37
	Amadora	Profissional	,097	,363	,962	-,77	,96
		Praticante	-,390	,360	,527	-1,25	,47
	Praticante	Profissional	,487	,360	,371	-,37	1,35
		Amadora	,390	,360	,527	-,47	1,25
13.8.(NF) Meteorologia	Profissional	Amadora	-,032	,389	,996	-,96	,89
		Praticante	-,457	,386	,466	-1,38	,46
	Amadora	Profissional	,032	,389	,996	-,89	,96
		Praticante	-,424	,386	,516	-1,34	,49
	Praticante	Profissional	,457	,386	,466	-,46	1,38
		Amadora	,424	,386	,516	-,49	1,34
13.9.(NF) Hidrologia	Profissional	Amadora	-,419	,400	,549	-1,37	,53
		Praticante	-1,081 ⁺	,397	,021	-2,03	-,13
	Amadora	Profissional	,419	,400	,549	-,53	1,37
		Praticante	-,661	,397	,224	-1,61	,28
	Praticante	Profissional	1,081 ⁺	,397	,021	,13	2,03
		Amadora	,661	,397	,224	-,28	1,61
13.10.(NF) Comunicação, dinâmica e gestão de grupos	Profissional	Amadora	-,613	,347	,186	-1,44	,21
		Praticante	-1,093 ⁺	,344	,006	-1,91	-,27
	Amadora	Profissional	,613	,347	,186	-,21	1,44
		Praticante	-,480	,344	,348	-1,30	,34
	Praticante	Profissional	1,093 ⁺	,344	,006	,27	1,91
		Amadora	,480	,344	,348	-,34	1,30
13.11.(NF) Intervenção pedagógica	Profissional	Amadora	-1,032 ⁺	,344	,010	-1,85	-,21
		Praticante	-1,131 ⁺	,341	,004	-1,94	-,32
	Amadora	Profissional	1,032 ⁺	,344	,010	,21	1,85
		Praticante	-,099	,341	,955	-,91	,71
	Praticante	Profissional	1,131 ⁺	,341	,004	,32	1,94
		Amadora	,099	,341	,955	-,71	,91

13.12.(NF) Planeamento e Gestão de actividades	Profissional	Amadora	-,742*	,286	,029	-1,42	-,06
		Praticante	-,715*	,284	,036	-1,39	-,04
	Amadora	Profissional	,742*	,286	,029	,06	1,42
		Praticante	,027	,284	,995	-,65	,70
	Praticante	Profissional	,715*	,284	,036	,04	1,39
		Amadora	-,027	,284	,995	-,70	,65
13.13.(NF) Meio ambiente e impactos ambientais	Profissional	Amadora	-,355	,321	,513	-1,12	,41
		Praticante	-,293	,318	,628	-1,05	,46
	Amadora	Profissional	,355	,321	,513	-,41	1,12
		Praticante	,061	,318	,980	-,70	,82
	Praticante	Profissional	,293	,318	,628	-,46	1,05
		Amadora	-,061	,318	,980	-,82	,70
13.14.(NF) Fisiologia	Profissional	Amadora	-,290	,322	,641	-1,06	,48
		Praticante	-,236	,320	,742	-1,00	,53
	Amadora	Profissional	,290	,322	,641	-,48	1,06
		Praticante	,054	,320	,984	-,71	,82
	Praticante	Profissional	,236	,320	,742	-,53	1,00
		Amadora	-,054	,320	,984	-,82	,71
13.15.(NF) Animação turística e desportiva	Profissional	Amadora	-1,226*	,325	,001	-2,00	-,45
		Praticante	-1,109*	,323	,003	-1,88	-,34
	Amadora	Profissional	1,226*	,325	,001	,45	2,00
		Praticante	,117	,323	,930	-,65	,89
	Praticante	Profissional	1,109*	,323	,003	,34	1,88
		Amadora	-,117	,323	,930	-,89	,65
13.16.(NF) Turismo (conhecimen tos gerais)	Profissional	Amadora	-,516	,357	,322	-1,37	,33
		Praticante	-,823	,354	,058	-1,67	,02
	Amadora	Profissional	,516	,357	,322	-,33	1,37
		Praticante	-,306	,354	,663	-1,15	,54
	Praticante	Profissional	,823	,354	,058	-,02	1,67
		Amadora	,306	,354	,663	-,54	1,15

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

13.1.(NF) Técnicas de progressão em canyoning

Tukey HSD^{a,b}

8.1. Forma como desempenha a actividade	N	Subset for alpha = 0.05	
		1	2
Professional	31	,90	
Amadora/Benévola	31	1,58	1,58
Apenas Praticante	32		1,81
Sig.		,066	,718

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 31,326.

b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.